IAP_DE_FATO_SD_N-6

DE FATO 6

BELO HORIZONTE/ANO I NÚMERO 6 – Cr$5,00

ARTISTAS DO TEATRO MINEIRO RASGAM A SAIA NA PAG. 9

XÔ FIAT

NÃO SE ESQUEÇA

DA HISTÓRIA

Data: 11 de setembro de 1973
Local: Chile – América do Sul
Fato: Salvador Allende, presidente eleito pelo voto popular é deposto e assassinado por um golpe militar.
Causas: As multinacionais, entre as quais a ITT, Nestlé, Anaconda e outras, queriam reaver suas instalações nacionalizadas pelo governo.
Conseqüências: 20 mil chilenos assassinados, outros tantos exilados, presos ou dados como desaparecidos – «Sangre brava, sangre pura... Mar de sangre derramado»

Recuerda de La Moneda

DE FATO

Uma Publicação de EDITORA TEXTUAL LTDA.

Editor responsável: Aloísio Morais Martins

Comissão de Redação: Aloísio Morais Martins, Paulo Rios Silveira, Kenneth Albernaz, José Amaro Siqueira, Beth Almeida, Beth Fleury, Fernando Assunção, Jurani Garcia, Mirian Chrystus, Marco Antônio Campos, Marco Aurélio Cozzi, Luciano Valle Cintra.

Colaboraram neste número: Aderi, Gazzinelli, Weis, Melado, Malaguth, Euler Andrés, Heloísa Starling, João Batista, Nilson, Lor, Afo, Durval Guimarães, J. B. dos Mares Guia, Euro Arantes, Sérgio, Iara Vieira Torres, Wanda Latalisa, Rene Zeferino, Beth Cataldo, Edson Martins, Gilu e Breguês. Eduardo Vasconcelos

Diagramação e montagem: Paulo Rios Silveira, Dione Maria Dutra, Ana Lúcia e Ivete Dutra.

Coordenação e fotografia: José Amaro Siqueira (Zinho).

Publicidade: (outros Estados e Interior): REPUBLICAR – Representante Exclusivo – Belo Horizonte – Av. Amazonas, 314, conj. 2207/08 – Tel. 224-1498. Rio de Janeiro: Rua Evaristo da Veiga, 16, conj. 501-2, tel. 221-6680. São Paulo: Rua Nestor Pestana, 30, conj. 35-6, tel. 256-9370.

Redação e administração: Av. do Contorno, 2399 – Fundos – Floresta, CEP 30.000, Belo Horizonte – tel. 226-2841 (de 2ª a 6ª feira, de 12 às 18h)

Composição e Impressão: Editora Santa Edwiges – Av. Teresa Cristina, 1665-Tel. 337-1511 – Belo Horizonte.

Distribuição: EDITORA TEXTUAL LTDA.

DE FATO é encontrado à venda no Rio de Janeiro: na Livraria MURO (rua Visconde de Pirajá 82, s/206, Ipanema), Livraria Folhetim (av. Prado Júnior, 48, loja 6, Copacabana) e Livraria FRANCISCO ALVES (rua Farme de Amoedo, 57 – Ipanema). Em São Paulo, na Livraria CHRIS, CAFÉ PARIS, Livraria LOOK, Livraria CIÊNCIAS HUMANAS e nas Bancas do Aeroporto e Estação Rodoviária.

Nenhum direito reservado

DE FATO Nº 6 – Belo Horizonte – Setembro/1976

ERRO DA CEMIG, SÓ SE FOR PRA MAIS

Pessoal do «De Fato».

1 – O negócio da CEMIG, na última página (DE FATO Nº 5), a malandragem é maior do que vocês pensam. Vou tentar explicar.

O funcionário da CEMIG vai a casa do consumidor e lê o relógio. Anota a leitura num papel especial. Este papel é lido por uma máquina, mais exatamente a IBM 3886 de leitura ótica (portanto o «lido» aí é lido mesmo), negócio altamente sofisticado, que lê o papel e joga a informação no computador (lança antes numa unidade de fita 3410, mas isto é detalhe). O computador faz a comparação entre a leitura antiga e a atual. Suponhamos que o relógio tinha marcado **2360** kwh, agora na nova leitura está 2400 kwh. São 40 kwh que se deve pagar, certo? O aparelho que lê é sofisticado, mas erra muito (óbvio, basta ir na seção de reclamações da Rua Itambé em qualquer horário comercial), porém o computador não deixa que a conta saia com erro **para menos.** Se na leitura anterior marca 2360, na próxima nunca marcará, por exemplo, 2176, porque 2176 é menor que 2360. O computador não deixa que isto ocorra. Agora **para mais**...

Dá a impressão que o computador que é o culpado. É também óbvio, mas é sempre bom lembrar que o computador não funciona sozinho. Bastava ter uma conferência das duas contas que, pelo menos, este problema acabava mas conferência custa muito dinheiro, mais gente etc... Há outras implicações na jogada: o preço do Kwh, o preço do equipamento IBM, (sofisticadíssimo) sendo usado contra o consumidor etc. Coisas inquestionáveis na conjuntura, mas o que eu fico pensando são os erros pequenos, de poucos kwh, que não dá pro consumidor perceber, os consumidores que tem medo de reclamar, e nas empresas aonde ninguem confère nada e vai pagando.

2 – Genial a entrevista do Nilson. Extremamente lógica, coerente e cheia de fatos e consistências, o Negrim dá um pau firme na Igreja Católica digno de um «ateu novo». Tão boa a entrevista que até parece que ele ajudou também a fazer as perguntas e o entrevistador, de tímido, não quis nem assinar. Se bem que eu acho que o pau, apesar de salutar, veio com uns vinte anos de atraso, haja vista os pentecostais, os protestantes, os espíritas, os indiferentes, os ateus, os macumbeiros, os umbandistas, os psicanalistas, as cartomantes e, sobretudo, o capitalismo de consumo que tirou o paraíso do céu, todos eles a sua moda e estilo, dão uma porrada na Santa Madre. Só que tem uma coisa: eu gostaria de saber aonde o Nilson tirou aquela frase do Oswald de Andrade. Na entrevista está assim: «Oswald de Andrade falou que 'num País com este sol, esse mar, essas mulheres, a igreja católica conseguiu criar 90 milhões de onanistas». É que eu sou um estudioso do escritor e gostaria de saber o livro, entrevista, poesia etc., que ele disse isto. A frase me chamou atenção porque Oswald de Andrade morreu em outubro de 1953, e é espantaso saber que já naquela época (ou ele disse isto antes?) o País tinha 90 milhões, eu que pensava que tal cifra só foi atingida depois de 1970. E olhem que, pela frase – «essas mulheres» – dá para entender que são 90 milhões de homens!!

Como o Nilson quer informar as novas gerações (tá na entrevista) ele poderia fazer o favor de...

3 – Porque esse pudor em se referir, na matéria sobre o aborto, «à velha senhora que todos conhecem e confundem com o nome da poetisa», ou seja...

Um abraço,

Xicho Eiras – Belo Horizonte

Olha, ô Xicho, o recado da Cemig está dado. É isso aí companheiro. O negócio é denunciar as patifarias do sistema, para que eles vejam que nós ainda não estamos mortos e fedendo. Sobre aquela velha senhora, cujo nome lembra o de uma poetisa, temos algumas coisas a contra-argumentar. Em primeiro lugar, não houve pudor, pois não é muito do nosso feitio, os pudores pseudo-moralistas. O que houve foi apenas um desinteresse muito grande, e explicamos: dar o nome e endereço da nossa velha «amiga», como você sugeriu, seria individualizar um problema, que não é exclusividade dela. Há uma amplitude bem maior na matéria do número 5 do DE FATO, que talvez você não tenha percebido. Com ela, nós pretendemos mostrar um problema em todo o seu contexto sócio-econômico e não denunciar os parasitas do sistema. Quanto ao Nilson, ele mesmo se encarregou de responder, e aí vai:

«Com 20 anos de atraso? Você acha que 20 anos dão pra tirar da cuca quase 500 anos de catequização no Brasil? 2.000 anos de cristianismo, ô L.C. Eiras? E a TFP? e o cursilho? e a Opus Dei? Mulher também tem direito de ser onanista. Quanto à frase do Oswald eu não faço a mínima idéia de onde esteja. Não me lembro onde foi que li, e não tou afim de ir procurar. Não acho que tenha essa importância. Agora, se não for dele nem de ninguém, é minha. Quanto ao número de onanistas, a frase sendo de quem seja, o bom senso me manda fazer a correção monetária. Você esqueceu de citar o pau que o Voltaire deu no clericalismo. Quanto às religiões enlatadas (Pentecostais, Meninos de Deus, protestantes em geral) eles estão à direita da Igreja Católica, ô Luiz Carlos! Elas tem mais a ver com o departamento de estado daquele país irmão do que com o estado de graça. Vide o Billy Grana.»

ERRATA

Na matéria «Aborto um problema feminino – Legislação» onde se lê: A lei penal que pune o aborto se mostra não somente distanciada da realidade social, já que não são raríssimos os casos de condenação...
Leia-se: A lei penal que pune o aborto se mostra não somente distanciada da realidade social, já que são raríssimos os casos de condenação...

Na matéria «Contas de Luz: Uma questão obscura» onde se lê: (1º§)

«são pessoas da classe média perplexas», leia-se «são pessoas da classe média para baixo perplexas».

Na nota sobre o jornal DOIS PONTOS onde se lê Cr$ 40,00, leia-se Cr$ 4,00.

ABORTO: UMA INDÚSTRIA CLANDESTINA

Como assíduo leitor deste jornal da chamada imprensa alternativa ou nanica – que sobrevive exclusivamente da leitura, divulgação e assinaturas e não pelo financiamento dos grupos que detêm o capital e que impõe suas idéias com maciças e arrebatadoras publicidades –, coloco em questão o sentido dado na excelente matéria sobre ABORTO, no subtítulo sobre legislação.

As autoras da matéria abordam que «mulher da classe média para cima dispõe de recursos para pagar o preço (de um aborto), que varia de Cr$ 1.500,00 a 3 mil cruzeiros para os industriais do aborto clandestino. É sobre o conteúdo desta frase – industriais do aborto – é que encontrei a evidência de um dos maiores impasses na área de saúde ou de um setor ligado às necessidades básicas do ser humano. Como as autoras da matéria podem esperar uma resolução, a liberação do aborto, num sistema assistencial de saúde que depende da doença para sobreviver? É só lembrarmos das denúncias do médico mineiro, Dr. Paulo Benevides Musa à imprensa do País em maio último: não existe uma assistência médica científica, posicionada ideologicamente. Existe uma medicina pendurada nos lucros de uma ciência mercantilizada, que comercia desde um cadáver até armas sofisticadíssimas inventadas por «cientistas que trabalham humildemente em seus laboratórios» ou de uma ciência econômica que sabe das crianças que morrem de fome na Índia mas continua a permitir que grupos multinacionais mantenham os preços dos alimentos acima do que o mercado dos países subdesenvolvidos comportam em suas balanças comerciais.

Isto não quer dizer que a medicina, não assumindo junto à mulher o direito de interromper a gravidez não desejada, estaria faturando altas somas com o ato da não liberalização do aborto. Oficialmente, a moral, a religião, e as normas jurídicas predominam na prática. Contudo, não podemos esquecer que nosso modelo de medicina é curativo e que o seu faturamento é baseado no maior número de doenças e suas consequências. Quanto mais a coletividade adoece, mais consomem os atendimentos médicos, laboratoriais, os produtos farmacêuticos, os aparelhos científicos e mesmo os serviços funerários. Mais e mais esta vasta indústria se enriquece. Também devemos lembrar que o aborto em si tem um custo baixo, tecnicamente simples: a mulher é anestesiada e faz-se uma raspagem que retira o conteúdo uterino em apenas 20 minutos, conforme depoimento na matéria. O que vem depois é que pode sair caro...

POR QUE 1.500.000 ABORTOS ILEGAIS POR ANO?

Em junho de 1973 o jornal Opinião publicou o artigo «Amígdalas: os riscos e os dólares». Dizia que um milhão de operações de amígdalas foram realizadas e que estes pacientes gastavam, em despesas hospitalares e honorários médicos, cerca de 375 mil dólares o que fez os estudantes de medicina norte-americanos sugerirem que o principal motivo de tantas cirurgias era uma epidemia de «amigdalite remunerativa crônica». Ainda que a cada tres mil operações uma criança morria e que 98 a 99% dessas operações são desnecessárias. Isto está pra lá de Malaqueche.

Existiria também um «aborto remunerativo crônico», sutilmente dosado? É uma indústria, como afirmam. Indústria de aborto clandestino ou um conjunto de operações que concorrem para a produção de riquezas. Vale dizer: riquezas das «comadres e compadres» clandestinos; faturamento com as consequências hemorrágicas, infecciosas, traumáticas, psicológicas, medicamentosas, que são atendidas e pagas às casas de saúde, hospitais, laboratórios, consultórios psiquiátricos, que faturam em cima de pagamentos por unidade de serviço como descreveu o médico Carlos Gentile de Melo em maio deste ano, falando no auditório da FMUFMG.

Ele deixou claro este trágico estrangulamento quando distribuiu-se aos presentes uma nota sobre «O Conceito da Medicina e a imagem do médico», dizendo que o sistema de pagamento por unidade de serviço (ou seja: a quantidade de atos médicos e cirúrgicos realizados), representa, comprovadamente, em todos os lugares do mundo, fator incontralável de corrupção, sendo responsável, entre outras irregularidades, pelo aumento desnecessário das atividades cirúrgicas, como por exemplo, a operação cesariana, cujos coeficientes já registraram cifras acima de 60%. Acrescenta-se as de amígdalas, as do aborto clandestino e suas conseqüências etc. Aí é que se encontra a resultante das forças – sobrevivência do médico e pessoal para-médico (enfermeiras etc.), que necessitam do doente para sobreviverem, que marcham em um só sentido e direção; noutra direção e mesmo sentido os grupos médicos-científicos, dos aparelhos sofisticados, da poderosa indústria farmacêutica, que tomam a direção do super-lucro, não só da sobrevivência, tudo somando-se nas costas (ou no coração, estômago etc.), do doente. É isto daí... e muito mais, que se pode visualizar.

Só mais uma coisa: o aborto já existe há muito tempo, fora da clandestinidade, no País. Foi a BEMFAM (organização «multinacional» do «Bem-Estar da Família») quem trouxe o método, que é amplamente usado nos consultórios particulares (inclusive por médicos que são «contra» o aborto). Trata-se do aborto microscópico, realizado pelo DIU (Dispositivo Intra Uterino), um antigo método anticoncepcional. Quem entender um pouquinho de embriologia, obstetrícia, poderá confirmar o fato. É só ler a «hipótese» levantada pelo Dr. Laudelino O. Ramos do Hospital das Clínicas da FMUSP em entrevista à revista ARS CVRAND de outubro de 1974.

Diz o médico que «surgiram hipóteses de que a separação das paredes uterinas pelo DIU acabaria por impedir o contato do blastocisto com o endométrio que seria expulso prematuramente». Trocado em miúdos isto quer dizer: o DIU age contraindo o útero a expulsar suas paredes internas, o endométrio, como na menstruação normal. Como ele não impede a fecundação, cai também o blastocisto antes que passasse a fase de embrião. Em ordem, teríamos: fecundação do óvulo pelo espermatozóide nas trompas dando origem ao ovo ou célula-ovo. Após quatro dias de viagem entra no útero (onde se encontra o DIU), já com milhares de células dispostas em forma de uma amora ou mórula, que aguarda a hora de penetrar nas paredes do útero e aninhar-se. A mórula passa a chamar blastocisto que vai aninhar-se à parede preparada para a gravidez.

É nesta fase que age o DIU, eliminando a parede uterina preparada para receber o esboço embrionário. Como a fecundação se dá em torno do 15º dia de um ciclo normal, conclui-se que o DIU provocou um aborto de aproximadamente 2,5 semanas (um micro-aborto), mensalmente realizados nas mulheres que usam este anticoncepcional e normalmente aceito, prescrito e colocado pelos médicos!

«Que se dane a Ciência e o seu progresso se ela não estiver voltada para o homem» (Francisco Pinto, economista, editor-contribuinte do jornal Movimento, falando sobre os Compromissos da Ciência durante o 28º Congresso da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, realizado em Brasília no mês passado).

Corélio – Belo Horizonte

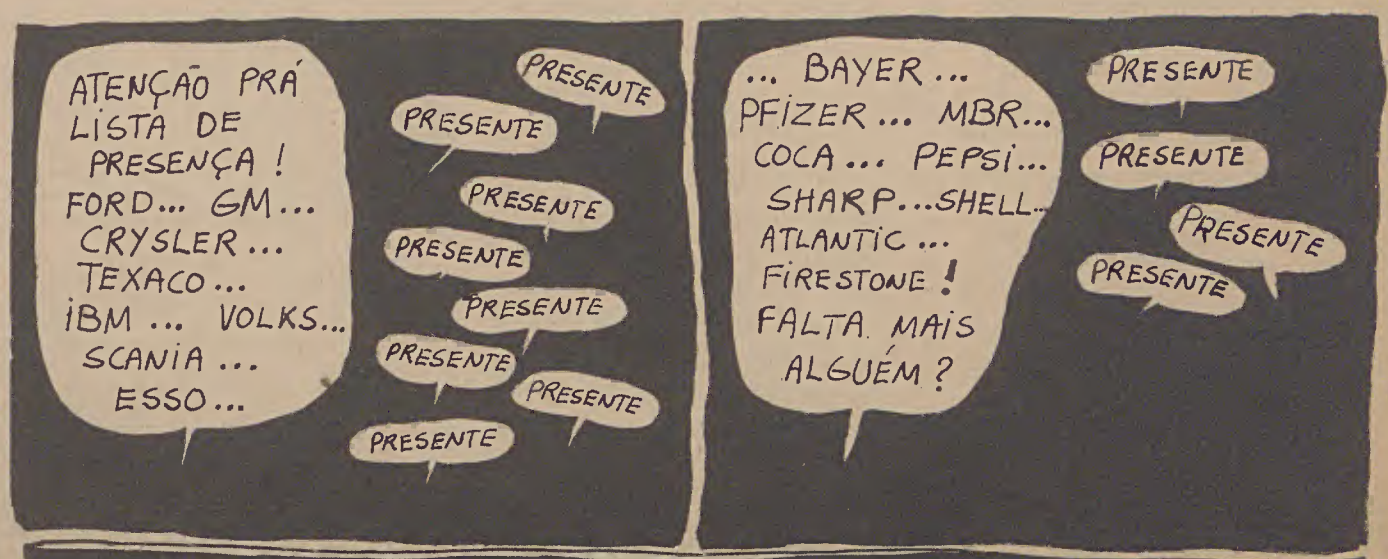
CAI FORA DO NOSSO QUINTAL!

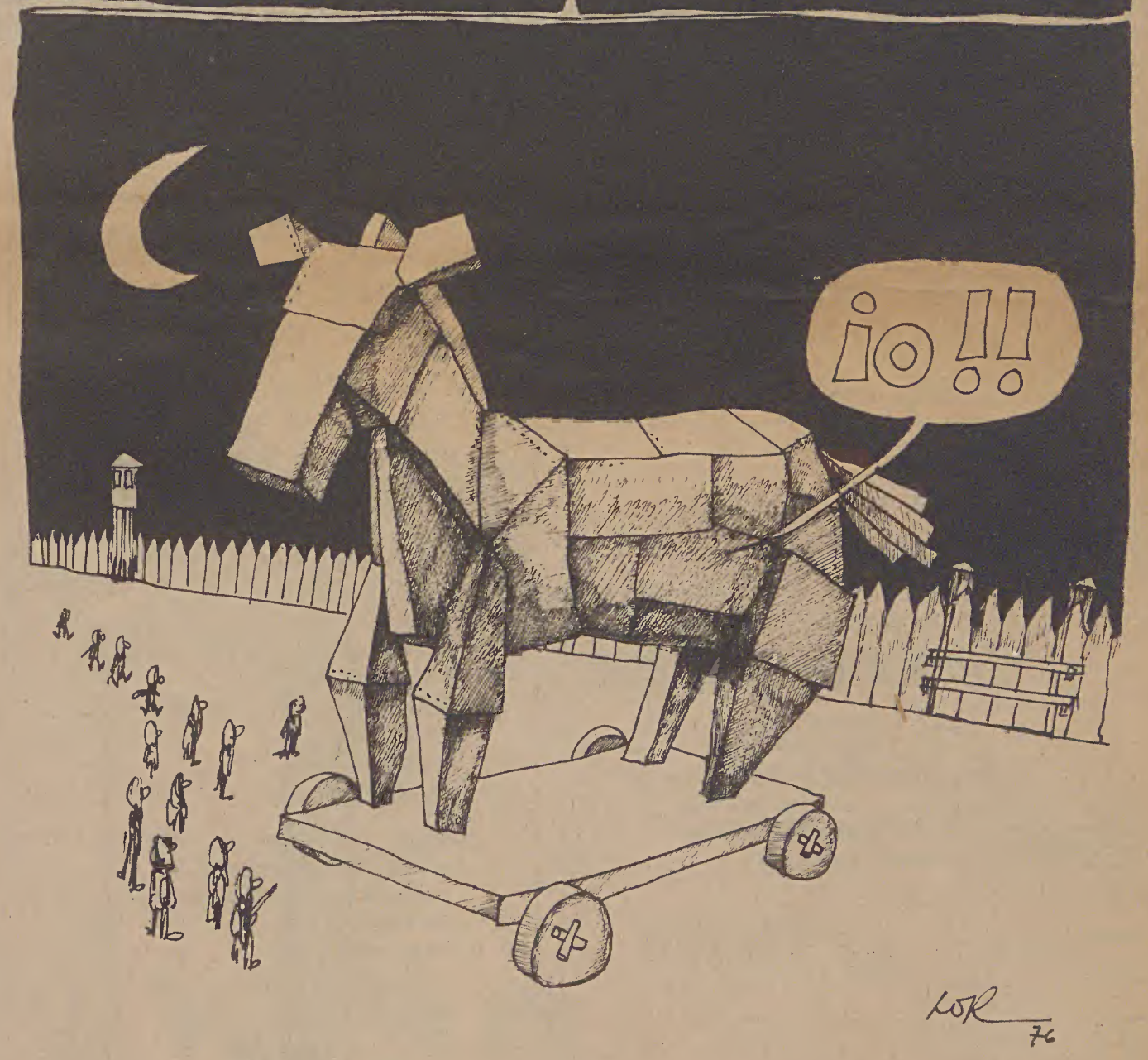
Passado o clima de euforia criado em torno da inauguração da fábrica de automóveis de passeio Fiat em Betim, resta apenas a certeza de que de agora em diante os mineiros deixarão de ser gozados por comprar bonde para serem ridicularizados por terem colocado dentro de seu próprio território algo equivalente a um imenso cavalo de Tróia. Desta vez não mais carregando guerreiros como na História Antiga, mas trazendo em seu bojo a maravilha do século, capaz de matar mais de 10 mil brasileiros a cada ano, como comprovam as estatísticas. Até 1981 este cavalo de Tróia moderno estará produzindo nada menos que 200 mil carros de passeio por ano, segundo fazem questão de alardear seus astutos cavaleiros – dose suficiente para infernizar ainda mais nossas cidades, nosso espaço vital engarragando trânsito e intoxicando nosso ar já saturado pelos efeitos do «progresso».

Os italianos estão repetindo, na aldeia mineira, a história da colonização do Brasil, agora com roupagem diferente. Em vez dos espelhinhos e penduricalhos que encantavam nossos índios, os novos intrusos conquistam os modernos nativos com brindes como canetas, isqueiros, chaveiros, verba publicitária e esta máquina moderna montada sobre quatro rodas chamada automóvel (de passeio, é bom que se diga). E não faltam masoquistas a bater palmas orgulhosamente. Afinal, para eles, é o progresso que está chegando por estas bandas, chegando desde o dia em que Álvares Cabral estacionou suas barcas por aqui, fugindo das tormentas, como sempre.

Hoje, como naqueles tempos, a Fiat encontrou uma terra em que se plantando ainda dá e não só dá como agradece num gesto largo de hospitalidade que mais de quatro séculos não alteraram. E os italianos ainda levam a vantagem de que agora não há problemas de mão-de-obra como aqueles enfrentados pelos portugueses. Mais de quatrocentos anos de domínio cultural e político mais três raças se fundiram abrindo campo fértil para que os italianos encontrassem «um trabalhador disciplinado, dedicado ao trabalho e entusiasmado, contrastando profundamente com as agitações e convulsões que afligem atualmente todos os países desenvolvidos da área capitalista», como os diretores da Fiat afirmam.

Como se não bastasse isso, há outras vantagens neste País que vai pra frente: além da citada mão-de-obra ser baratíssima, existem os incentivos fiscais, «estabilidade política», liberdade para remessa de lucros, avais bancários para operações de crédito no exterior, isenção de impostos alfandegários para a transferência de equipamentos (aqueles já utilizados e agora transformados em entulho nas matrizes); enfim, algo semelhante ao comércio de camelô, onde não se vê o valor do produto mas o quanto o freguês tem no bolso.





Pesadelo nas alterosas

E se esta mineirada eufórica está pensando que a partir de agora poderá possuir seu automóvel de passeio 147, muito se engana. De acordo com declarações de seus diretores, a fábrica de automóveis de passeio pretende atingir a faixa salarial de 9 mil cruzeiros, o que corresponde a apenas 1% da população brasileira e, se formos considerar o poder aquisitivo do consumidor mineiro, é bem provável que este percentual seja mais minguado ainda. Por isso, tentando abafar o impacto desta revelação – sem dúvida alguma decepcionante para muitos –, os diretores da Fiat vão jogando água fria no assunto, abordando-o em termos de famílias. Ou seja: segundo pesquisas patrocinadas pela empresa, de 7 a 8% das famílias são motorizadas, sendo que este percentual pode subir a 15% até 1980, o que não deixa de ser apenas uma especulação otimista. É justamente nesta expansão que a Fiat pretende encaixar seu modelo de passeio 147, em plena crise de combustível e trantornos de tráfego urbano.

É interessante salientar ainda que, na mesma faixa de consumo que absorverá o 147, 75 por cento dos consumidores compram a prazo. Assim, a Fiat espera encontrar uma saída para o sucesso de vendas através do incentivo de compras a prazo, acionando o crédito direto ao consumidor através de agências de financiamento da própria empresa. Evidentemente, a fábrica não esperava as restrições ao crédito impostas pelo governo federal, diante dos problemas econômicos enfrentados pelo País. Como fica a Fiat? De acordo com seu diretor comercial, De Bernardines, a fábrica espera que até a época em que sua produção estiver no ritmo máximo as restrições já tenham caído ou «o consumidor se acostumado com a nova realidade».

Assim, pode-se concluir que a empresa italiana está realmente disposta a enfrentar quaisquer problemas. Para a construção de sua fábrica em Betim, por exemplo, ela se preocupou tanto em aplicar seu know-how que

Garantimos que a euforia do Agnelli é maior.

chegou ao cúmulo de dotar suas instalações com estruturas à prova de neve, num País tipicamente tropical. E, já adotando a tradicional desconfiança do mineiro, achou por bem que as mesmas estruturas fossem à prova de terremoto.

Complexo de inferioridade

A principal ênfase demonstrada pelas personalidades políticas e a imprensa em relação à Fiat se refere à palavra «progresso». Há um coro bradando em uníssono esse termo, sempre presente na ponta da língua daqueles que costumam justificar tudo o que interessa aos grandes grupos econômicos e às multinacionais. O ex-ministro da Economia Roberto Campos chegou a afirmar que a Fiat vai fazer o mineiro perder o complexo de inferioridade. O que nossa população pode sentir após o início da implantação da fábrica de automóveis é um progressivo aumento da especulação imobiliária. Belo Horizonte hoje é a cidade onde os preços dos aluguéis são os mais altos do País. Basta lembrar o fato de que certas administradoras de imóveis chegaram ao descaramento de cobrar Cr$ 900,00 de candidatos a inquilinos, pelo simples cadastro, e Cr$ 70,00 por um simples formulário. Será esta a forma de perdermos o complexo de inferioridade? Betim presta uma ingrata solidariedade à capital nos preços dos aluguéis: de 1974 pra cá eles subiram mais de 400 por cento. O certo é que a cobra já começa a comer a si mesma pela cauda, sendo ao mesmo tempo a fome e a comida.

Os benefícios sociais foram a única justificativa apresentada pelo ex-governador Rondon Pacheco para trazer a fábrica de automóveis para Minas, abordando a possibilidade de que sua produção absorverá cerca de dez mil empregos diretos até 1980. A vaidade do batalhador do empreendimento não deixou que lhe transparecesse outros aspectos da questão. Já se pensou, por exemplo, no êxodo rural que a bomba da criação de tantos empregos está provocando, com a notícia correndo de boca em boca? Já se pensou nos problemas futuros que isto trará não só no território da Grande BH como também na própria zona rural, já prejudicada pelas constantes correntes de emigração interna e pelo latifúndio?

Mordomia

O que se pode esperar de uma empresa multinacional fabricante de automóveis, atraída a um país do Terceiro Mundo cujo sistema de transportes é montado basicamente nos meios rodoviários, numa época de crise mundial de petróleo? Certamente privilégios; é o que se pode constatar na implantação da fábrica de automóveis de passeio Fiat em Betim.

O Acordo de Comunhão de Interesses, que na verdade transforma o governo mineiro numa dependência da Fiat, é ilustrativo como exemplo típico de mordomia a favor de multinacionais. Não passa de um contrato de concessões à empresa italiana, concessões estas que nenhum cidadão mineiro terá o prazer de receber. Como benefício os italianos ganharam isenção de 25,5 por cento do Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICM) durante cinco anos, assim como de todas as taxas e impostos municipais até 1985, privilégios não concedidos a qualquer cidadão cumpridor de seus deveres para com o fisco.

Como se isso não bastasse, a cordialidade mineira oferecida à Fiat foi colocada a toda prova, chegando a ponto de o Estado se comprometer a garantir a realização de toda a infra-estrutura da fábrica desde a construção de estradas até a instalação de linha de telex. A Fiat recebeu também gratuitamente energia elétrica, água potável, água industrial, linha telefônica, esgotos e um terreno de 200 hectares urbanizado, a ser pago em 45 suaves (para ela) prestações anuais de 700 mil cruzeiros, sem juros, correção monetária ou quaisquer outros ônus, a partir de 1877 até o ano 2022. Estes benefícios possibilitaram à empresa apresentar algo inédito: em plena fase de implantação, período em que toda firma sofre prejuízos, a multinacional italiana conseguiu lucros em seu primeiro balanço.

O tutu à mineira

É bom lembrar que o valor do capital do governo mineiro na Fiat, aproximando-se de 1.500 milhões de cruzeiros, é superior aos recursos destinados no Estado à Educação durante o período de 1976 a 1979, que somam 1.033 milhões. Saliente-se ainda que aquela quantia é o triplo da soma de todos recursos previstos pelo Estado para os setores básicos de Saúde (123 milhões de cruzeiros), Educação (175 milhões) e Saneamento (136 milhões) no ano de 1976.

E este capital não será aplicado nas empresas nacionais. O dinheiro está sendo utilizado para aquisição de equipamentos das instalações da fábrica tanto no País como no exterior, e com um pequeno detalhe: na relação dos fornecedores de equipamentos e mesmo entre as empreiteiras de obras civis, raramente se vê o nome de uma empresa puramente nacional, pois afinal repete-se aquela velha estória: escova os dentes com Gessy, usa sabonete Lifebuoy. As multinacionais se entendem. Outro aspecto que despertou atenção foi o aval do governo mineiro sobre o valor de 60 milhões de dólares, equivalente a 20 por cento do empréstimo conseguido pelos italianos junto a um «pool» de sete bancos europeus. Pela primeira vez um governo estadual no País dava sua garantia a uma dívida de empresa particular no exterior.

Entre os episódios que marcaram o processo de decisão da Fiat de se instalar em Minas, um deles envolvia o Sr. João Camilo Pena, atual secretário da Fazenda. No primeiro semestre de 1973, ele era presidente da Centrais Elétricas de Minas Gerais (Cemig) e esta empresa estatal realizava uma concorrência para a construção da usina hidrelétrica de São Simão, envolvendo quase 2 bilhões de dólares no câmbio da época. Participaram da concorrência a empresa mineira Mendes Júnior, tradicional empreiteira da Cemig, e a Impresit Girola Lodigianni, empresa do grupo Fiat, associada à empreiteira nacional CR Almeida. O resultado da concorrência deveria ter sido divulgado em janeiro, mas só saiu no dia 27 de abril, pouco mais de mês após a vinda do conde Giovanni Agnelli a Minas para assinar o Acordo de Comum Interesse entre a Fiat e o governo de Minas. Sabia-se que a comissão técnica encarregada de julgar as propostas tinha dado parecer favorável à Mendes Júnior, o que deveria ser definitivo para considerá-la vencedora da concorrência. Mas o consórcio liderado pela Impresit saiu vitorioso, misteriosamente. Num dossiê apresentado à imprensa pela Mendes Júnior, afirmava-se que «os italianos, através de seu diretor no Banco Mundial (cofinanciador em 15% do empreendimento) exerceram uma pressão sobre o Banco, a fim de coagir a Cemig a mudar sua decisão».

Italianos comem o tutu mineiro e lambem os beiços

Know-how brasileiro na Fiat: os acidentes

Apesar da grande quantidade de acidentes já divulgados em relação às obras da Fiat, poucas foram as denúncias apresentadas pelos próprios acideados, em geral pessoas simples, sem condições de reivindicar por seus direitos.

Através de pesquisas realizadas na área de Betim, referentes a atendimentos no hospital Nossa Senhora do Carmo, o único da cidade, constataram-se 930 casos de acidentes nos meses de janeiro a junho, grande parte resultante de ocorrências nas construções da Fiat. A média de acidentes atendidos pelo Hospital de Betim, onde as indústrias, em sua maioria, são ligadas ao complexo Fiat, tem chegado a 115 por mês ou quase quatro por dia.

Dos 930 casos correspondentes aos seis meses, registraram-se 775 casos leves, 126 de certa gravidade (afastamento por dois ou três dias), 29 de acentuada gravidade (afastamento por mais de 15 dias), 134 de invalidez temporária, 8 de invalidez permanente e 3 mortes. Deve-se ressaltar ainda que o hospital de Betim não é o único procurado para atender os casos de acidentes ocorridos na cidade, que também são encaminhados ao Sarah Kubitschek, Felício Rocho e Santa Rita, dispersando-se o montante de acidentados.

Um caso

Moisés Mário da Silva Filho, pai de um menino, morador em Betim, era pedreiro. Hoje é mais uma vítima de invalidez permanente. Empregado no início de 1975 pela empreiteira Mascarenhas Barbosa Roscoe, responsável por parte da construção da fábrica da Fiat, Moisés trabalhava ganhando Cr$ 3.30 à hora, para desempenhar serviços variados, sob pena de ser dispensado.

Em seu primeiro acidente, Moisés teve o calcanhar dilacerado por um tijolo, despencado de grande altura. E teve de continuar trabalhando, pois não lhe foi concedida licença remunerada, a que tinha direito. Entretanto, o pior estava por acontecer. Um dos serviços desenvolvidos pela empreiteira era o assentamento de vigas com o peso de 5 mil quilos, à altura de 8 metros. Operários mais experientes se recusavam a fazer aquele serviço, responsável pela morte de dois companheiros.

No dia 13 de maio de 1975, o chefe de obras convocou Moisés, rapaz novo e incapaz de avaliar o perigo, para cumprir a tarefa. Suspenso à altura de 8 metros, ele recebia as vigas transportadas por um guindaste para fazer o ajustamento. Tudo corria normalmente, quando o cabo do guindaste rompeu, soltando a viga com todo seu peso na direção de Moisés. Mesmo se esquivando, a viga atingiu sua perna, esmagando-a.

A partir desse momento, mais um operário via encerrada sua carreira. Para a empreiteira, tudo não passava de mais uma ocorrência normal. Moisés começava nova vida de sofrimentos e desilusões, pois a seguir viria a perda da casa, da esposa e de quase toda a possibilidade de ganhar a vida. Logo depois do acidente, ele foi colocado num carro e enviado ao hospital Sarah Kubitschek. Ali a Mascarenhas Roscoe o registrou com endereço diferente daquele em que estava fichado na empresa. Afinal, todos achavam que Moisés estava a um passo da morte e o empregador não gosta desse tipo de complicação.

Moisés não morreu, graças à intervenção de seus irmãos, que o tiraram das mãos de quintanistas de medicina – em muitos hospitais os que atendem às pessoas pobres e sem condições de exigir melhor tratamento –, colocando-o aos cuidados de um médico particular. Durante cinco meses Moisés ficou de cama e seis meses de muleta. Hoje ele ainda não está em condições de sustentar o peso do corpo – os ossos não colaram e a perna perdeu o movimento. Recebe Cr$ 880,00 de seguro da empresa, mas o transporte para tratamento e pensão a que tem direito não estão sendo concedidos.

Sua vida se resume em assistir às aulas do Centro de Reabilitação do INPS, tentando aprender nova profissão, enquanto é amparado pelos irmãos. Sobre um novo meio de ganhar a vida, Moisés não vê muitas perspectivas. «Profissão é igual mãe; a gente só tem uma». Outro problema vivido pelo operário atualmente: o médico de perícia do hospital do INPS de Contagem só libera sua indenização se lhe for fornecido o visto do exame de fisioterapia, mas este vem sendo recusado porque o osso da perna ainda não colou.

Cemitério sem cruzes

«Eu nunca achava que aquilo podia acontecer comigo – fala Moisés. Vi nove operários morrerem só na área da Barbosa Roscoe, durante os três meses que ali trabalhei, fora os feridos, que era coisa de toda hora». Segundo Moisés, proteção ao operário durante o trabalho não existia. «Ali só se via ferro, cimento e aço. Nunca havia engenheiro nem agente de segurança e o médico só aparecia de vez em quando. Se alguém passasse mal, tinha de se virar sozinho».

Segundo operários e técnicos que ali trabalharam, o parque de obras da Fiat era um «cemitério sem cruzes». Muitos operários morreram quando faziam perfurações junto ao local das prensas. Esse serviço foi feito através da dinamitação da rocha ali existente e diversas vezes as explosões causaram vítimas fatais. Segundo Moisés, debaixo daquelas pedras estão enterrados muitos operários – afinal, a maioria não tinha quem reclamasse seus corpos.

O certo é que a segurança dos trabalhadores requisitados para a construção das instalações da fábrica da Fiat foi mínima. Ela pressionava as empreiteiras a cumprir o prazo de entrega das obras e essas, sem o menor escrúpulo, transferiam esse encargo aos operários. As mortes e os aleijões não importavam. Afinal, se se perdia um operário, cinco outros logo se apresentavam.

Há anos o Brasil tem sido visto nas estatísticas mundiais como recordista em acidentes de trabalho. Minas, com a introdução de novas indústrias, está contribuindo cada vez mais com os números levantados pelo Instituto Nacional de Prevenção de Acidentes – INPA, ocupando o quarto lugar na tabela e em vias de passar ao terceiro, desbancando o Rio Grande do Sul.

Essa triste realidade poderia, paradoxalmente, até causar euforia a alguns adeptos do «progresso», como se acidente de trabalho fosse sinônimo de desenvolvimento. No entanto, em âmbito mundial, a premissa não se confirma. Tomando como base os Estados Unidos, por exemplo, vê-se o disparate apresentado por sua taxa de acidentes anuais, de 3%, do total de trabalhadores do País, em relação aos nossos atuais 15%, dos 11 milhões de trabalhadores inscritos no INPS. (Inácio Muzzi Fonseca)

Jornais
Livros
Revistas
Fotocomposição

EDITORA
santa edwiges

Av. Teresa Cristina, 1665
Fone: 337-1511
Belo Horizonte – Minas Gerais

DE FATO Um jornal mineiro, de jornalistas, que depende do leitor

NOME _____
Profissão _____ Idade _____
Endereço _____
Cidade _____ Estado _____
CEP _____

ASSINATURA : DOZE EDIÇÕES
$ 60,00

O interessado deve enviar pelo correio cheque nominal visado ou vale postal ao Jornal DE FATO, av. do Contorno 2399 – Floresta – BH, MG – CEP 30000

Jornal De Fato, registro 32.895. Editado pela Editora Textual Ltda. – CGC – 19170349/0001 - 08

VEM AÍ
JORNAL BRASIL MULHER

Carta do Euro Arantes, a propósito do Binômio

Olha uma coisa, gente, a entrevista saiu bacana às pampas. Apesar de minha péssima dicção, que deve ter dado aquela mão-de-obra na passagem da fita para o papel. E apesar também dos cortes que vocês fizeram por razões que eu não conheço ainda, mas suponho. Sobre os cortes, quero fazer uma proposta a vocês: vamos tentar recompor alguma coisa? Pelo menos aquela parte que, me parece, vocês cortaram mais no susto, enxergando o fantasma pelo vidro de aumento, que, talvez, lhes fosse oferecido por colegas nossos exageradamente precavidos. Uma espécie de Ubaldo (o paranóico) do Henfil. São colegas (?) que, por enxergarem o fantasma através do vidro de aumento, querem que todo mundo use vidro de aumento para apreciar fantasmas. É uma forma muito prática que eles encontram para justificar a covardia pessoal que eles apresentam ao respeitável público sob o rótulo de cautela, precaução e bom senso.

Com isso, esses caras que já nasceram maiores de 90 anos, tentam até hoje atemorizar os jovens que se atrevem a falar em Binômio, ainda que apenas como documento de pesquisa na história do jornalismo brasileiro.

Esses caras que falam com vocês que é perigoso falar em Binômio na época atual são os mesmos que de 1952 a 1964 o compravam invariavelmente, todas as semanas. Só que na segunda-feira, dia em que ele saia, compravam um outro jornal, qualquer que fosse, só para levar o Binômio dentro dele.

A história do Binômio tem passagens como esta. O primeiro cidadão a fazer isso foi o coronel Nélio Cerqueira, da Polícia Militar de Minas Gerais. Ele era comandante da PM em Minas, no governo do Juscelino. Na manhã do dia 12 de fevereiro de 1952, um domingo, o coronel Nélio assistiu à entrega do primeiro número do Binômio, na banca da agência Rício, ali na avenida Amazonas, perto da praça 7. Pediu pra ver um exemplar. Leu as manchetes, arregalou os olhos e comprou dois. Em seguida, prudentemente, comprou um Estado de Minas, botou os exemplares do Binômio dentro e partiu célere para o Palácio da Liberdade. Mas deu com os burros n'água, porque o Juscelino leu e morreu de rir. Achou engraçadíssimo. E a uma indagação do coronel Cerqueira sobre a hipótese de mandar apreender o jornal, falou claro: «Que é isso, Nélio? Deixa os rapazes. O jornal tá bem, está até muito bem humorado».

Naquela edição, entre outras gozeiras, havia uma fotografia, de Juscelino ao lado de seu chefe de polícia (Geraldo Starling) em que os dois eram comparados com a dupla «O Gordo e o Magro», do cinema. E como parecia!

Digo isso pra mostrar pra vocês que, se a gente for acreditar em fantasmas, acaba não fazendo outra coisa na vida a não ser fugir de fantasmas. Se eu fosse ouvir conselhos dos ponderados e precavidos de souza nunca teria feito o Binômio.

Luciano, êta Antônio Luciano

Esse Antônio Luciano Pereira Filho, que anda desafiando as autoridades com seus loteamentos irregulares, invasões de terreno alheio, corte de árvores em áreas da Pampulha onde o governo iria construir parques etc., é o mesmo cara que na década de 50 o Binômio chamava de sub-gangster e, por causa disso, tomou 19 processos. Perguntem ao Dídimo Paiva, que hoje é presidente do Sindicato de Jornalistas Profissionais de Minas Gerais e editor internacional do Estado de Minas. Só o Dídimo respondeu a mais de cinco processos movidos pelo Luciano. Fora os que foram movidos contra mim, contra o Ponce de Leon, contra o Mario Athayde, contra o Rodolfo Rocha (repórter fotográfico), o Zé Maria Rabelo, o Roberto Drumond, o Oswaldo Amorim (que está hoje na Veja) e mais uma porção de gente.

Mas ganhamos todos.

Na época, o sr. Antônio Luciano respondeu também a alguns processos. Mas diferentes dos nossos, que eram pela Lei de Imprensa. Os dele eram por espancamento e corrupção de menores.

Outra diferença: os nossos processos, nós ganhamos. Fomos absolvidos em todos eles, apesar dos recursos e das pressões. Os do sr. Antônio Luciano prescreveram sem julgamento. Ele tinha muita força. Tinha tanta força que, em 1962, estava realmente ameaçado de ir para cadeia, apesar de toda a sua fortuna. Aí não teve dúvidas – comprou um mandato de Deputado Federal e adquiriu imunidades parlamentares. Até que o mandato acabasse, o processo prescreveu.

O que houve de mais importante com o Binômio na época do sr. Antônio Luciano foi o fechamento do Banco Financial da Produção, que era ali na Afonso Pena, onde é hoje o Hotel Financial, também de propriedade dele. Um dia nós denunciamos a existência de mais de 300 agências clandestinas do Banco Financial. Denunciamos com provas da Sumoc, um órgão do governo que corresponde hoje ao que é o Banco Central. Pois no dia seguinte começou a corrida ao Banco Financial. E três dias depois ele estava fechado, sob intervenção da Sumoc.

E sabem vocês por que o Banco Financial faliu? Simplesmente porque o sr. Antônio Luciano desviou todo o dinheiro dos depositantes para uma empresa também de propriedade dele, chamada Fayal. Essa que agora anda brigando com o governo, subornando o Instituto Estadual de Florestas para cortar árvores, e é proprietária de mais de 50 mil lotes na área da Grande BH. Vocês podem conferir: onde houver mais de dez pés de eucaliptos plantados, o terreno é da Fayal. É o dinheiro dos depositantes do ex-Banco Financial da Produção.

Na época (1954) o Banco do Brasil garantia, através da Sumoc, os depósitos bancários até cem cruzeiros. Esses foram pagos. Mas nos depositantes acima de cem cruzeiros o sr. Antônio Luciano deu um tremendo cano. E agora está aí, a usufruir o fruto de sua atividade criminosa. Mais que usufruir: a esfregar isso na cara de suas vítimas. Afinal, já passou tanto tempo que quase todo mundo já deve ter esquecido.

Euro Arantes

A respeito de Monteiro Lobato, petróleo e contratos de risco

Primeiro um esclarecimento sobre a carta de um leitor sobre o Monteiro Lobato. Ele interpretou mal o que eu disse (ou pretendi dizer). A explicação é simples. No tempo do Monteiro Lobato os trustes do petróleo tinham uma situação bem diferente da de hoje. Havia mais produção do que consumo. Tanto assim que os Estados Unidos se davam ao luxo de armazenar petróleo que compravam da Venezuela e no Oriente Médio. Tudo sobre o controle dos trustes (inclusive o próprio petróleo norte-americano). Era importante, por isso, esconder o petróleo brasileiro, porque se ele fosse «descoberto» os preços cairiam.

Daí o livro de Monteiro Lobato «O Escândalo do Petróleo», que foi editado, primeiramente, na Argentina, para onde o Getúlio Vargas o exilou porque ele teimava em falar que havia petróleo no Brasil. Monteiro Lobato, por essa teimosia, foi à falência, foi preso e acabou exilado. Só porque teimava em dizer que no Brasil havia petróleo.

Foi nessa época que ele tentou uma solução que se aproximava muito da que hoje o governo chama de contrato de risco: a participação de empresas particulares na pesquisa e exploração do petróleo baiano. Ele próprio organizou uma, que acabou por levá-lo à falência.

O problema na época de Monteiro Lobato não era a defesa do monopólio estatal do petróleo, instituído na década de 50, com a criação da Petrobrás. O importante era provar a existência do petróleo brasileiro, que os trustes queriam esconder para garantir os preços do produto no mercado mundial.

Eles (os trustes) tinham tanta certeza de que o petróleo brasileiro seria deles, que se deram ao luxo de cometer essa extravagância. Agora, com a virada de mesa que houve no Oriente Médio, eles entraram em pânico e apelaram para o Brasil. Esta todo mundo aí de carinha boa, cada qual disposto a um sacrifício maior para colaborar com a Petrobrás na descoberta de novas reservas petrolíferas.

No tempo de Monteiro Lobato, quem fazia isso tomava cadeia e exílio, pra deixar de ser saliente.

Euro Arantes

No tempo em que até o governador ria de si

O ponce de Leon foi o repórter mais versátil com quem já lidei em quase trinta anos de jornalismo profissional. Uma espécie de Chico Anísio, em termos de imprensa. Fazia de tudo, a partir da pauta que lhe entregassem pra cumprir. Na época do Ponce, a gente inventava coisas pra motivar o pessoal. Por exemplo: a Reportagem Impossível. Botava o assunto na pauta e quem topasse iria fazer. E quase todas foram feitas com sucesso. A maioria foi do Ponce. Mas o Roberto Drumond, o Maurílio Brandão, o Rodolfo Rocha, o Antônio Cocenza também fizeram.

O Rodolfo Rocha, por exemplo, conseguiu fotografar o então governador Juscelino Kubitschek com uma cadeira na cabeça, durante uma festa nos jardins do Palácio da Liberdade, em 1954. Aconteceu que a festa era ao ar livre e quando estava no auge caiu aquele toró. Começou a correria, com gritinhos e chiliques generalizados. O então senador Bernardes Filho, quando viu certa madame desesperada diante da água que ameaçava destruir suas plumas, pegou uma cadeira, virou de cabeça pra baixo e protegeu as plumas da madame contra a imprudência de São Pedro. Outros gostaram da idéia e fizeram a mesma coisa.

O Rodolfo Rocha bateu duas chapas apenas. Uma, flagrante geral, mostrando os madamos protegendo as plumas das madamas. E saiu correndo à procura do governador, que, afinal, não estava protegendo plumas de ninguém. Preferiu proteger-se a si mesmo. Botou a cadeira na cabeça e saiu correndo em direção ao Palácio. O Rodolfo fez a foto, que foi publicada no Binômio e na Tribuna da Imprensa. Só que no Binômio nós invertemos a foto e o sr. Juscelino Kubitschek saiu de cabeça para baixo, como se estivesse plantando uma bananeira. A legenda foi elucidativa: «Minas de pernas para o ar».

Voltando ao Ponce de Leon, que hoje é diretor de uma agência de publicidade no Rio. Em 1958 Juscelino já era presidente da República, a capital ainda era o Rio. Mas JK gostava muito de passar o fim de semana em Minas. Foi proposto o assunto: um fim de semana com o presidente. O repórter deveria infiltrar-se entre os auxiliares do presidente da República, passar o fim de semana com ele e depois contar a história. O Ponce topou. Topou e fez. Passou um sábado e um domingo com Juscelino em Diamantina e contou tudo na semana seguinte. Inclusive com excelente material fotográfico, que eliminou qualquer hipótese de saque.

Imaginem a situação:

1) Juscelino era presidente da República;

2) Binômio era o jornal que fiscalizava de fato os atos do governo e se fartava em denunciar os exageros de gastos da Presidência, o que agora se convencionou chamar de «mordomia»;

3) Um repórter do Binômio teria que passar um fim de semana misturado com o pessoal do presidente para ver como era a coisa.

O Ponce não apenas fez a reportagem, como a documentou. Passeou de helicóptero, almoçou, jantou, dormiu com a comitiva do presidente e na noite de sábado para domingo ainda se deu ao requinte de acompanhar JK ao violão, cantando as canções «Elvira Escuta» e «Peixe Vivo», que eram as preferidas de Juscelino naquela época.

Quando a reportagem saiu publicada na semana seguinte, o sr. Pedro Pereira Filho, que era chefe do cerimonial do Palácio e fora responsável pela introdução do Ponce na comitiva presidencial, teve um desmaio e passou duas semanas sem ir ao Catete, internado na clínica psiquiátrica do Hospital Santa Maria, em Belo Horizonte. O sr. Pedro Pereira Filho, como já foi dito, era tratado pelo Binômio como a «bicha» oficial do governo. Hoje é dono de um grande cartório de registros no Rio de Janeiro, que Juscelino lhe deu de presente. Não para premiá-lo por serviços prestados. Mas pra ficar livre dele, que era chato demais. Como chefe do protocolo, chegava a fazer marcação com giz no tapete do Palácio, para determinar a posição de cada um nas recepções oficiais. Enchia o saco de todo mundo, principalmente do Juscelino que nunca foi de muitos protocolos. Ao contrário, até.

Mais gente que fez reportagem impossível para o Binômio, na década 50: Roberto Drumond, hoje cronista do Estado de Minas e vencedor de concursos literários; Wander Piroli (idem) e Maurílio Brandão agora diretor do Diário de Minas. Fez um flagrante sobre falsificação de uísque escocês em Belo Horizonte e outro sobre aviões que Juscelino vendera meio escondido ao ditador Stroesnner, do Paraguai. Tratava-se dos superadíssimos NA (os primeiros da Esquadrilha da Fumaça) que foram adaptados para jogar bombas nos guerrilheiros paraguaios, que queriam derrubar o Stroesnner. A adaptação (para carregar e jogar bombas) foi feita em Lagoa Santa, aqui em Minas. Maurílio fotografou e contou a história.

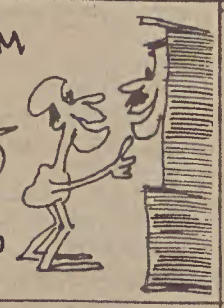
Entre as reportagens impossíveis do Roberto Drumond, a gente pode citar:

Quando havia tráfico de nordestinos para a construção de Brasília, o Roberto foi a Montes Claros e comprou um casal de escravos por quatro contos de réis. Com recibo e tudo. Pegou o casal e trouxe para dentro da redação do Binômio. Deu até Comissão Parlamentar de Inquérito, em 1959.

Outra do Roberto foi a reportagem sobre falsificação de sulfas no Estado. O escândalo era tão grande que até a Secretaria de Saúde estava comprando sulfa dos falsificadores, para fornecer aos postos médicos do interior. Quando a bomba estourou, a Secretaria resolveu se livrar do material que tinha em estoque, jogando tudo no Córrego do Leitão, pela madrugada. O Roberto foi lá com o Ponce de Leon e flagrou os funcionários da Secretaria de Saúde, despejando caixotes e mais caixotes de sulfa falsificada no canal da rua São Paulo. Com fotos e testemunhas. Isso também foi em 1959, quando o Binômio era realmente o jornal de maior circulação e maior autoridade do Estado. Pra dizer a verdade, era praticamente o único. O resto era isso mesmo que continua até hoje e vocês conhecem tão bem. Uma josta mesmo.

Euro Arantes

POR FAVOR! ME VÊ AÍ UM ALMANAQUE DO HUMORDAZ!
QUERO LER, AFO, BENJAMIN CLACCHI, DIRCEU, LOR, MÁRIO VALE, NILSON E PROCÓPIO.



Vem aí nós mulheres o nº 2

EST·Á CHEGANDO
versus nº5
ANIMA nº2

INÉDITOS
A REVISTA CULTURAL DE MINAS
VEM AÍ O Nº 3

LAMPIÃO
PACA-TATU
CUTIA-NÃO
CHAVE
À VENDA NA REDAÇÃO DO DE FATO

nas principais bancas de belo horizonte

«A terra e Deus são do Homem»
«Cristo foi também uma vítima da luta de classes...»
«Não há verdadeira transformação se não há uma quebra de estrutura»
«Esse novo céu e essa nova terra nós construimos já aqui ou não construimos nunca»
«A cidade de Vitória tem esse nome por causa da matança de milhares de índios»
«Quem não é político não é gente, não pode ser cristão»
«São Paulo, por exemplo, é machista»

DON PEDRO CASALDÁLIGA

Don Pedro Casaldáliga é um homem baixo, magro, 47 anos, poeta e de certa forma alegre. Mas é principalmente um homem engajado na vida do povo da prelazia que dirige, São Félix, no Nordeste de Mato Grosso e pegando ainda a ilha de Bananal, em Goiás. Ali vivem os índios, senhores naturais da terra e os posseiros, que lá se instalaram há 30 ou 40 anos.

Mais recentemente, para lá foram também os fazendeiros, latifundiários e grandes empresas agropecuárias, que vêm avançando e tomando as terras. Entre eles, a Suamissu, do Grupo Liquigás, com área 5 vezes maior que a ex-Guanabara, considerada a maior fazenda de gado do mundo; a Nacional, do Banco Nacional de Minas Gerais; a Tamakavy, de Silvio Santos, etc. Seu avanço vem sendo feito com apoio do governo, através de incentivos fiscais da Sudam, e muitas vezes por meio de títulos de posse fraudulentos: chegou-se a constatar até três títulos de propriedade superpostos, no próprio Parque Nacional do Xingu. A invasão das terras é apoiada pela polícia e conta com a cumplicidade de prefeitos locais, sendo normal o uso de jagunços para limpar a área.

Isto gerou conflitos e um maior engajamento da igreja na luta dos índios e posseiros contra os grileiros. Em conseqüência, também os sacerdotes passaram a ser perseguidos, não só pelas companhias, como também pelo governo. Ameaças, prisões, processos e até um caso de expulsão do País, passaram a ser fatos normais na vida de homens como D. Pedro.

Mais recentemente, grupos fascistas, como a TFP, também se juntaram aos que tentam entravar e caluniar a luta do povo e da igreja contra os poderosos do Centro-Oeste.

DE FATO: O número 5 de nosso jornal levantou a questão da participação da Igreja Católica no processo de formação da Cultura Brasileira. Isto foi feito de uma forma um tanto humorística pelo cartunista Nilson. A questão foi então colocada inclusive no que se refere ao papel exercido pela Igreja, através dos jesuítas, no caso os porta-vozes da cultura portuguesa, que começaram a implantar no Brasil a colonização religiosa do nosso povo. O que fica explícito nas palavras do nosso entrevistado quando ele afirma: «Anchieta era um agente da CIA».

D. PEDRO: Em primeiro lugar eu gostaria de sublinhar que não considero o humanismo coisa pouco séria. Possivelmente o humanismo é uma das coisas mais sérias que há no mundo. Em segundo lugar, falando de Anchieta, que era um basco, fez naquela época muito mais do que a conjuntura permitia fazer. Como somos filhos da época, estou querendo entender nesta ironia do desenhista o seguinte: que o Anchieta foi até certo ponto um transmissor de um evangelho colonizador. A Igreja deve se penitenciar, como se devem penitenciar todos os povos ocidentais que tiveram oportunidade de entrar em contato com povos novos. E penso que ultimamente estamos todos acordando para esta consciência pouco contrita. É evidente que a descoberta da América foi em muitos aspectos um crime colonialista. E que a evangelização tem sido excessivamente vinculada a uma cultura e, por isto mesmo, a um domínio. Ultimamente, nos setores mais conscientes da Igreja – e eu gostaria de destacar aqui no Brasil sobre este particular o CIMI (Conselho Indigenista Missionário) – se pode observar uma vontade apaixonada de refazer o que se fez e de encontrar uma linha nova de evangelizar, respeitando ao máximo a cultura do povo em questão. A fé não é uma cultura, ela cabe em todas as culturas. A fé também não é propriamente uma religião, mas pode se expressar de um modo religioso. Neste particular, se Anchieta foi ou não foi da CIA, o humorista é quem sabe.

DE FATO: Esta alusão, é claro, tem um duplo sentido. Em termos históricos ele era agente pelo menos da Companhia (CIA) de Jesus.

D. PEDRO: Agora, saindo do humor, acho que se pode dizer que todos esses países colonialistas tinham, de fato – a partir dos juristas, dos estrategistas militares e com freqüência a partir também dos próprios teólogos da época – uma assessoria que se transformava numa espécie de CIA, isto é verdade.

DE FATO: Voltando mais uma vez às palavras do Nilson, vendo nele uma pessoa que está aí tentando reencontrar as raízes autênticas da nossa cultura, a denúncia tenta responsabilizar a Igreja por um tipo de consciência infantil da qual todos nós participamos um dia. Uma espécie de visão escatológica, onde um sentimento de culpa compulsivo está sempre acompanhado de noções primitivas de pecado misturadas ao medo e à fantasia. O senhor, como representante desta nova visão de Igreja, de um conteúdo explicitamente pastoral e ecumênico, como responderia a esta questão? Como a Igreja

CEDEM

poderá repor este desgaste sofrido frente a todas essas pessoas que se formaram dentro desse tipo de mentalidade religiosa que ela própria espalhou?
D. PEDRO: Me parece que seria importante reconhecer que, como há uma estrutura social, há uma estrutura pessoal. E que esta estrutura pessoal depende da estrutura social. E todos sabemos que não há verdadeira transformação se não há uma quebra de estrutura. Não se resolveria nada, segundo uma nova vida de fé, uma nova vivência de Igreja, simplesmente por enterrar ou não enterrar um morto, simplesmente por comungar ou não comungar. Eu posso dizer que pessoalmente tenho enterrado suicidas sem escrúpulo nenhum. Ninguém jamais imaginou no cemitério de São Félix fazer distinção de um e outro. E em muitos outros cemitérios do mundo as coisas já andam assim. Agora, o humorista, justamente revoltado, fez uma opção que eu considero honesta, mas que eu gostaria não fosse definitiva. Ele tem bastante humor por um lado e bastante generosidade por outro, para reencontrar o verdadeiro caminho da Igreja, e gostaria até de passar para ele uma mensagem até meio assim pessoal e cordial.

DE FATO: O recado será dado.
D. PEDRO: Bem, eu insisto então que precisamos quebrar a estrutura que nos amarrou. Que quer dizer isto? Partir em primeiro lugar de uma atitude realmente sincera, que não pode ser simplesmente teórica, senão de compromisso na vida. Eu estou certo de que qualquer um encontra o caminho. Aí sim, num segundo passo esta pessoa irá elucidando na base do diálogo, na base do estudo, até saber distinguir muito bem entre aquilo que é evangelho e aquilo que é evangelho culturizado. Entre aquilo que é Igreja povo de Deus e aquilo que é Igreja estruturada de tal modo e tal outro. Aquilo que é uma visão escatológica (eu sou sumamente escatologista, no melhor sentido da palavra), ou seja, que haverá, como diz o Apocalipse, novos céus e uma terra nova, mas na medida em que isto seja construído por nós todos, agora e aqui. O problema foi sempre e será até quando separarmos a terra do céu, esta vida da outra, a história da eternidade. Na medida em que saibamos fazer de tudo isto uma coisa só a dicotomia se superou.
DE FATO: Como se dá hoje em São Félix e outras dioceses vizinhas esta perspectiva? Concretamente, no que diz respeito a esta Igreja que nasce do povo?

D. PEDRO: Vocês mesmos, nas perguntas que me colocaram, estão dando as raízes da resposta. Se a fé do nosso povo, como a minha fé, é uma fé colonizada, se a cultura do nosso povo não é uma cultura autóctone, é uma cultura já mediatizada, europeizada em muitos aspectos e tal, é evidente que essa Igreja que nasce do povo, por não poder ser suficientemente espontânea, não tem ainda muita liberdade. Porque só é livre aquilo que é espontâneo. Então, neste sentido, estamos num processo de recuperação dos valores primogênitos, no sentido da volta ao povo. Nós todos devemos valorizar o povo e o povo deve se autovalorizar cada vez mais. Em segundo lugar, o povo e nós devemos partir para uma atitude de crítica e autocrítica. Em terceiro lugar, acho que esse processo por um lado se dará de um modo lento, como se diz em antropologia: «a ritmo cultural». Mas que por outro lado exige que muitos de nós, por um motivo ou por outro, ou seja, vocês como jornalistas e estudantes, eu por ser bispo e outros por serem revolucionários, procuremos forçar um pouco, acelerar esse processo, respeitando o ritmo do povo.
DE FATO: Neste processo, como o senhor vê a perspectiva de se incluir a mulher? Sabemos que a Igreja teve para com ela uma atitude ora de reserva, ora de exclusão, simplesmente.
D. PEDRO: Você sabe que, biblicamente, no início foi a humanidade, depois é que foi o homem e a mulher. Aqui também a colonização estragou tudo. Uma colonização bem anterior aos nossos colonizadores. São Paulo, por exemplo, é machista. Tem expressões típicas como estas: «A mulher tem que cobrir a cabeça», «A mulher não pode falar na Igreja». Ele está falando a partir da fé? Não. Ele mesmo diz: «Não há judeu e bárbaro, escravo e livre, homem e mulher». Quando impõe à mulher calar a boca na Igreja ou quando exige da mulher um véu na cabeça, ele não está falando como apóstolo, como evangelizador. Está falando como homem judeu-greco-romano. Como homem condicionado por uma cultura, por uma colonização. Neste sentido é evidente que, à medida que a humanidade se liberta, se liberta a mulher. E à medida que a humanidade se liberta, se liberta a Igreja. E a mulher terá funções na Igreja. Você sabe que recentemente se tem declarado, por meio de altas figuras teológicas, que não há argumento bíblico contra a própria ordenação sacerdotal da mulher? Poderá se discutir em termos históricos, mas nunca se deverá esquecer que essa tal de História está dentro de uma historiografia condicionada pela colonização, pelo machismo etc. Por outro lado, como diz o povo em todos os países do mundo, quem parece mandar é o homem mas quem manda de fato é a mulher.
DE FATO: Mas ela manda só dentro das quatro paredes...
D. PEDRO: As mulheres mandam muito mais do que imaginam. Até na Bíblia, quem é que pegou a maçã e entregou para Adão? Não estou colocando agora em termos de pecado, senão em termos de poder de decisão.
DE FATO: Sobre esta questão do índio, a Igreja agora, na medida em que alguns de seus setores mais conscientes tomam a defesa do mesmo, vai adquirindo uma postura que é a negação da função que ela exerceu no passado como agente da colonização. Como o senhor responde esta questão à gente simples que não sabe fazer uma análise teórica para justificar essa metamorfose?
D. PEDRO: Eu vou te responder com um fato recente. Reunidos em Vitória, numa assembléia dessa Igreja que nasce do povo, celebramos numa noite a morte do padre Rodolfo e a do índio bororo Simão, acontecidas em Meruri, no Mato Grosso.
DE FATO: Foram vítimas de quê?
D. PEDRO: Vítimas dos fazendeiros e da política regional, e digamos da política nacional, que esmaga o índio já faz muitos séculos, como foi um dia a política colonial etc. E nessa celebração, que foi fundamentalmente penitencial, todos nós nos penitenciávamos de um modo pessoal. Lembrou-se então que a cidade de Vitória se chama «Vitória» por causa dos milhares de índios que se conseguiu matar. E o nome original de Vitória era: Nossa Senhora das Vitórias. Um sertanejo mineiro, aliás, que mora atualmente em Goiás, passou a noite sem dormir, impressionado por esta celebração. Escreveu uma carta maravilhosa aos índios bororos de Meruri, que possivelmente aparecerá em alguma publicação do CIMI etc. Ele dizia que «aquela não foi Nossa Senhora das Vitórias e sim Nossa Senhora das Desgraças». Essa expressão do lavrador simbolizaria muito bem a atitude da Igreja nesta hora. Reconhecemos um pouco tarde o que houve de erro fatal, o que houve de colaboração com o colonialismo. A partir da própria fé, da antropologia, da história, reconhecemos que foi a evangelização, em muitos aspectos, errada. O mínimo que podemos fazer é reconhecer isso, em primeiro lugar. E, em segundo lugar, retroceder no que ainda hoje a evangelização teria de impositiva, de colonizadora, de culturalista etc. É lógico quenumaguinada destas, como você diz, a gente se encontra um pouco desconcertado. Aliás no Brasil há uma experiência que considero maravilhosa, que é a experiência do CIMI. Recente como o Conselho Indigenista Missionário é, ele já conseguiu criar uma consciência em quase toda a Igreja do País, particularmente na Igreja Missionária e nos meios indigenistas.
E despertou até na consciência nacional uma atitude de crítica com respeito ao problema indígena e uma atitude de simpatia e adesão. Até facilitou para que os próprios índios tomassem consciência e se unissem. E sentissem que o futuro ainda é deles. O próprio índio bororo Lourenço, que foi um dos feridos nesse acontecimento de Meruri, tinha publicado anteriormente, no mês de abril, na revista Vozes, um depoimento maravilhoso que a esta hora resulta profético, a respeito do branco e do futuro do próprio índio.
DE FATO: o senhor poderia fazer uma síntese sobre o acontecido em Meruri?
D. PEDRO: Eu gostaria que os interessados procurassem consultar no jornal Movimento ('1') o trecho em que se publicou as palavras do Eugênio, chefe da tribo, que é pai do Lourenço. São realmente reveladoras, impressionantes.
DE FATO: Passando a outra questão, principalmente no interior a gente nota muito a presença dessas igrejas pentecostais, tipo Assembléia de Deus, Testemunha de Jeová. Lá na região também existe este tipo de Igreja?

Weis

D. PEDRO: Existe em todo o País, e em outros países também. Existem até os pentecostais católicos, como existem outros muitos movimentos que se chamam carismáticos: espiritualistas etc. Como existe uma grande simpatia e uma potente infiltração das religiões orientais, mais contemplativas etc. Tudo isso, ao meu modo de ver, tem uma dupla explicação. Por um lado pode ser fuga de uma sociedade que constrange, que aniquila. Pode ser fuga de um compromisso histórico, que se resolve não voando para as nuvens, senão pisando a terra e enfrentando os problemas como eles são. Por outro lado, é com muita freqüência um magnífico instrumento bem pensado e bem utilizado pelo próprio capitalismo, que desvia o poder de contestação e de luta das massas para reações idealistas, espiritualistas etc. Ou ainda pode ser uma atitude sumamente humana de religiosidade. O homem é um animal religioso, a verdade é esta. E o homem moderno, que quis ser por muitos motivos justos secularista, está compreendendo agora que não precisava ser tão secularista.
DE FATO: Como o senhor responde à questão da fé em relação à História? Existe compatibilidade entre as duas posições? Pode alguém ter fé e entender o problema do homem como o problema de um ser histórico?
D. PEDRO: Somente há um Deus e uma humanidade. Então o Deus da fé é o Deus da História. O homem que crê é o homem que vive. Quer dizer: a fé é uma explicação desta intervenção de Deus no mundo.
DE FATO: Na História?
D. PEDRO: Na História, que se concretiza num fato culminante que é Jesus Cristo. Que se preparou durante séculos e de um modo particular através da história do povo judeu. Problema de fé, vocês sabem muito bem, não é um problema de ciência, não é sequer simplesmente um problema de história. É um problema de fé. Quer dizer: é um dom de Deus, que eu recebo na simplicidade do coração, mas não de um modo acrítico, infantil. E muito menos de um modo descomprometido. Eu gostaria de insistir: não há fé cristã se se esquece a encarnação, a paixão, a morte, e a ressureição de Cristo. E eu desafio a vocês que me encontrem em toda a história humana

um fato mais realista, mais apaixonado e apaixonante, mais conflitivo, e eu até diria sócio-político. Só na medida em que foi encarnação e foi história possibilitou ser também ressurreição e transformação da própria História.

DE FATO: Colocando esta questão de Cristo numa perspectiva até ousada da nossa parte: ele não seria um líder que fracassou por não ter identificado e desenvolvido uma consciência sobre a luta de classes? Não foi ele próprio uma vítima da luta de classes em seu tempo?

D. PEDRO: Foi isso, mas foi muito mais do que isso. Evidentemente que foi vítima da luta de classes. Pilatos era o Império Romano, era a colonização. Os escribas e fariseus eram os intermediários dessa colonização e eram as oligarquias. Agora, Jesus Cristo não foi simplesmente isso.

Jesus Cristo, eu já disse, para mim filho de Deus, além de entrar pela encarnação na luta de classes e além de apanhar por causa dessa luta de classes até à morte, nos trouxe uma mensagem de esperança, que, sem nos permitir fugir dessa luta que é uma luta histórica e por isso mesmo é uma luta humana e uma exigência da própria encarnação, nos possibilitou: em 1º lugar, lutar, em 2º lugar, apanhar sem desespero. E, em 3º lugar, vencer gradativamente no dia-a-dia. E, finalmente, de um modo definitivo, com esse novo céu e essa nova terra, que insisto: nós construímos já aqui ou não construímos nunca. Que para mim se constrói de modo definitivo e pleno além da morte. A partir da construção gradativa que aqui façamos.

DE FATO: O senhor citou há pouco o encontro de Vitória. Poderia dizer umas poucas palavras sobre o que foi o encontro e os resultados obtidos?

D. PEDRO: Esse encontro de Vitória é um segundo dentro da preocupação de devolver a Igreja ao povo, e de que cada vez mais o povo seja Igreja e a Igreja seja povo. E superar tudo isso que estamos criticando nesta própria conversa: colonialismo etc. Celebrou-se, faz um ano e meio, um encontro da Igreja que nasce do povo com a intervenção de figuras teológicas, de bispos etc., aqui do País. Este segundo encontro foi um segundo passo. Também com a presença de grandes teólogos, até do famoso Gustavo Gutierrez, a figura mais destacada da teologia da libertação aqui na América Latina (ele é peruano). Participaram bispos, padres e leigos. Leigos da base mesmo, e talvez este foi um ponto culminante e que eu penso histórico. Essa salada de peritos: teólogos, sociólogos, bispos e da base camponesa, da base analfabeta. Esse encontro que se definiu como que num slogan, mas porém explícito: «Sendo a Igreja o povo que se liberta», quis descobrir os novos caminhos e as novas atitudes para que esse povo possa realmente ser Igreja, para que a Igreja possa ser povo.

Tentando cada vez mais se superar a dicotomia: evangelho e vida, Igreja e mundo, História e eternidade. Tentando cada vez mais superar uma visão vertical de igreja, indo desde uma mãe de família até o papa. Sem que ninguém seja mais do que ninguém, e destacando esta verdade básica da encarnação que nos obriga a um compromisso com a História e por isso mesmo com a política. Quem não é político não é gente, quem não é gente não pode ser cristão. Dizia muito bem um teólogo espanhol, uma figura de valor internacional: «Nesse negócio de política, se pode dizer sim, não ou se pode dizer nada. Mas nas três circunstâncias se toma uma atitude política». E, possivelmente quando não se diz nada, a atitude é mais política ainda. Então o cristão se compromete ou não se compromete, mas em todo caso está comprometendo sua própria fé e seu compromisso humano e cristão perante a História.

DE FATO: D. Pedro, para terminar, nós teríamos entendido no que o senhor disse, fazendo uma síntese, é claro, que a terra (incluindo a propriedade, o plantio, a colheita) é do homem e a vida de Deus. Seria isto?

D. PEDRO: Ou talvez, precisando mais, se vocês quiserem ainda,que a terra é do homem e o homem é de Deus. Agora, eu posso dizer do mesmo modo: que a terra e Deus são do homem. A gente nunca deve pensar num tipo de Deus que utiliza o homem, que se satisfaz em ver o homem andando por aí como um brinquedo dele. Deus realmente é um mistério profundamente humano, um mistério de amor e compreensão.

DE FATO: Quer dizer que, caso a humanidade seja extinta pela guerra, ou na medida em que ela não se fizer aqui e agora e portanto passe a se perder, ou, em outros termos se a humanidade se desumaniza e neste processo conduz a si mesma para a morte, ela estaria também conduzindo para a morte Deus?

D. PEDRO: Eu não diria a morte de Deus e sim a morte da obra de Deus. Ele deixaria de se realizar criando o homem e possibilitando a História humana. Agora, eu tenho tanta fé no homem porque tenho bastante fé em Deus. Lá na prelazia de São Félix, cantamos um hino, onde uma estrofe diz:

«Se acreditamos no homem
É porque cremos em Deus
Queremos nova esta terra
Porque esperamos os céus».

E no hino da comunidade rural, que fizemos numa circunstância de luta com a fazenda Bordon – da qual, seja dito de passagem, Delfim Neto é dos principais acionistas – de propriedade do famoso frigorífico Bordon, a gente canta:

«Somos um povo de gente
Somos o povo de Deus
Queremos terra na terra
Já temos terra nos céus».

Jornal Movimento /26/7/76 – Nº 56 / Vide matéria: "Sangue na Terra Bororo» de Antonio Carlos Moura – Pag 2.

DECLARAÇÃO DO CIMI

O Conselho Indigenista Missionário (CIMI), reunido em Goiânia, diante dos graves acontecimentos do dia 15 deste mês, em Meruri, município de General Carneiro/MT, que tanto sensibilizaram a consciência nacional e a opinião pública internacional, vem manifestar sua posição sobre este fato e suas implicações no panorama indigenista e missionário do Brasil.

Como foi amplamente divulgado pelos meios de comunicação, na manhã do dia 15 um grupo de 62 pessoas bem armadas invadiu a Colônia Indígena de Meruri, administrada pela Missão Salesiana do Mato Grosso, após haver interrompido o trabalho de uma das três equipes que faziam a demarcação da reserva, por ordem da FUNAI, obrigando os topógrafos e índios bororo que executavam o serviço a acompanhá-los até a sede da colônia. Lá, insultaram e agrediram o padre Gonçalo Ochoa usando igual procedimento com o padre Rodolfo Lunkenbein, diretor da colônia, que chegou ao local pouco depois. Os líderes do grupo, sobretudo João Marques de Oliveira («João Mineiro»), José Antônio Guedes Miguez, Manuel Borges («Preto») e Alaor Borges, não conseguindo obter dos missionários qualquer reação às suas provocações, agrediram o Padre Rodolfo e os bororos que foram defendê-lo, matando o padre e o índio Simão Cristino e ferindo outros quatro bororos: Lourenço Rondon (Txibae Ewororo), Gabriel dos Santos (Bakorokudo), José Rodrigues e Tereza, mãe de Simão. No tiroteio, um dos atacantes, o menor Aloísio Bispo, foi atingido pelos próprios companheiros, vindo também a morrer no próprio local.

Esses incidentes e todo o clima que se instalou na região nos dias subseqüentes fazem-nos lembrar que não são apenas os bororos de Meruri que lutam pela garantia de suas terras. No município de Rondonópolis, MT, está sendo demarcada a reserva bororo de Tereza Cristina, que, com a cobertura legal da FUNAI, deverá, pelo atual projeto, conservar incrustada no centro da área indígena uma fazenda particular que ocupa as melhores terras, isolando a aldeia do rio que constitui sua mais importante fonte de sustento, que é a pesca, e do resto da reserva. Também no município de Poxoréu, MT, há um grupo bororo na colônia Paraíso, também sem terra legalizada.

Torna-se imperativo, neste momento, repetir o que é, a toda hora, denunciado de muitas formas: a insegurança das populações indígenas do Brasil, pela invasão de suas terras. Do Sul ao Norte este problema se repete e cada vez com maior gravidade. Basta, neste momento, lembrar o acontecido, no início deste mês, com os índios xerentes de Tocantínia, GO. Também lá reserva foi criada pela FUNAI, mas os fazendeiros desapropriados não foram indenizados. Quando os xerentes iniciavam uma roça numa dessas áreas desapropriadas, ocorreu um conflito que resultou em dois índios feridos e três mortos da parte dos fazendeiros.

O índio e o problema das terras no Brasil

É comum se ouvir dizer que, por se constituírem em pouco mais de 0,1% da população do País, os índios brasileiros «não teriam necessidade de tanta terra». Quem assim pensa se esquece de que o índio foi o primeiro habitante das Américas. Como concluiu o Parlamento Índio-Americano do Cone Sul, reunido em San Bernardino, Paraguai, em outubro de 1974, «o índio americano é o dono milenar da terra; a terra é do índio. O índio é a própria terra. O índio é o dono da terra, com títulos de propriedade ou sem eles».

Apesar de o índio ser o «dono milenar da terra», no Brasil as áreas indígenas não estão, em sua grande maioria, sequer demarcadas. Se, ao longo da história do Brasil, se registraram inúmeros conflitos de terra entre os indígenas e os colonizadores, o problema vem se tornando muito mais grave nos últimos anos, com a abertura de novas fronteiras de expansão da agropecuária e mineração, determinada pelos interesses dos grandes capitais, o que deu origem ao duplo fenômeno de uma maior concentração da terra, e de sua transformação em objeto de especulação. A terra já não é um meio de trabalho, mas apenas uma mercadoria. Essa concepção é uma agressão ao universo cultural do índio. Os índios têm uma relação com a terra baseada na satisfação das necessidades da vida da comunidade, e não na busca do lucro. Eles não EXPLORAM a terra como nós o fazemos, destruindo o meio ambiente. Por isso, o respeito aos valores culturais indígenas exige que lhes reconheçamos o direito a uma extensão de terra maior, como garantia de seu equilíbrio e sobrevivência.

Agrava-se ainda mais o problema pelo fato de que as mesmas empresas capitalistas que invadem as terras dos índios estão igualmente expulsando posseiros e pequenos lavradores. Por esse motivo, algumas vezes, posseiros e trabalhadores rurais, esbulhados de seu meio de trabalho, são compelidos a ocupar áreas indígenas. É fácil perceber, todavia, que, por trás de eventuais invasões de pequenos lavradores contra as áreas indígenas, está a agressão do latifúndio capitalista que, em última análise, é o responsável direto e indireto pelo esbulho da terra dos índios. Aliás, queremos denunciar a cortina de fumaça que a FUNAI e alguns setores ligados aos grandes proprietários de terra estão lançando sobre a opinião pública, mostrando toda invasão de área indígena como obra de posseiros. Na verdade, os choques entre posseiros e índios são relativamente pequenos. Os maiores problemas, muitas vezes promovidos ou, pelo menos, acobertados por órgãos do Governo, são causados pela invasão das terras indígenas pelas grandes companhias pecuárias, medeireiras e mineradoras, nacionais e multinacionais.

No caso concreto de Meruri, ocorreu algo semelhante. Segundo testemunhas oculares, nem todos os participantes do ataque eram grandes fazendeiros. Alguns deles eram pequenos posseiros, que foram para lá iludidos e inflamados por alguns cabeças, estes sim, grandes fazendeiros da área com seus jagunços, bem motorizados, armados e apoiados pela política e pelo comércio de Barra do Garças e Cuiabá. Nos dias seguintes ao crime, a imprensa divulgou declarações do próprio governador do Mato Grosso e do presidente da FUNAI, que aludiam à existência de um Sindicato da Morte no Estado, cujo objetivo seria a eliminação dos índios para ocupação de suas terras.

Uma das causas imediatas do conflito em Meruri foi, seguramente, o início da demarcação da reserva, sem uma prévia solução do problema dos ocupantes, mediante reassentamento dos pequenos posseiros em outras áreas e a desapropriação por interesse social de alguns invasores que já possuíam outras terras fora dali.

Para se definir as responsabilidades deste e de outros conflitos, é importante recordar a posição manifestada diversas vezes pelas autoridades da FUNAI, para quem o problema dos posseiros em terra indígena deve ser resolvido pelo INCRA. Este órgão, entretanto, tem se excusado de intervir nos conflitos, alegando que, em área indígena, a responsabilidade é da FUNAI. Quem, então, neste «jogo de empurra», soluciona o problema que existe e para o qual o Governo só se volta quando ocorrem mortes, como neste caso?

CONCLUSÕES

Com a consciência de que «evangelizar, para a Igreja, é levar a Boa Nova a todas as parcelas de humanidade, em qualquer meio e latitude e, pelo seu influxo, transformá-las a partir de dentro, e tornar nova a própria humanidade», o Conselho Indigenista Missionário – CIMI – propõe-se a contribuir para essa transformação, definindo as seguintes posições:

1. Existem no Brasil mais de 700 mil posseiros ameaçados como os índios, em seu direito à terra. Eles se situam entre os 10 milhões de famílias de trabalhadores rurais brasileiros sem terra.

Por isso, vemos o problema das áreas indígenas situado no contexto mais amplo da distribuição irracional da terra em nosso País. Só com uma radical e profunda transformação da estrutura agrária brasileira, que beneficia a todos os trabalhadores rurais sem terra, será possível abrir o caminho para o reconhecimento pacífico do direito dos povos indígenas à terra.

2. Assim como defendemos o direito dos índios a uma extensão de terra compatível com as necessidades impostas por sua cultura, reafirmamos a importância de se respeitar e defender essa mesma cultura das pressões para uma integração rápida dos indígenas à sociedade nacional. É necessário que tenhamos a humildade e honestidade de desejar um intercâmbio e um diálogo com a cultura do índio, para que também a sociedade nacional possa se beneficiar dos valores das comunidades indígenas.

3. Há pouco mais de um ano, neste mesmo local, a primeira Assembléia Indigenista Missionária promovida pelo CIMI afirmava a necessidade de «os missionários, como pessoas e como Igreja, optarem por uma encarnação realista e comprometida com a vida dos povos indígenas, convivendo com eles, investigando, descobrindo e valorizando, adotando sua cultura e assumindo sua causa, com todas as suas conseqüências». Acreditamos que o padre Rodolfo Lunkenbein tenha selado, com o testemunho de sua morte, a aceitação desse princípio. Ao mesmo tempo, o sacrifício de Simão Cristino e seus irmãos bororos, que ofereceram sua vida para defender a do padre Rodolfo, constitui um apelo e uma exigência para que toda a Igreja Missionária do Brasil busque cada vez mais essa encarnação com o índio. Esperamos também que esta realidade constitua um chamado a todas as igrejas do Brasil, no sentido de que a pastoral indigenista seja assumida integralmente no planejamento pastoral de conjunto.

Finalmente, convictos de que, no mistério da Páscoa, de Jesus Cristo, a morte desses irmãos é mais um sinal de que os índios do Brasil viverão, vencendo os que desejam sua extinção, apelamos à consciência de todos os brasileiros para nos unirmos na luta por transformações estruturais que nos conduzam a uma sociedade mais justa e humana, onde não tenham lugar acontecimentos como os de Meruri. Nenhuma força deterá a determinação de um povo consciente e unido. Os índios estão se unindo e lutando. Unamo-nos nós todos e trabalhemos solidariamente apoiando a causa indígena, causa de todos nós.

Goiânia, 25 de julho de 1976.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

Qual é a do teatro mineiro?

C.A. Ratton

R. Brandão

Quem são as pessoas que fazem hoje o teatro mineiro? São as mesmas de 15 anos atrás? Pode-se falar, agora, num revigoramento da atividade teatral em Minas? E os atores novos, são as escolas que vão fornecer? Ou o teatro amador? Existe teatro profissional em Minas? Por que é que o público mineiro desconhece as experiências feitas no teatro, a partir de 69? E o teatro marginal seria uma concepção fantasiosa na estrutura atual?

Para discutir estas questões, o DE FATO chamou 14 pessoas – entre atores, produtores, diretores e autores – o que deu margem a dois debates, diferentes na dinâmica e a nível de sugestões propostas.

Jota D'Ângelo

P. Paulo Cava

ALCIONE

Ezequias Marques

Garrocho

Da equipe DE FATO, participaram dos dois dias de discussão:
- Beth Fleury
- Fernando Assunção
- Luciano Cintra
- Mirian Chrystus
- Wanda Latalisa
- René Zeferino
- Fotos de Zinho e Aderi

Belizário

Tinim e Eid

José Mayer

Das seis pessoas convidadas, para o primeiro debate, compareceram cinco:
- Carlos Alberto Ratton
- Ezequias Marques
- Belizário
- Jota D'Ângelo
- Pedro Paulo Cava
- Walmir José (não veio)

No segundo dia, compareceram sete pessoas, das oito convidadas:
- José Mayer
- Tinim
- Eid Ribeiro
- Luiz Carlos Garrocho
- Alcione Araújo
- Bernardo Mata Machado
- Wilma Henriques (não veio)
- Ronaldo Brandão

Garrocho, Tinim, Eid e R. Brandão

Teatro Popular

BETH – O que significa para vocês o «fazer teatro»? E ainda: teatro diversão ou teatro que incomoda?
BELIZÁRIO – Fazer teatro é primeiro uma opção profissional como qualquer outra. A arte é necessária dentro desta sociedade em que vivemos. Tem que incomodar, mas é antes de tudo diversão.
RATTON – A priori é diversão. Mas o que é diversão, hoje? O teatro no Brasil, hoje, país capitalista, subdesenvolvido, é uma diversão decente ou indecente? A quem serve este teatro? A diversão do teatro no Brasil é, por excelência, quantitativa, ela vai divertir os donos do poder, as pessoas que estão participando desta festa de concentração de renda. O povo brasileiro não está vendo teatro, quem está vendo é a classe média e a burguesia. E nós somos palhaços deles.

Se você for fazer uma análise do teatro brasileiro, hoje, vai ver uma volta ao passado. Parece que o teatro brasileiro não evoluiu.

No Brasil a censura, a estrutura política e o modelo econômico mudaram e o teatro taí, paradão. Por que? Por causa da repressão.
FERNANDO – E o último carro?
RATTON – Vi o ÚLTIMO CARRO no Rio e não gostei. Acho que é o mesmo paternalismo. Repetição de esquemas superados. BENTE ALTAS é uma reedição da peça do Plínio Marcos DOIS PERDIDOS NUMA NOITE SUJA. A classe média vai ao teatro se condoer de marginais.
RATTON – O Nelson Xavier que foi um cara da geração do ARENA, dos mais importantes, que escreveu agora O TRIVIAL SIMPLES, coloca exatamente isto: Ele tá vendo tudo voltando. Mas isso tem uma explicação. Quando você não pode ir além de um passado imediato, começa a repetir, então vira farsa. Uma mentirinha.
PEDRO PAULO – Eu não faço distinção entre arte de consumo ou arte que incomoda. O que eu acho é que toda arte deve ser de consumo, seja ela qual for. Artes plásticas se consome na medida em que você compra um quadro. Teatro você consome indo ao teatro. Eu acredito no teatro brasileiro como fator de unidade nacional.

BELIZÁRIO – Subdesenvolvimento no Brasil, hoje, também é fator de unidade nacional.
PEDRO PAULO – Só que o artista não pode fazer teatro dissociado da realidade dele. Mesmo a alienação é uma forma de participação política muito direta, muito atuante. Negativa, é claro. Taí a meninada de hoje.
RATTON – Pois eu nunca tive tanta esperança na nova geração como agora. Em todos os níveis. Ela faz um jornal, vende jornal na rua. Nunca no Brasil teve isto. Nunca a Imprensa Nanica, que está na mão de gente jovem, cresceu tanto. Vendeu tantos exemplares e foi tão séria. Tão pouco oba-oba. Porque ela tem um passado, tem uma revolução nas costas.
PEDRO PAULO – Você está falando das exceções.
RATTON – ... que tão virando regra.
PEDRO PAULO – Fazer teatro é a minha forma de participação política. Eu não faria nada que não pudesse ter uma contribuição efetiva pro cara sair do teatro com dúvida.
RATTON – Sua «arte de consumo» eu quero comentar, Pedro Paulo. Artes plásticas é uma arte individualista por excelência. Teatro é uma arte coletiva – ator, autor, diretor e platéia. O quadro é o pintor e o consumidor. Artes plásticas é arte essencialmente capitalista. E temos uma cultura maravilhosa. Se você aproveitar as imagens e lembranças acima do paralelo 18, vamos fazer um teatro nacional, brasileiro. Ou então fazer o oposto. Pegar o homem urbano do Brasil e mostrar pra este cara como ele está vivendo, sem pensar, sem comer, sem respirar. Mas é importante que esta cultura não seja vista paternalisticamente, como está sendo mostrada agora: o proletariado brasileiro, tomando o trem, como se fossem bonzinhos. Eles não são tão bonzinhos assim não. Eles querem comer. Concordo com Brecht: «primeiro a pança, depois a moral». O autor nacional, um pequeno burguês, como eu, em crise, morre de dó do povo e faz um trabalho mistificando o povo. O povo é tão sacana quanto a gente!
PEDRO PAULO – A maior reclamação do homem de teatro, hoje, é que o público não vai ao teatro. Mesmo espetáculo de vanguarda, como um ARRABAL, um IONESCO, um BECKET. Mas de que adianta? Como um cara que trabalha 8 a dez horas por dia numa fábrica vai entender, ou mesmo poder ir, ao teatro?
RATTON – Peraí. A peça do BECKET «ESPERANDO GODOT» foi estreada na América, numa penitenciária, e aplaudida de pé.
PEDRO PAULO – Experimente fazer isto aqui na penitenciária de Neves.
RATTON – As dores e os problemas humanos são universais.
PEDRO PAULO: A dor brasileira é uma dor particular.
RATTON – A dor latino-americana é que é uma dor particular. Nós temos um passado teatral desde a colonização. O Anchieta, pra substituir o Deus Tupã dos índios pelo Deus dos brancos, fazia teatrinho. É sinal de que teatro é uma arma muito eficaz. Que vem servindo há séculos pra trocar valores do povo por valores dos colonizadores. E esse negócio de vanguarda teatral são rótulos da direita. Quem inventou a palavra vanguarda, como quem inventou a palavra festiva foi Ibraim Sued. Foi um certo tipo de imprensa reacionária. Quando há uma coisa que a ameaça, ela rotula.
FERNANDO – Ô RATTON, uma hora você diz que é o povo brasileiro quem importa. Outra hora você diz que o teatro brasileiro é uma volta ao passado. No entanto o povo brasileiro está presente num teatro como GOTA D'ÁGUA, ÚLTIMO CARRO e outras. Que contradição é essa?
RATTON – O povo tá no palco, mas não está se vendo. Acho importante se desenvolver formas de levar teatro ao povo.
BELIZÁRIO – A tentativa do Paulo Pontes e Chico Buarque, João das Neves e outros eu não invalido. São autores que têm procurado usar a cultura popular. Pegar um trem, cair dele em movimento, levar ferro, é parte da cultura popular.
RATTON – O que é popular no Brasil? Popular é o que é feito e criado pelo povo. O teatro popular brasileiro é o povo que vai fazer. Não nós, estudantes e intelectuais. Isso é paternalismo. Todo teatro que levarmos pro povo será um teatro falso. Experiências concretas: ARENA, CPC, OPINIÃO etc. O sr. Augusto Boal lançou um livro há pouco, «O TEATRO DO OPRIMIDO». Você percebe claramente que ele está repudiando as formas tradicionais.
FERNANDO – Mas o próprio Boal define três categorias de teatro popular. Entre elas, o teatro feito com o povo, para povo e com uma perspectiva popular. E o teatro feito pela pequena burguesia para a pequena burguesia, com uma perspectiva popular. E peças como GOTA D'ÁGUA e ÚLTIMO CARRO estão tentando atingir justamente estes setores.
D'ÂNGELO – É um pouco difícil a gente definir qual o teatro a gente quer fazer...
EZEQUIAS – Antes de tudo, pelo amor de deus, gente, deixem-nos fazer teatro.

Quanto às peças que se deve fazer, devemos fazer trabalhos que a maioria entende e usar a sutileza que é peculiar ao brasilero. Inocular na turma o veneno... A nossa história e as nossas estórias estão se diluindo no tempo e no espaço, sem nenhum registro. Como então perguntar qual é a causa do teatro mineiro? Como vamos ter causa? A causa é que não existe teatro mineiro. Esta é uma oportunidade para despertar as pessoas sob todos os enfoques possíveis. Eu quero gritar: autores autores, autores. Sem autores, sem idéias para interpretar, sem personagens para criar, sem textos para eu gritar, sem uma mensagem de protesto, o que fazer? Qual é o autor que tem uma peça que faça sacudir a política do País? Plínio Marcos tem «NAVALHA NA CARNE» (proibida pela censura).
PEDRO PAULO – Você disse que o teatro não tem causa, mas a causa que o D'Ângelo falou não é uma causa específica de um ator mas de uma classe inteira. Exatamente porque nossa profissão incomoda, ela ainda não foi regulamentada.
D'ÂNGELO – Só para esclarecer, eu não disse que Minas é um pasto. Eu quis dizer que nós cheiramos a pasto. Não é pejorativo. É afetivo. Outra coisa: não é problema da criatividade dos autores que está faltando, não. A criatividade dos autores está sendo castrada. Eles podem dizer exatamente as coisas que gostariam de dizer. A gente corre o risco de ser tão sutil, que só quem concorda é que vai entender. Também quando falei em teatro sem causa estava me referindo à causa ideológica mesmo, e o País inteiro não tem causa. Não é só o teatro, não. **Nós somos um povo sem causa.** Estamos afastados do processo ideológico, político e histórico. Somos uma massa inerte, agarrados a uma série de leis que determinam exatamente o que você tem que fazer, o quanto tem de pagar de imposto e fim de papo. Ninguém te pergunta quais são suas reivindicações, o que está desejando. E nem vão perguntar. Vemos a regulamentação da profissão dos atores ser recusada por todos os atores, porque esta regulamentação não obedece aos mínimos requisitos da classe teatral. Pelo contrário foi feita de cima para baixo.

Teatro Mineiro 66/69

BETH – Vamos levantar a questão do teatro 66/69 e o teatro mineiro hoje. O que o levou a esta atividade quase inócua?
BELIZÁRIO – Naquela época havia uma razão. Havia uma efervecência política no País inteiro, que levava o diretor ao autor, por uma causa. Havia uma causa. O cara ia preso, mas estava fazendo teatro. Os problemas continuam existindo, só que a resistência parou de existir.
PEDRO PAULO – A resistência?
BELIZÁRIO – ... da classe teatral.
PEDRO PAULO – As formas é que mudaram Você tem a imprensa nanica, o teatro fora do teatro, o teatro no circo.

D'ÂNGELO – Exatamente nesta época, 66/69, os grupos de teatro existentes em Minas sentiram influência daquilo que tinha acontecido no final da década de 50, no Rio e em São Paulo. As influências do TEATRO DE ARENA e do OFICINA. Por uma questão de circunstâncias nós estávamos exatamente no momento em que o sistema fraquejava. Isto permitiu uma abertura de luta muito ampla que não se restringiu ao teatro, mas era um movimento em todo o Brasil. Era um negócio romântico mas o fato é que estávamos na rua enfrentando a polícia. Havia uma causa ideológica. A partir do Ato nº 5, o arrocho político foi apertando, a censura recrudesceu e o teatro sofreu violentamente. Foi quando Boal, e outros nomes ligados às diversas formas de arte como o Vandré, na música, saíram do País. Ao mesmo tempo toda a política estudantil foi arrasada. Assim, por volta de 68/69 não tínhamos mais grupos de teatro em BH. Sendo que no início da década de 60 tínhamos aqui o TEATRO DE EQUIPE, o GRUPO GERAÇÃO, o TEATRO EXPERIMENTAL. Hoje a situação é cada vez mais difícil. Estabelecemos um círculo vicioso, onde nenhum grupo ou pessoa que está começando quer fazer teatro em qualquer lugar. Querem o Marília, o Francisco Nunes; ninguém está disposto a sair e fazer teatro na casa paroquial do Padre Eustáquio, por exemplo.
PEDRO PAULO – Em 68 tivemos 19 produções mineiras, e em 69 apenas cinco, incluindo peças adultas e infantis. Castrou-se violentamente o que havia na época. Mas vocês se esqueceram de um fator importante: logo após 69, começaram a surgir as grandes novelas que captaram e trouxeram enlatados para todo o País. A TV Itacolomi dispensou sumariamente os caras que faziam tele-teatro há anos e deixou-os na rua da amargura. Enfim, a TV veio refletir todo este processo, depois do AI-5, trazendo enlatados para substituir o que existia de cultura brasileira.
RATTON – O interessante é que o cinema nacional não parou. E cinema é uma coisa cujo orçamento chega a um milhão por produção. Teatro nem chega perto deste custo.
PEDRO PAULO – O cinema tem financiamento da Embrafilmes. Tem o INC que é financiado. O próprio Banco de Desenvolvimento financiou um filme aqui em Minas Gerais. Além disso, cinema você tira cópias e manda pro Brasil inteiro. Teatro não.
BELIZÁRIO – Mas para cada cem peças montadas no Brasil, produzia-se um filme apenas.
RATTON – Porém um único filme era a somatória do custo de todas as cem peças. Porque será que se fez cinema?
EZEQUIAS – Porque o cinema nacional foi impingido com uma programação obrigatória. Era e é obrigado passar um filme brasileiro. Teatro não tem nada disso. Eles caçaram o financiamento do teatro a bem do cinema.
BETH – A gente estava falando que o teatro mineiro parou de 68 pra cá. E o teatro brasileiro, parou?
RATTON – Não parou.
BETH – Então o problema é discutir o teatro mineiro.
PEDRO PAULO – No Paraná a coisa não parou e é um Estado menor do que o nosso. E lá ainda não tinha Fundação Teatro Guaíra, naquela época.
BETH – Então como fica esta questão? O teatro nacional continuou andando e o teatro mineiro parou?
EZEQUIAS – O mineiro preferiu sentar na sua poltronazinha em casa para assistir seu programinha de TV.
PEDRO PAULO – Isso não. O Brasil inteiro vê TV. Acho que é uma somatória de vários fatores: faltam condições financeiras, falta principalmente, e isso é muito importante, a união de classe. Falta os caras começarem a trabalhar em regime de cooperativa, regime de grupo. A culpa é 50% nossa.
BELIZÁRIO – Concordo com você nesse ponto. Mas acho que o teatro que incomoda não deve esperar verba não. Ele tem um papel histórico e tem que ser indepedente da verba, de subvenção de instituição.

Situação Atual

PEDRO PAULO – Mas o governo deve preservar certas coisas. Por exemplo: estão querendo demolir o Francisco Nunes.
RATTON – Mas existe uma lei federal que diz que para cada teatro demolido se construa outro. É importante a gente saber disso e berrar lá na Assembléia. Vamos colocar uma coisa: teatro qualitativo ou teatro quantitativo? Se for quantitativo, é o teatro que está sendo oferecido aí – como «A GAIOLA DAS LOUCAS». Um milhão de pessoas estão lá na «Gaiola», e não estão ganhando nada com isso a não ser divertir-se com um espetáculo de pederastas. Nós temos duas opções. Se você vai escolher o profissionalismo, você é obrigado a fazer o que o mercado exige. Se voce vai fazer o teatro que você quer, faz-se um teatro qualitativo, onde não interessa se o público são dez, vinte ou trinta pessoas.
BELIZÁRIO – Aí o ator morre de fome.
RATTON – Num país subdesenvolvido o ator tem que comer merda.

PEDRO PAULO – Vou te dar um exemplo de teatro quantitativo de excelente qualidade: o REI MOMO. Foi montado em São Paulo, correu todo o ABC paulista fazendo teatro dentro das fábricas, todo espetáculo lotado e cobrando um cruzeiro.
D'ÂNGELO – A experiência demonstra, de maneira taxativa, que é impossível fazer teatro pra trinta pessoas. O ator se frustra.
RATTON – Então a TV gratifica. Um milhão de pessoas vêem os atores.
D'ÂNGELO – Não é isso. O jornal tem um mínimo de circulação. Esse mínimo garante a sobrevivência, a continuidade dele. Se vocês não tivessem esse mínimo vocês paravam de fazer o jornal. Seria inútil.
PEDRO PAULO – Você está voltando ao ponto que eu disse no início. Não adianta fazer masturbação intelectual pra meia dúzia de caras, que você não se satisfaz.

Ajuda Oficial

D'ÂNGELO – A gente não pode ficar pensando que o governo vai, paternalísticamente, patrocinar teatro. Isso é impossível e indesejável. É claro que verba é coisa benvinda. Também a cultura é problema do Estado. O teatro é cultura, e a peça é o único capital do pessoal de teatro. Eu duvido que exista um grupo de teatro em BH, atualmente, que tenha condições de fazer publicidade paga nos jornais, no tamanho e nas condições de chamar a atenção do público.
RATTON – Continua-se tentando fazer um teatro qualitativo, usando todos os veículos oficiais, com preços oficiais. Porque não tentar uma fórmula mais original de se anunciar uma peça? Não pode ser um cara com um cartaz na rua, uma banda? Por isso é que eu digo. Se você quer fazer um teatro quantitativo, você usa os veículos do sistema e faz um teatro quantitativo.
MÍRIAN – Quando tem grupo de fora se apresentando aqui, eles vão lá na faculdade discutir, com o pessoal, o trabalho deles, tomar contato e fazer uma propaganda. Eu nunca vi o D'Ângelo fazer isso, mesmo quando montou «O Interrogatório».
D'ÂNGELO – Eu explico: vocês devem estar lembrados de que a organização estudantil só voltou a existir de uns três a quatro anos para cá. O movimento estudantil estava inteiramente desbaratado. Olha que coisa absurda: o INTERROGATÓRIO foi uma peça que eu montei com o dinheiro do DCE. No entanto eu fiz dez espetáculos para o DCE e não foi ninguém. Ora, o DCE deveria ser o primeiro a fazer uma propaganda monstro em cima do espetáculo. Na outra peça, FREI CANECA, que eu montei dentro do DCE e paga por ele, também não foi ninguém. Eu não trabalho mais na Universidade. Não acredito mais.
BETH – Como disse o D'Angelo esse é um problema de circunstância histórica do movimento estudantil. Um movimento desorganizado que assume um compromisso e depois não tem condições de levar adiante.
D'ÂNGELO – Mas um mínimo eles tinham.
BELIZÁRIO – Hoje, há um interesse muito grande do movimento estudantil pelo teatro, pela cultura. Tanto é que transformaram um salão de baile em sala de espetáculos teatrais e musicais.
PEDRO PAULO – Voltando ao INTERROGATÓRIO, logo após a temporada, o DCE promoveu um espetáculo que veio de fora. Eu vi os caras do DCE no meio da rua de madrugada, pregando cartazes.
D'ÂNGELO – Puseram 10 mil cartazes nas faculdades todas. Sabe porque? Só porque era uma peça do Brecht. O QUE MANTÉM O HOMEM VIVO, e com gente importante de São Paulo.
RATTON – Ô gente, acho que a coisa não pode ser colocada assim, não. De repente, o teatro mineiro que foi um teatro de diversão, um teatro bobinho, não pode querer que o DCE se alie a ele.
PEDRO PAULO – Então o DCE tem má memória. Você deve se lembrar que pelo menos grupos como o GERAÇÃO, TEATRO EXPERIMENTAL e TEATRO DE EQUIPE fizeram muito bom teatro, na década de 60. E o DCE apoiou esses grupos.
BETH – As pessoas que hoje estão no DCE não estavam naquela época. Também o momento é outro. Vamos deixar o DCE e falar um pouco do teatro subvencionado.
PEDRO PAULO – De repente, o Serviço Nacional de Teatro, que era um órgão que funcionava até bem pouco tempo como cabo eleitoral do cara lá do Nordeste, resolveu assumir uma atitude paternalista e injetar verba no teatro brasileiro. Evidentemente que isso teve uma série de implicações. O SNT ajudou. Empurrou a criação da Fundação Nacional de Teatro Amador, empurrou a criação de uma série de associações no Brasil inteiro, empurrou festivais. O SNT abriu recentemente um edital de patrocínio para quatro peças. Mandei o REI MOMO e ele voltou com patrocínio do SNT. Isto em âmbito federal. Em Minas Gerais foi criado no tempo do JK a tal Fundação do Palácio das Artes, que seria o órgão dinamizador da cultura e da arte, seria o centro da arte em Minas. Evidentemente que a Fundação Palácio das Artes seguiu o mesmo esquema, a

mesma orientação elitista da política nacional em termos de cultura, em termos de tudo. O Palácio das Artes nunca cumpriu a sua função. A prefeitura, através de seu Departamento de Cultura e Turismo cumpriu, algumas vezes, funções específicas neste sentido. Não cumpre mais.
BETH – Mas hoje tem a Coordenadoria de Cultura. Que é que ela tá fazendo?

PEDRO PAULO – A Coordenadoria foi criada na entrada do Governo Aureliano Chaves, com o objetivo de incrementar a cultura mineira. Ela tem promovido coisas, distribuído verbas, patrocinado alguns espetáculos. A primeira coisa que um órgão desses devia fazer era implantar uma estrutura. Há uma resistência brava na área do governo estadual.

D'ÂNGELO – Um esclarecimento. No momento em que se criou a Coordenadoria de cultura, foi feito o levantamento da situação cultural em todo o Estado, num documento de 400 páginas, preparado antes da posse do governador. A parte de teatro fui eu quem fiz. É um diagnóstico da situação do Estado em termos de teatro, bem como possíveis medidas a serem adotadas. Desse documento surgiu uma série de projetos específicos. Estes projetos, entretanto, sofrem bloqueios políticos por parte da administração estadual. Quer um exemplo?: foi feito um projeto para a Coordenadoria de Cultura aproveitando a Radio Inconfidência para fazer um programa semanal de radiofonização de contos de autores mineiros. Este projeto caiu nas mãos da Fundação Pandiá Calógeras (encarregada do projeto da TV Educativa que nunca saiu do papel) e parou. Podíamos fazer uma representação ao governador mas não vai adiantar pois quem preside a Fundação foi nomeado pelo próprio governador. Assim como esse projeto existem 17 outros elaborados pelaCoordenadoria de Culturaque fazem parte de um plano chamado PRODEC (PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO CULTURAL DO ESTADO). Um desses projetos específicosdiz respeito exatamente ao financiamento para o teatro, pela Caixa Econômica Estadual, a juros baixo e com prazos de carência para pagamento. Com isso resolveríamos o problema não só de BH, mas de todos os grupos do interior onde houver uma Caixa Econômica Estadual. Com relação ao Conselho de cultura, ele acabou de publicar um edital para subvencionar o teatro. Mas não as montagens. Eles preferem financiar coisas mais permanentes. Se você pedir auxílio para comprar material é capaz de conseguir. Por último queria falar sobre o Palácio das Artes. Como todos sabem, ele não serve pra teatro. Nem o pequeno teatro, na galeria. A única coisa que funciona no Palácio das Artes é o CETEDRAN.

BELIZÁRIO – Estou me lembrando de uma coisa: o governo passado liberou uma verba de um milhão e duzentos mil, para a construção de um teatro para grupos amadores. Essa verba foi levada para o Palácio das Artes, porque não existia a associação para receber o dinheiro.
D'ÂNGELO – Porque não passaram este dinheiro para a FENATA? Ela já existia. Isso é desculpa. A verba foi desviada indevidamente.
BELIZÁRIO – Esta verba foi usada no ano passado para comprar tapetes e cadeiras, segundo me consta.
PEDRO PAULO – Não. Isto não pode ser dito desta maneira. O Abílio Machado estava interessado em dar uma verba de um bi e duzentos para construir um teatro, para os grupos em geral. Mas reduziram o mandato dele, no Governo do Rondon Pacheco. Aí eu fui lá e apertei o Abílio, mas no dia de assinar, ele não nos chamou e quem assinou foi o Guimarães Alves, diretor do Palácio das Artes. Ele gastou a verba na galeria lá embaixo, transformando-a em um teatrinho (não tem nem condições de se entrar nele).
D'ÂNGELO – A única coisa que funciona no Palácio das Artes é o CETEDRAN e pode ser dinamizado. Fizeram há pouco um concurso de peças teatrais com quase 60 peças inscritas.
BELIZÁRIO – O CETEDRAN, a partir de janeiro, vai emprestar salas para ensaio mediante solicitação. Além disso o banco de peças já está funcionando com 100 textos.
D'ÂNGELO – Uma outra coisa que o Estado deveria assumir é a impressão dos cartazes dos espetáculos, como um direito nosso. O Estado tem a Imprensa Oficial. Além disso poderia dar uma verba para publicidade, ou mesmo fazer um contrato com o Estado de Minas, como faz a Fundação Cultural do Distrito Federal. Seria bom também que colocasse tabuletas em locais específicos da cidade com a programação cultural do mês.
BELIZÁRIO – Os teatros oficiais daqui (o Palácio das Artes, o Francisco Nunes e a Imprensa Oficial) nunca têm reserva pra gente. Eu fui lá no Chico Nunes ver se conseguia alguma reserva. Não consegui. Tá tudo na mão do empresário de fora que chega aqui monta seu showzinho picareta de fim de semana e cai fora. Eu não tenho nada contra artistas de fora, não. Eu tenho contra o esquema que não dá lugar para grupos mineiros.

PEDRO PAULO – Eu fui lá com uma proposta de apresentação do REI MOMO de um mês. O Murilo me disse que não tinha data. Eu não sou besta, né? Fui na Secretaria de Cultura e entreguei a proposta. Consegui um mês e meio.
D'ÂNGELO – Olha. O Secretário de Turismo me disse que todo cara de teatro de Minas Gerais que quisesse o Chico Nunes, teria. Mas ele queria uma coisa: garantia de que os grupos mineiros cumpririam o calendário. Se não cumprissem ele ia botar gente fora, porque o teatro não podia ficar vazio. E eu não posso garantir pra ele que o calendário vai ser cumprido.
PEDRO PAULO – «O REI MOMO» é um exemplo prático. Eu reservei um mês e meio lá e não pude montar a peça. Fui lá e devolvi. Ele caiu na minha pele. Tá certo.

Teatro Amador

RATTON – Olha um negócio importante: questionou-se a falta de dinheiro. O Pedro Paulo conseguiu o teatro, a verba e o texto. Por que é que ele não montou a peça?
PEDRO PAULO – Deixa eu responder porque eu não montei o REI MOMO. Quando vi a peça em 74, achei que o texto preenchia determinados objetivos para nosso grupo. Mas o material humano foi o maior problema que tive. Para o espetáculo, precisamos de atores que cantem, dancem e representem. Ao todo, 47 pessoas entre atores e técnicos e mais dois músicos ao vivo. A verba existia, também o teatro, figurinos, cenários, tudo encaminhado. E por falta de material humano eu desisti. Fui devolver a verba para o SNT e mandaram que eu ficasse com ela. Dentro de quinze dias já devo estar com outro texto. Nós estamos pensando em formar grupos, núcleos, fazer palestras, debates, leituras dramáticas, uma série de coisas, para sensibilizar este pessoal mais moço que tá começando. Quando você vai montar uma peça e pensa nos atores, vira e mexe e acaba caindo nos mesmos atores prá determinados papéis – já bastante estereotipados. A solução para o teatro mineiro é fazer núcleos de atores básicos para começar a trabalhar.
MIRIAM – D'ÂNGELO, quando formou «O GRUPO» só pegou gente de 10, 15 anos de teatro. E os novos atores?
D'ÂNGELO – Mas é lógico. Nós temos que desenvolver um trabalho com um certo nível de qualificação. E eu não sou obrigado a dar oportunidade para atores novos não. Nosso grupo não é grupo de formação de ator. Por isso as escolas são importantes. Mas o grande celeiro de atores é o teatro amador. Os grupos estão começando a se formar novamente. É preciso ter o Futebol de várzea para ter o profissionalismo. O meu grupo não vai formar atores mas estamos em condições financeiras de dar apoio pra um grupo que queira se formar. Isso é que interessa.
BETH – Quais são as atribuições do presidente da FENATA?
D'ÂNGELO – Primeiro nós fizemos um levantamento e cadastramento dos grupos existentes no Brasil inteiro. Agora estamos tentando arranjar grana, porque a FENATA não tem verba. Ela não é filiada a nada. É uma entidade autônoma. Sem grana a gente não pode nem entrar em contato com os outros grupos. A nossa meta fundamental foi a criação das federações estaduais de teatro amador. Felizmente a nossa já está criada. Começamos em setembro/75, em Juiz de Fora, mas só agora em Julho ela foi legalizada, com CGC e tudo. Hoje já temos 14 federações estaduais no País.

FERNANDO – Pelo papo que rolou até agora, parece que a única saída pro teatro são os grupos amadores.
D'ÂNGELO – Eu não diria que é a única saída. Mas num ponto estamos certos: não há profissionalismo em BH e não temos infraestrutura para implantá-lo. Além do mais o profissionalismo nasce. Não é implantado.

BETH – O que a federação mineira está fazendo?
D'ÂNGELO – Procurando conhecer os grupos. Até agora estamos com 32 grupos registrados. Mas sabemos que existem muito mais. Para isto estamos viajando para o interior para entrar em contato com outros grupos.
BETH – Quem está financiando estas viagens?
D'ÂNGELO – Nós temos contrato com o Mobral Cultural. O meu grupo na parte sul e o grupo do Sérgio na parte Norte. Nós estamos viajando financiados pelo Mobral.
FERNANDO – Conta como funciona esse negócio...
D'ÂNGELO – Em 74, na criação da FENATA, conheci no Rio o pessoal do Mobral, que estava querendo implantar o Mobral cultural em Minas. Aí fizemos contrato com eles e começamos a viajar apresentando peças no interior. Eles pagam 40% do salário mínimo de diária pra cada ator do grupo. Até no máximo 15 atores. Não financiam a montagem, não tem bilheteria, e não pagam passagem, hospedagem nem comida. Mas isso a gente consegue nas cidades onde a gente vai. Com seis meses, chegamos à conclusão que o negócio não estava funcionando. Não trazia vantagens financeiras pois só a passagem às vezes custa quase o que você recebe. Além disso cortava as possibilidades de outro trabalho aqui em BH. Atualmente nós só viajamos uma vez por mês. Deixamos os outros fins de semana para os outros três grupos. O Sérgio faz o Mobral-norte e os outros quatro fazem o Mobral sul. No início, eu marquei uma reunião lá no Ronaldo Boschi, publiquei no jornal e não apareceu ninguém. Só o Sérgio. Há muito desinteresse por parte das pessoas. Nós fizemos aqui em BH, no mês de maio, um ciclo de palestras sobre teatro brasileiro e não apareceu ninguém, a não ser o pessoal do Teatro Universitário. E não foi falta de divulgação, não. Botamos cartazes nos bares, nas faculdades, em todo lugar.

FERNANDO – Que tipo de peças vocês estão montando no Mobral? O Mobral seleciona?
D'ÂNGELO – Não. O Mobral não faz nenhuma censura. Ele recomenda uma série de peças mas cabe ao grupo aceitar ou não. Eu nunca fiz uma peça recomendada por eles. O que eu tenho levado no Mobral é, PELOS CAMINHOS DE MINAS, que ficou uma temporada em cartaz aqui em BH. A única exigência do Mobral é a peça ter o certificado de censura e ser de autor brasileiro. Agora, tem grupo trabalhando aí pelo País na base do ufanismo. Isto depende do grupo. Se o grupo quer ser subserviente, problema dele. O dia que o Mobral fizer uma censura no meu grupo, eu corto meu contrato. O Mobral é apenas financiador. É diferente.
FERNANDO – Você colocou a posição do Mobral e a posição do seu grupo. E a visão do pessoal que está sendo atingido por estas peças?
D'ÂNGELO – Quando nós começamos sentimos uma série de problemas. Chegamos à conclusão, por exemplo, de que não é só o público do Mobral que deve ver os espetáculos não. O público estudantil, a classe média do interior, todo mundo precisa também ser atingido por estas apresentações. Tentamos então convidar o público em geral nas cidades onde íamos. Mas não funcionou. Falou que é espetáculo do Mobral, ninguém vai. Acham que é coisa de analfabeto.
BELIZÁRIO – Isso seria aberto a grupos regionais? Vamos supor que em determinada região de Minas tem um grupo funcionando. Ele poderia ser subvencionado pelo Mobral para cobrir sua região.
D'ANGELO – Atualmente não chegamos nesta fase. Mas no futuro pensamos fazê-lo. O mais importante é dar força à criação de grupos no interior. Não adianta muito a gente se apresentar de vez em quando.
RATTON – Isto se aplica também a BH.
D'ÂNGELO – Exatamente. Tanto que nós pedimos à Prefeitura para fazer um levantamento de todos os lugares, em bairros e vilas da capital, onde a gente pudesse apresentar peças. Eu tô disposto a ir a qualquer lugar. Salão paroquial, qualquer buraco. E não estou pensando em termos de dinheiro, não. Eu só não quero ter despesas.

BETH – Vamos falar sobre a profissionalização do ator, gente?
PEDRO PAULO – A cláusula que eu acho mais fdp é a seguinte:
«Além dos deveres gerais impostos aos empregantes, está obrigado:
– tomar parte nos espetáculos anunciados, formalizando protesto justificado a 24 horas; (quer dizer: se ele não aparecer...)
– observar as horas de trabalho, indicadas nas tabelas de serviço;
– a cumprir a tarefa recebida, não podendo ALTERAR, SUPRIMIR OU ACRESCENTAR PALAVRAS OU CENAS AO TEXTO SEM AUTORIZAÇÃO ESCRITA DO EMPREGADOR;
– participar do espetáculo avulso ou ato variado para o qual haja previamente consentido na indulgência ou não.
É DIREITO DO ARTISTA OU TÉCNICO (é direito!):
– exigir que o seu nome ou pseudônimo figure nos programas de espetáculo, filme ou video-tapes, quando sua participação for direta no espetáculo, excluída eventual ... etc...
– exigir da empresa o fornecimento do guarda-roupa e demais recursos indispensáveis ao cumprimento das tarefas contratuais, não constituindo renúncia a esse direito o uso de roupas e objetos de sua propriedade...» (risos)
EZEQUIAS – Eu ainda não li o documento do governo. Nós estamos é precisando salvar o teatro. Cada produção é um risco de morte. É um aborto. É imprescindível que a coisa seja defendida.
PEDRO PAULO – É isso que a fundação está querendo fazer. Mas para isso precisamos antes de tudo de união de classe. Já estamos proporcionando uma assistência médica na base da amizade, por 50 cruzeiros.
RATTON – Paternalismo, né?
BELIZÁRIO – Já que o ator foi marginalizado nestes últimos dois mil anos, prefiro que ele continue marginal mesmo. Uma regulamentação dessas aí só vai assegurar a prisão do ator.
EZEQUIAS – ... um mínimo de sobrevivência.

BELIZÁRIO – Podemos ser marginais e ao mesmo tempo botar a boca no trombone.
RATTON – Em qual trombone? Só se for de talo de mamona...
MIRIAN – José Arrabal falou no Opinião que não existe crítica de teatro no Brasil. Existe apenas colunismo teatral, como existe um colunismo esportivo e social. Disse ainda que a crítica serve a um gosto da classe dominante e por isso ela exerce um papel judiciário. E a crítica em Minas? Ela existe? É importante ela existir?
RATTON – Ela não existe e nunca existiu. Esses jornais da imprensa marginal ou nanica estão agora começando a criar um novo tipo de crítica. Uma crítica que não é mais pautada no bom gosto, na moda. Uma crítica social como deve ser. A crítica, por exemplo, do Movimento e do Opinião é fundamentalmente contrária à crítica da Veja.
MIRIAN – E o Yan Mishawlski?
RATTON – Ele é um dos críticos mais engajados do processo teatral brasileiro. Suas críticas são coerentes, lógicas e com uma ótica definida. Porque não se forma aqui em Minas uma crítica de teatro? A crítica de teatro complementa a atividade teatral, é tão importante como o espectador.
P. PAULO – Aqui em BH nós não precisamos de críticos não. Nós precisamos é que a imprensa publique os roteiros do teatro.
BETH – Mas isso já sai todo dia no Diário da Tarde.
RATTON – Vocês estão com má fé com a imprensa. É ridículo. A imprensa pode ser bem usada.
EZEQUIAS – Os críticos são produto de uma bagagem cultural, e os cursos de comunicação já deviam ter definido uma área para críticos teatrais.
BETH – Isso existe teoricamente.
MIRIAN – O Estado de Minas, por exemplo, não tem crítico de teatro.
RATTON – Me ofereceram espaço pra eu fazer crítica lá, a hora que eu quiser.
P. PAULO – Mas aí é que tá. Ou você faz teatro ou faz crítica. As duas coisas ao mesmo tempo não dá.
BETH – Costuma-se tomar as críticas como coisas pessoais. Não existe amadurecimento pra receber uma crítica sobre o trabalho que se faz.

P. PAULO – O Geraldo Magalhães também me propôs fazer crítica pro Estado de Minas, faz algum tempo e eu não quis.

Situação do autor mineiro

BETH – O Ratton, que é que há com o autor mineiro? Quais as pessoas que estão escrevendo teatro em Minas? Cadê a produção dessas pessoas?
RATTON – O ato de escrever é um ato solitário, a priori. A peça só se realiza quando ela é encenada. Você quer um indicador? Esse concurso do Palácio das Artes teve 60 textos. Eu passo a pergunta ao Pedro Paulo: Quando você ficou sabendo deste concurso, você procurou algum texto mineiro lá? Escolheu de cara o «Rei Momo», que já era um texto de sucesso comprovado.
P. PAULO – Não. Eu pensei em procurar um texto mineiro lá. O texto do Blei. Mas quando eu vi, ele já tava com a Priscila.
RATTON – Mas você procurou ver outros textos?
P. PAULO – Não.
RATTON – Como vocês podem ver, há um desinteresse em montar o autor nacional. Não é mineiro só não. Há um interesse em reprisar fórmulas de sucesso. Os exemplos estão aí: Castro Alves, Zumbi, etc. Ou grandes nomes como Chico. Eventualmente damos uma sorte. Mas é um negócio acidental. Isto tudo é reflexo de uma situação caótica da arte nacional. O cara que passou dois meses escrevendo uma peça vai querer ter uma paga por este trabalho. Ver a peça montada. O Zé Mayer, que eu acho um cara comercial por excelência, lê um texto pensando se vai dar lucro pra ele. Embora ele tenha um teatro de graça na mão. O próprio J. D'Ângelo, que tava aqui presente, tá falando em buscar um novo rumo e vai montar a «CASA DE BONECAS» do Ibsen. Isto é um aborto. O nosso autor também não pode escrever sobre nossa realidade porque é censurado.
EZEQUIAS – As peças da maioria dos nossos autores eu não leio, porque sou eminentemente ator. Mas eu sinto, que nossos autores fazem literatura pra teatro. Eles não entendem da nossa maquinaria, não entendem da técnica do diálogo em teatro. Nós temos contistas do mais alto gabarito. Eles precisam conhecer mais a estrutura do teatro e produzir também mais para o teatro.

RATTON – Isso tudo que você falou é teatro aristotélico. Eu prefiro Brecht. O teatro mineiro é completamente sem ideologia. É um ajuntado de pessoas pra fazer uma pecinha. É importante o grupo definir uma linha.

EZEQUIAS – Eu não gosto do Brecht. Eu quero nossa realidade. Estou cheio de autores estrangeiros.

BETH -- Mas estamos falando de linha, não de textos.

EZEQUIAS – Para que adotarmos a linha brechtiana? Vamos criar a linha brasileira, a linha mineira. Temos tanta miséria, tanta coisa pra ser gritada e mostrada aqui e só o teatro pode fazer.

BETH – A partir de experiências com grupos de teatro amador, vi que há elementos que não dão realmente pra fazer teatro. Pode ficar a vida inteira treinando, que o cara não se desenvolve. A origem disso não me interessa.

EZEQUIAS – Se ele não é um ator, não adianta. Ele não tem vocação. Teatro é vocação. O ator tem aquela chama ardente dentro dele. O teatro, acima de tudo, é tarimba. Só podemos usar a técnica pra precipitar esse processo. Quem quiser fazer teatro deve dominar toda a estrutura teatral. Nossos diretores, para dirigir, também deveriam fazer um curso de ator, para saber o que vão exigir dos atores. Quem não fica roco fazendo teatro? E quem é professor de impostação de voz aqui em BH? Ninguém

RATTON – Voltando ao problema do autor mineiro. Eu concordo com o Belizário, quando ele fala da marginalidade. Mas você só pode ser marginal, não vivendo da coisa. É uma opção consciente prá se fazer o que se quer. A solução para o teatro brasileiro é amadorística. É o que o Amir Haddad está fazendo no Rio. Ele monta peças no Museu de Arte Moderna cobra 5 mirréis de ingresso e trabalha num regime de cooperativa. O teatro mineiro e brasileiro é feito à noite.

EZEQUIAS – Aqui existe o problema da segurança da produção. Estou cansado de participar de peças onde você ensaia, decora papel e, antes de ser levada, pára-se o trabalho. Outro problema é que a maioria dos jovens, hoje, querem apenas acontecer, acham que o palco é passarela e ficam fazendo concorrência. E os diretores dão preferência a eles porque não cobram nada.

RATTON – Isso é muito importante. Quando montaram Hair em S. Paulo, colocaram um anúncio em jornais: «Precisamos de Atores». O que pintou de hyppie lá e que desalojou atores de verdade não foi mole.

P. PAULO – Tanto a posição do ator como a do diretor e do produtor são difíceis. Como é que você pode exigir de um ator um bom rendimento, quando ele trabalha 8 horas por dia pra sobreviver? De noite ele ainda vai ensaiar até de madrugada.

RATTON – O teatro está tão estratificado, tão burro, que ele exige do ator, que teve um péssimo dia, um ensaio feliz.

EZEQUIAS – Teatro faz desses milagres.

BETH – E a associação, onde é que ela entra no problema?

P. PAULO – A associação está aberta a todas as pessoas ligadas ao teatro. Mas apenas os técnicos se filiaram pois eles precisam de assistência médica. A dificuldade no momento é arregimentar o pessoal, um mínimo de gente. Temos apenas 29 pessoas filiadas, e olha que a taxa é 10 cruzeiros... Você não consegue nem que o ator se filie. É preciso, antes de tudo, de união da classe.

«Fazer teatro é viver»

BETH – **O que significa para cada um de vocês a atividade de fazer teatro atuar, escrever ou dirigir?**

EID – **Fazer teatro é viver. Acho que não há separação entre as duas coisas. Ou o cara é de teatro ou não é. Se não está vivendo o personagem, não dá pro cara mentir. Esse tipo de teatro é o teatrão. O cara não tem um objetivo ideológico de trabalho.**

BETH – **Mas você fala e faz, não é? Você vive o teatro, não tem outro emprego, por exemplo.**

EID – **Eu tenho diversos empregos. Biscateiro, né? (risos). Mas em teatro o fundamental é o trabalho do grupo. O ator tem que entender cada vez mais ele mesmo, para começar a entender melhor as pessoas.**

MAYER – **Há um momento mágico, base na vida de qualquer ator, em que ele associa o trabalho e a casa, o texto e a marmita. Assim, alguma coisa acontece que aprofunda e possibilita um relacionamento de um grupo diante de um trabalho, como foi por exemplo o grupo de BENTE ALTAS – com pessoas de diferentes níveis de informação. Houve um relacionamento tão incrível que o trabalho resultou fácil e feliz.**

BETH – **O pessoal do primeiro debate dizia que não há condições do cara viver de teatro. Aqui parece que o pessoal está assumindo o negócio e dizendo: «nós temos que viver de teatro, não existe diferença, é a vida da gente».**

MAYER – **A procura do Manual da Sobrevivência em teatro é um tema esgotado, porque na verdade a gente sabe qual a forma de sobrevivência em teatro.**

EID – **É aí que entra a ideologia do trabalho, que é o que você pensa, qual é o objetivo do grupo. Teatro é entendimento. Acho que é tudo isso: divertimento, tá chorando, tá demonstrando, tá criticando.**

GARROCHO – **Acho que não tem divisão de teatro contestação, teatro pra diversão, para isso ou aquilo. São só rótulos. O que existe é uma experiência muito forte. Você passa para as pessoas toda a sua vida, e morte.**

RONALDO – **Mesmo para as pessoas que captem isso pelo rótulo... Ótimo. Podem ir ao teatro.**

EID – **O teatro nunca deixa de ser espetáculo. Ter a sua vida ligada ao que você pensa do sistema, do mundo, não pode ser dissociado do que você faz no teatro. É lógico que quando você for transformar uma peça e tal, quer um espetáculo. Mas existe o objetivo – esse autor aí quis dizer isto, com esta peça.**

RENÉ – **Então você acha que sempre vai haver essa dicotomia, teatro diversão e...**

EID – **Vai. Porque existe o teatro Broadway. Existem divisões econômicas e de pensamento. Uns usam a arte pra ganhar dinheiro, outros usam com fins ideológicos.**

GARROCHO – **A vida já é o próprio espetáculo. Seja ela pra que lado tombar.**

RONALDO – **Não para nós, porque nós representamos. Todo dia, toda hora. Na hora de fazer a cena que o Eid dirige, eu também tenho que comandar tudo, não para corresponder à minha vida pessoal, mas para ser exatamente uma equação, uma fábula, uma mentira suprema contando muitas verdades. Então eu tenho dificuldade de fazer a cena, porque lá eu sou um ator trabalhando.**

MAYER – **A propósito disso que o Eid falou com relação à determinação da forma final do trabalho o nível de qualidade seria maior na medida em que fosse mais marginal o trabalho?**

RONALDO – **Eu acho que não.**

BETH – **O que é exatamente ser marginal?**

EID – **Marginal, pra mim, é gente que vive fora do sistema econômico, de teatro especificamente.**

RONALDO – **Ou que está à margem. Quem está à margem do rio é o único que pode falar: o rio passou e aconteceu tanta coisa passando lá.**

TINIM – **Pra mim, marginal é aquele que não tem apoio. Meu grupo não tem apoio nenhum. Chego na Coordenadoria de Cultura, eles me pedem papéis e tudo, e mandam falar comigo, outro dia, que o dinheiro tinha sido desviado para o Festival de Inverno.**

RONALDO – **Mas por que você se obriga a esse sistema imundo? Eu, por exemplo, também enfrento essa barra. Claro que os jornais estão à minha disposição.**

TINIM – **Mas você não é tão marginal quanto eu.**

RONALDO – **Eu sou marginal dentro do jornalismo também.**

BETH – **Você é marginal porque escolheu. E Tinim está lutando para não ser.**

RONALDO – **Mas eu não escolhi simplesmente não. Eu também sou da mesma barra.**

TININ – **Marginal não tem apoio talvez de ninguém, numa cidade. Ele é sozinho.**

EID – **Pois é, mas eu sou marginal que não quer ter apoio do governo não.**

MAYER – **Esse é o problema: as razões de marginalização do grupo do Tinim são bem claras, mas acontece que elas são agravadas – ele quer se encaixar numa forma de teatro mais oficializado e reconhecido. Coisa que possivelmente ele nunca virá a ter.**

TINIM – **Meu caso é outro, Mayer. Pra eu poder fazer o espetáculo, tenho que pagar, porque tenho a bilheteria. Sou obrigado a ter CGC, a ter estatuto etc. Amanhã eu compro o Minas Gerais e está escrito lá assim: «Todos os grupos de teatro façam o favor de buscar tal, tal e tal, que nós estamos dando dinheiro». Então eu sou um marginal que convidaram a ir lá, mas eu não pedi. E nesses onze anos eu fiz mais teatro do que muita gente por aí que anda com dinheiro. Porque faço teatro para um pessoal que não acredita em teatro. Faço dentro de centro espírita. Eles não acreditam e eu falo que o teatro é assim e assim e tenho a casa cheia. Agora, dona Fernanda Montenegro pede o dinheiro à SNT, 30 mil cruzeiros, e só vai lá buscar... Isso significa uma política muito forte. Esse dinheiro que eles estão dando não é para todo mundo não.**

RONALDO – **A mordomia é um grande assunto.**

RENÉ – **Parece que vocês não vêem diferença entre teatro diversão e teatro contestação.**

ALCIONE – **O teatro, pra cumprir qualquer função, é, antes de tudo, diversão.**

BETH – **Então isto é uma linha que você segue quando escreve?**

ALCIONE – **A situação de autor é um pouco particular. Ele escreve uma peça que não sabe se vai ser encenada. O trabalho dele é mais solitário.**

EID – **Mas aí tem muitos autores, por exemplo, escrevendo pra Fernanda Montenegro, de encomenda.**

ALCIONE – **Sim, mas eu não faço.**

RONALDO – **Sim, mas quando você fala que o autor é solitário, que escreve solitariamente, nesse momento ele está povoado pelo mundo.**

ALCIONE – **Claro. Aliás, é um processo solitário de recriação da humanidade. É uma atividade intelectiva. O barulho incomoda, atrapalha a reflexão. Você vai escrever dez peças pra uma te render dinheiro. E se a sobrevivência dele estiver dependendo daquele material com que ele trabalha, pode passar fome. Os autores de televisão é que sobrevivem muito bem.**

RONALDO – **Os autores atuais, porque os de hoje – da televisão – são os antigos autores de teatro...**

ALCIONE – **... que não sobreviviam disso na época. Dias Gomes fazia novelas pro rádio. Eu tenho uma profissão (engenheiro). Embora eu não exercite essa ligação direta com teatro, penso que é o caminho verdadeiro. Não posso mudar a situação em que vivo. Tô fazendo agora, no Rio, a experiência de escrever junto com um grupo (ASDRUBAL TROUXE O TROMBONE). Eu tô aberto para experimentar uma coisa que, penso, se fez pouco no Brasil.**

RENÉ – **Se você estivesse fazendo um teatrinho de bate-palma, de ôba-ôba, seria a mesma situação que você tá colocando?**

ALCIONE – **Só na Grécia os dramaturgos eram prestigiados. Mas reinava Péricles, então tinha aquela experiência democrática.**

FERNANDO – **Mesmo na Grécia os atores faziam parte de uma classe dominante. Havia um sistema de escravidão que permitia a eles viver de teatro, permitia aos filósofos serem filósofos.**

ALCIONE – **Não vamos colocar a coisa assim. Nós estamos falando daqui, de uma cultura dominante. No fundo os intelectuais são a cultura dominante...**

EID – **Esse negócio não é só no teatro. Como é que as pessoas sobrevivem? Cada pessoa tem que fazer uma coisa – quebrar pedras, o outro puxar o saco de fulano. O ator tá nesse jogo também. O artista não pode ser essa coisa mistificada, não – «eu sofro muito». Acho que ele é um operário. Dali pra baixo todo mundo é igual, entendeu?**

ALCIONE – **Mas se o momento condiciona a felicidade do artista, apaga o problema da sobrevivência. Existe um momento histórico em que o cara foi melhor. Sendo-se artista, a felicidade é expressar. Explodir.**

EID – **São fases de maior liberalismo, mais liberdade de expressão...**

RONALDO – **Explodir tudo e deixar o pessoal ajuntar os cacos!**

RENÉ – **Teatro mineiro de 66 a 69 e teatro mineiro hoje – evolução ou involução?**

RONALDO – **Evolução! Seria reacionário dizer que foi melhor o passado. Pois hoje nós temos um produtor que está presente, além de ator, empresário etc. (aponta para o Mayer). Hoje é mais importante que o teatro exista, porque se hoje ele não é ótimo, amanhã ele poderá ser. É muito importante o ontem, porque nós somos homens históricos – temos o pensamento, a lembrança do passado.**

RENÉ – **E se introduzir aí o conceito mineiro?**

MAYER – **Haveria uma visão de dentro e uma visão de fora da coisa. O teatro, visto de fora, existiu, muito mais de 66 a 69. Tudo favorecia – se podia falar muito mais e fazer muito mais. Acredito que das pessoas no teatro mineiro de 69 para as pessoas hoje, houve uma modificação maravilhosa. Hoje quem diz que não consegue separar a casa do palco não diria isso naquele tempo.**

FERNANDO – **Acho que a colocação mais importante seria a quantidade de peças de autores mineiros, brasileiros, que foram levadas e que todo mundo ia ver...**

RONALDO – **Gente, nós éramos mais aculturalizados. Bebíamos mais autores estrangeiros. Hoje, «somos mais cultos», depois de termos aprendido. Então já preferimos fazer do que estar seguindo.**

EID – **Acho que houve uma evolução e uma involução. Regredimos em termos de formação de profissionais. Ao mesmo tempo surgiram pessoas novas, que não vieram de escola, com a cuca já em outra. O teatro brasileiro piorou pra ca..., em termos de autor. Ele estimula as pessoas, economicamente, a não criarem. Até pouco tempo a SBAT tinha uma lei, na qual os autores de textos com quatro personagens ganhavam mais percentagem do que os autores de textos com mais personagens. O Brasil foi reduzido ao monólogo mesmo.**

ALCIONE – **É, mas não é só uma dificuldade da SBAT não. Qualquer produtor hoje não vai se arriscar a montar uma peça com mais de dez atores. Hoje, no Brasil, peças com mais de dez atores nós chamamos de super produção.**

EID – **Nesse tipo de produção eu não acredito mais. Nela você precisa fazer mil concessões para o artista, então eu não trabalho.**

MAYER – **A quase inexistência do teatro mineiro se deve também às pressões econômicas, mas não só. É o ato censório, que é anterior ao problema da profissão – o ato censório do texto que vai ser escrito, que já existe dentro do autor.**

A questão da sobrevivência

ALCIONE – **Sabemos que não podemos continuar assim sem saber ainda qual é o caminho. O Eid pensa ter descoberto um, isto é fantástico.**

MAYER – **O espetáculo pronto, o momento teatral do trabalho, pode ser feito na forma marginal do Eid, na forma ultra- marginalizada do Tinim, ou na forma pé-lá, pé-cá, como eu estou. A forma final, cada um chega à sua.**

ALCIONE – **Atualmente as pessoas estão procurando caminhos, e nesse ponto o trabalho do autor é mais duro por causa do problema da sobrevivência.**

EID – **É, mas atualmente só se vê monólogos ou peças de neurose entre quatro paredes.**

RONALDO – **O autor não é culpado, de certo modo. Se o produtor prefere de quatro personagens, e se o autor também, temendo por sua sorte, faz peças de encomenda, não há julgamento para isso.**

EID – **Mas é até onde vai a dignidade do autor. Qual é a verdade dele?**

GARROCHO – **Acho que é melhor ser ladrão do que fazer mentira. Prefiro isso do que falar mentiras na televisão, justificando ideologicamente que tenho que sobreviver.**

MAYER – **Sabe, o teatro que se escreve hoje no Brasil é resultante de uma única temática que foi possível num certo período. Era a problemática familiar, de solteironas reprimidas, a problemática individual...**

EID – **... a encucação, o sexo.**

MAYER – **Essa temática funcionou como moda algum tempo e agora vem se repetindo muito.**

EID – **Não acho que foi como moda, não. Se um autor faz isso como moda, é porque não tem o que dizer em sua obra, de uma coisa vital. Acho que a época de 66 a 69 foi a fase do teatro pra fora, falando do mundo, da estrutura geral. Depois, de uma certa forma obrigadas, as pessoas foram fazer o teatro das quatro paredes, do indivíduo se buscando etc. Hoje, já nos conhecemos mais e, daqui pra frente, tudo me leva a crer que as experiências vão ser bastante diversas do que já houve – levando naturalmente essa carga apreendida nas duas fases.**

ALCIONE – **Olhando a dramaturgia brasileira, e vendo a complexidade de análises sociais do mundo de hoje, fico na dúvida se realmente é possível a síntese do mundo, em cima do palco. Vejo uma dificuldade tremenda de se fazer isso, mas vejo também que a dramaturgia de hoje está tomando a seriedade de uma posição quase científica, de análise do mundo.**

EID – **Eu vejo mais a coisa universal, mais a coisa mágica mesmo. Não uma coisa exata, racionalizada. São coisas que nada têm a ver com o Brasil, com o rítmo da América Latina. Nós agora temos que parar pra pensar, porque tá um caos mesmo.**

ALCIONE – **Tenho algo a dizer a respeito do termo científico. Me lembro que Arthur Muller, quando disseram que ele tinha feito a análise da maioria silenciosa americana no «Monólogo do Caixeiro Viajante». Ele disse: «Não. Eu não sou um cientista social. Eu fiz um poema». Então, acho que se hoje Brecht estivesse vivo, ele reformularia dialeticamente suas posições como fez tantas vezes.**

GARROCHO – **Outro dia fui ver uma peça de teatro e tive que sair correndo, porque vi que o ator estava usando um personagem de Brecht pra passar informação. Mas ele era um grande ditador em cena, vomitando votupérios pra platéia. Esta, como uma massa, acompanhando, e ele se julgando um revolucionário. Isso eu acho a coisa mais perigosa e mais mortífera.**

EID – **Eu quero saber é como era a relação de Brecht como seus atores. Ele era maravilhoso para escrever – um grande poeta também – mas quando ia transar como os atores, era um grande facista, em termos de teatro.**

RONALDO – **Dizem isto, em algumas peças. Ele viveu na época de Stalin.**

Santo de Casa não faz milagre

BETH – **De todo o pessoal mineiro que produz em termos de teatro, o que tem havido de experiência inovadora?**

RONALDO – **Tem havido agora não a experiência intelectual, mas o que nos cabia fazer. Nós aprendemos isto sem colonialismo, que existe também. Mas o agora/agosto é das pessoas – pessoas loucas que se dispuseram a enfrentar, isso é que é.**

BETH – **Você tá falando do futuro...**

ALCIONE – **Porque na própria pergunta de vocês há um condicionamento de colonialismo em relação ao eixo Rio-São Paulo. Eu quero esbravejar contra isso. Já vi em Minas manifestações de experiências teatrais que muito dificilmente se vê no Rio ou São Paulo.**

BETH – **Mas não são experiências esparsas?**

MAYER – **Porque somos poucos. Tem sempre dois pontos de vista. A gente de teatro e o pessoal de fora. Acho que, quantitativamente, esse tipo de experiência se reduziu bastante.**

ALCIONE – **Há um acontecimento relativo à peça do Ronaldo: aqui ela foi vista com um certo cunho depreciativo e em São Paulo como uma grande experiência – interessantíssima – em torno de teatro.**

BETH – **Quer dizer que há uma depreciação do teatro mineiro pelo próprio público mineiro?**

CEDEM

ALCIONE – É. E o que sei é que estamos experimentando vivência humana e a teatralização da vivência humana.
BETH – Mas o público está interessado no resultado.
EID – Eu também acho que sim. Não interessa ao público o processo pelo qual a coisa chegou ali no palco.
BETH – Porque é que não há um reflexo de tanta atividade importante – que eu sei que existe – mas que o público não conhece?
RONALDO – Antes o teatro mineiro fez quinhentas peças. Hoje, seguramente, quinhentas pessoas fazem teatro (entre atores, produtores, técnicos e diretores). Isso é importante. Então o material humano é muito melhor – não se envelhece. O teatro mineiro é novo demais. Quanto ao público, ele se desprestigia. O público está condicionado pelos veículos de informação, que, sendo «nacionalizados», fazem crer que o teatro vindo seja de onde for pareça melhor do que o daqui.
ALCIONE – Em Minas, mais do que em qualquer outro lugar, santo de casa não faz milagre. Não estou reclamando, mas se você está aqui fazendo um trabalho – cantor, como o Bituca – se você vai embora, a partir daí seu trabalho é reconhecido.
RONALDO – Mas o trabalho não precisa ser reconhecido não, porque a história é dona da verdade e não a autoridade – seja ela qual for.
EID – Toda região tem esse problema de saída dos artistas. Eu acho que, se fosse assim, não existiriam artistas reconhecidos nos outros Estados – os pintores, por exemplo... Porque eles ficam ali e batalham de novo.
– Não existe culpa de quem vai embora. Não tem nada disso. É simples questão de circunstância. O cara sendo firme, com uma boa proposição não precisa sair.
MAYER – Concordo com a colocação do Alcione numa certa medida. No meu trabalho de três anos no teatro Senac, vi que algumas saídas que eu dou, algumas participações em cinema, funcionam como uma reciclagem em termos de popularidade. A partir de um longo processo, um processo repetitivo de trabalho, é possível formar uma freguesia – criar uma relação de quem faz com quem vê o trabalho.
ALCIONE – Você é o único aqui em Belo Horizonte que tem esta experiência.
EID – Pois é, se tivesse dois, ou três...
BETH – E sobre o projeto da profissão de ator?
MAYER – Eu não tive conhecimento total do projeto, mas discordo inteiramente de um dos itens, que é a cassação da atividade profissional do ator. Há um problema: eles agora, podem censurar, não só pela idéia que você quer trazer, mas também por um documento que você não conseguiu. É a censura burocrática.
ALCIONE – Há também o projeto do sindicato do Rio, que estava mais preocupado com a relação empregatícia da TV Globo, o grande patrão. A regulamentação veio propondo prerrogativas típicas de todo trabalhador, como 13º, férias etc. Acontece que a produção de teatro é uma coisa artesanal. É uma profissão que se tira do bolso pra comer. Um produtor tipo Mayer, tipo Eid, tem que registrar os atores do elenco como empregados e arcar com uma carga tributária que não pode nem pra si mesmo.
EID – Acho que foi uma falta de visão de quem batalhou esta regulamentaçao, nesse lado de poder, do indivíduo numa ditadura.
MAYER – Acontece que foi criada uma comissão do Ministério do Trabalho, de cima para baixo, sem considerar a comissão do sindicato.
ALCIONE – A regulamentação tem que discernir o que seja ator de televisão, ator de cinema e ator de teatro; importantíssimos também são os direitos de reprodução.
RONALDO – A regulamentação é importante? Para mim não.
MAYER – Pra quem tá nessa de profissionalização com garantias de aposentadoria é diferente. Na verdade está sendo criado um círculo: as verbas vão ser pagas ao teatro, só na medida em que a situação dos grupos e das pessoas estiverem legalizadas...
RONALDO – ... e das pessoas que não forem dedadas.
MAYER – Agora o caminho: usufruir de alguma coisa do governo e conseguir falar, mesmo que seja contra. Ou então se assume a marginalidade total. Não uma documentação.
ALCIONE – Mas há leis que alcançam os trabalhadores. Por que os atores não usariam delas? Não é amarrar o ator à lei, mas se o cara adoece, ou uma atriz fica grávida, ela pode ser amparada pela lei. Atriz grávida não trabalha e não tem apoio institucional.
RONALDO – Hoje em dia a profissional se impõe como regra canônica para um exercício tributário, fiscalizado, censura etc. Não vou me profissionalizar porque isso limita meu trabalho.

«Teatro é ação, não é fantasia»

BETH – Você diz isso em todos os níveis, mesmo num momento em que pode exigir? Não querer exigir é fantasia.
RONALDO – Tá exigido, mas o Estado já não nos dá muitas garantias. E teatro é ação, não é fantasia.
EID – Existem 11 jogadores na seleção brasileira que ficam milionários e tem um milhão aí que fica morrendo de fome. Teatro é a mesma coisa, pra viver de profissionalização.
BERNARDO – Seria interessante analisar o tanto em que o ator, ou diretor estão presos ao mecanismo de Estado. O cara vai precisar de fazer a carteira de trabalho, tirar guia disto e daquilo. Ele acaba pagando mais ao Estado do que recebendo benefícios.
GARROCHO – Quem faz teatro diz «sou o bom» e vai lá representar todas estas funções que existem no mundo, que são ditas sociais, que têm os vínculos com o Estado. O negócio é se virar mesmo. Esta é a luta do brasileiro. Não se pode tirar do teatro o perigo, o salto no escuro.
BETH – Quer dizer que vocês conseguiriam as necessidades básicas de outra maneira, sem precisar de ser submisso?
EID – Você tem uma liberdade aparente, seu espaço de liberdade. Você conhece esse espaço, então é nos complementarmos dentro dele, abrindo as brechas.
RONALDO – Caro ator, muito pior que o conforto financeiro é o próprio conforto financeiro.
FERNANDO – A profissionalização não seria um caminho para uma sindicalização? No sentido de fortalecimento de um grupo?
BERNARDO – O sindicato já existe. O problema é o seguinte: ou você tem o sindicato independente do Estado, o que é muito melhor, ou você tem o sindicato preso ao Estado. Aí você vai servir a ele. Tudo que é burocracia, papel, e dinheiro pro governo não significa nada.
EID – O que a gente quer é poder falar. Só isso.
GARROCHO – A luta do teatro é acabar com a paranóia coletiva da humanidade. A grande subversão é nunca enquadrar, nunca nomear, pois o ator vale um coringa que permite a ele ter mil faces do mundo e burlar tudo.
WANDA – E sobre o teatro mineiro – ausência de atores novos e bons, escolas de teatro?
RONALDO – As escolas de teatro formaram atores que já não são novos agora. Houve muitos, tão bons que já estão fora agora. Porque não foi a escola que os encaminhou a esse tipo de negócio – pois a escola é um negócio. Artista anda em passeata também. Nós já enfrentamos uma cambada de atores que cruzaram o braço e não vão à escola.
FERNANDO – Mas é importante que a escola forme o ator.
RONALDO – Não, não é importante. Foi muito bom as escolas terem formado atores e técnicos perfeitos, mas elas são ideologicamente submissas.
BERNARDO – Escola do teatro é a prática do teatro. Você institucionalizar o aprendizado do teatro, da mesma forma que você faz nos outros tipos de escolas – fazer teste, ser aprovado – é ridículo! Aconteceu aí a experiência do grupo de teatro de que eu participava. Era assim: você tinha uma aula de interpretação, aula de voz e de corpo. Cada membro do grupo sabia de uma coisa pra ensinar pro outro.
EID – Não existem escolas boas. O exemplo do TU teve sua importância, até na época em que os professores ensinavam e sabiam. Pelo menos estavam informando. Depois passaram a desinformar os atores. Estagnaram. Se uma escola tivesse professores abertos, o material humano que vai lá todas as noites, durante três anos pra fazer teatro, teria uma importância fud... O que interessa é o trabalho junto com estas pessoas.
RENÉ – Penso que esta questão da postura marginal no trabalho pode ser considerada dentro das mesmas circunstâncias históricas que condicionam a guerrilha. O teatro, à medida que se nega a se institucionalizar, adquire esse aspecto, se transforma em guerrilheiro. No caso de nossa experiência (do De Fato), a necessidade vital da gente é se institucionalizar, porque é o único escudo de proteção.
EID – Mas protegido por quem?
RENÉ – Pelo escudo institucional. O cartório, no caso, é nosso escudo.
GARROCHO – O negócio é mais simples: precisamos de um papel datilografado que diz que você pode se apresentar em praça pública. Se eles não deixarem, você não faz. Se deixarem, você faz. Aí você começa a racionalizar, começa a formar teorias, discussões, pra poder, inclusive, se limitar – o que eu acho uma coisa muito intrincada, muito perigosa.
BETH – Fazer teatro e fazer jornal, não é a mesma questão. Pra gente, é vital a institucionalização, pra poder continuar circulando. Enquanto que, teatro, a institucionalização pode ser fatal.
GARROCHO – A técnica vai ajudar a desenvolver o que as pessoas já têm dentro. Botar pra fora, desbloquear.
BETH – E isso não é importante?
BERNARDO – Eu acho que é, mas não precisa ser dentro da escola. O teatro é artesanal – se existe um mestre, sempre existe um aprendiz.
EID – Eu trabalho com ator que nunca trabalhou como ator, então ele não sabe nada. Ele pode ter uma coisa bruta dentro dele mas você tem que ensinar mil coisas. A escola serve para isso: ajuntar um grupo de pessoas que estão a fim de transar a mesma coisa.
BERNARDO – Eu nunca entrei em escola de teatro, não tenho diploma nenhum e sei fazer teatro. Tenho consciência de que eu tenho uma técnica.
BETH – É diferente o seu caso, enquanto é um cara de uma classe social mais alta, assim como as pessoas do seu grupo.
GARROCHO – Eu pago aluguel, eu financio a minha vida e não trabalho. Eu vivo o meu trabalho.
BETH – Mas você também tem uma formação diferente. Veio de outra origem e está condicionado a uma cultura diferente.
EID – Está havendo uma aproximação muito grande das pessoas, em termos de pensamento. No Rio eu vejo isso. As pessoas que jogam bola onde a gente joga – tem gente que vem lá da Pop, do Santo Cristo, do Méier ou de Ipanema – são todos iguais. Apesar de que, depois do jogo, um vai pro seu apartamento em Copacabana e o outro vai pro morro.
BETH – E no caso das pessoas se agruparem para fazer teatro, isto acontece?
EID – Lá no Rio, na experiência que a gente tá fazendo acontece muito. Tem um pessoal da «Nuvem Cigana» que faz um tipo de almanaque, transado por pessoas de todas as classes. No que saiu publicado pode não transparecer isto, mas na transação tinha gente de todo lado.

«No Brasil não há teatro popular»

BERNARDO – O distanciamento que existe entre o teatro e as classes sociais mais pobres está condicionado por alguns fatores, inclusive alfabetização. Mas o teatro nasceu na rua, na praça pública, passou pelas igrejas, e pode ser feito em salões, ou no circo. O teatro tem condições de atingir todas as classes sociais. Você pode falar da luta de classes no teatro, por exemplo.
WANDA – E o teatro popular?
EID – O teatro popular só é possível quando existe um regime popular que se interessa pelo povo e suas coisas. Se você não tem abertura pra sair na rua, se cada vez o poder te leva mais pra uma sala comprimida, afastada, então como é que você vai falar em teatro popular?
FERNANDO – Então no Brasil não existe teatro popular?
EID – Claro que não. Pode ter o teatro em que o pessoal lá da roça se agrupa e vai fazer. Com violeiro, naturalmente. Em 63, o Centro Popular de Cultura fazia teatro na favela. Tinha clima.
FERNANDO – Mas parece que mesmo as pessoas do CPC fizeram uma autocrítica sobre seu trabalho. Eles chegaram à conclusão de que faziam um trabalho assistencialista e paternalista.
EID – Mas aí é uma coisa que veio depois e se refere mais ao conteúdo. Estou falando de sair pelas ruas pra chegar ao povo.
FERNANDO – Boal estabelece três categorias para o teatro popular. Você não concorda com uma delas – a do teatro feito pela classe média e pequena burguesia para a pequena burguesia, com perspectiva popular?
RONALDO – Ah, existe. Mas esse é o teatro popularesco.
EID – É isso que eu estou falando. Que perspectiva você tem de fazer um teatro popular no Brasil, agora?
BERNARDO – E você fazer do povo personagem?
EID – O personagem pode ser o povo, ou pode ser o burguesão.
FERNANDO – Por exemplo, o ÚLTIMO CARRO tem uma perspectiva popular.
EID – Pode ser, dentro das categorias do Boal. Mas o ÚLTIMO CARRO não é popular porque é levado no Shopping-Center de Copacabana, para a burguesia.
RONALDO – E o Palácio das Artes mostra uma peça de Ariano Suassuna, autor católico, de graça; porque a temática é popular. O teatro pode ser, sim, pão e circo.
FERNANDO – Vocês não estariam negando o potencial revolucionário de setores da classe média e da pequena burguesia? Esses setores precisam conhecer a realidade do povo, que desconhecem ou da qual estão afastados.
EID – Eu acho que não, porque o cara que liga a TV, ou lê os jornais, já está sabendo da desgraça que acontece no mundo inteiro. Pode nem querer saber, mais sabe.
BERNARDO – A consciência da miséria todo mundo tem. E quem mais tem é a burguesia, a quem interessa a miséria.
BETH – Mas não é o caso de se anular a existência desse teatro para a burguesia. O problema é fazer um teatro para o povo.
RONALDO – Eu acho mais importante para a burguesia que para o povo.
EID – Com o núlceo que nós formamos, a saída que eu vejo é ir viajando e fazendo teatro, em locais fechados ou abertos. Procurar peças que dêem pra dizer coisas tanto para o operário como para o burguês.
FERNANDO – Você não acha que é paternalismo fazer um espetáculo e levar para o camponês ou para o operário?
EID – Só se eu chegasse lá e passasse a mão na cabeça deles, coitadinho e tal.
GARROCHO – A gente tem muito mais coisas pra aprender com eles, que ensinar. Sinceramente, eu não tenho a visão de conscientizar ninguém, porque não sou conscientizado. De que é que eu sou conscientizado? Acho que você pode passar sua experiência de vida, o que é mais verdadeiro...
BETH – Mas conscientizar pessoas é você levantar a consciência delas, não é enfiar sua consciência nelas não. O que interessa é a prática.
BERNARDO – É, «... se toda a realidade objetiva pudesse ser apreendida pelo consciente, a arte não existiria mais, ou então todos seriam artistas». Então a função do teatro seria a exploração do inconsciente.
EID – O Ronaldo falou uma coisa interessante. Cê acha que o teatro popular tem que ser pra burguesia mesmo?
RONALDO – Sim, porque ele pode despertar a burguesia. Se não conseguiu, ele deve continuar tentando.
FERNANDO – O fato da classe média ou pequena burguesia estar passando todo dia na favela e vendo aquilo não significa que ela esteja conscientizada.
EID – Fazer teatro como Fernando diz é uma espécie de purgação, como um filme triste que você vê no cinema e chora, depois vai pra casa.
RONALDO – O teatro é uma atividade política e objetiva, por isso ele é cerceado, incomodado e castrado, às vezes. Enquanto o cinema é uma atividade subjetiva... O teatro é forte porque está sendo feito pelas pessoas vivas. Por isso é mais burocratizado, há as leis que ajudam tão pouco e se oferecem; e as garantias de subvenção que são para se montar peças de vestibular etc.
BETH – Como vocês vêem a existência da crítica para o teatro? É importante a existência dela ou não?
RONALDO – A crítica de teatro é feita para o público e não tanto para o ator ou espetáculo. O espetáculo é irreversível, se ele já foi encenado. E eu respeito profundamente o crítico, mesmo um débil mental qualquer, porque acho que a gente deve respeitar uma opinião.
EID – O crítico tem um papel importantíssimo em sacar as propostas de cada diretor ou o trabalho de um grupo.
BETH – É o cara desenvolver um processo mais amplo. Dizer do antes, do agora e do depois.
EID – ... e não criticar a peça – dizer que é boa ou não é, porque aí o cara que lê não vai. E isso lá no Rio funciona muito. Se o Yan mete o pau, a peça tá fudida.
RONALDO – A crítica só pode ser válida quando ela é um meio entre a obra e a platéia. O canal, um meio de esclarecimento, de conscientização. Eu não faço peça para um crítico, absolutamente. Embora eu tenha sido criticado por todos■

BELIZÁRIO – 25 de idade e quatro de teatro (formado pelo Teatro Universitário). Está desenvolvendo pesquisa sobre estética do palco. Já teve experiência em direção também.

RATTON – Tem dez anos de teatro, como autor e diretor. Como autor, tem prontos, seis textos, dos quais uma já foi montado por três grupos (um de Belo Horizonte, um do interior mineiro e outro do Rio de Janeiro).

PEDRO PAULO – Faz teatro há 13 anos, como ator, diretor e produtor. Atualmente está dirigindo um grupo na montagem de uma peça infanto-juvenil.

JOTA D'ÂNGELO – Faz teatro há 25 anos tendo dirigido importantes montagens mineiras como o Frei Caneca e O Interrogatório. Longa experiência como autor. Faz parte de O GRUPO, além de ser professor do Departamento de Anatomia da UFMG e presidente na Fundação Nacional do Teatro Amador.

EZEQUIAS MARQUES – Uma das figuras mais representativas do teatro mineiro, por tempo de casa e qualidade de trabalho (ator há 20 anos) O Interrogatório foi seu mais recente trabalho.

TINIM – Define-se como marginal no teatro mineiro. Faz teatro como autor, ator e diretor desde 1964. Era palhaço de circo, o mesmo acontecendo com os outros integrantes de seu atual grupo. Participou como ator de várias montagens do teatro mineiro (Numância, por exemplo). Tem 33 anos.

BERNARDO MATA MACHADO – 23 anos de idade e 7 de teatro. Trabalhou como assistente de direção na montagem de Oh Carol, Seu último trabalho foi Fando e Liz de Arrabal, em 1975.

JOSÉ MAYER – 27 anos de idade e 10 de teatro (como ator e, eventualmente produtor). Atualmente está trabalhando em Bentes Altas em cartaz no Rio. Tem ainda a direção das atividades do teatro SENAC em Belo Horizonte.

LUIZ CARLOS GARROCHO – 21 anos de idade e 3 de experiência como ator. 2 anos de trabalho no grupo Pinta e Borda de Belo Horizonte (teatro infantil). Mora no Rio, onde trabalha com Eid Ribeiro. Está em BH como assistente de direção na Montagem de Vida Escarachada (Braúlio Pedroso).

ALCIONE ARAÚJO – 29 anos de idade e cinco de atuação efetiva em teatro. Já escrevia antes mas só em 72 montou seu primeiro texto, Relatório Kinsey. Teve ainda montadas as peças: Há Vagas Para Moças de Fino Trato (BH em 74 e no Rio em 75), e BENTE ALTAS-LICENÇA PARA DOIS, em temporada no Rio (grupo Senac/BH).

EID RIBEIRO – 33 anos de idade e 13 de experiência em teatro (começou em 63, no Centro Popular de Cultura/SP). Formado pelo Teatro Universitário em 66, tendo trabalhado como ator até 69. Desse época em diante, vem dirigindo peças. Mudou se para o Rio em 73, onde está construindo um teatro em Santa Tereza, junto com o grupo Dinossauro.

RONALDO BRANDÃO – 33 anos de idade e 10 de teatro. É considerado uma das pessoas mais criativas e excêntricas do teatro mineiro. Seu último trabalho – diretor e ator – foi «Dorotéia», de Nelson Rodrigues. É também crítico de cinema.

CEDEM

O CASO ABRAS

UM CRIME PERFEITO?

«O dinheiro é que fala a verdade. Cadeia parece que foi feita pra pobre. Não tem rico aqui não, aqui só tem miseráveis». Declaração do detento Talisca, publicada no De Fato Nº 1.

Durante quase 20 anos aqueles processos ficaram encalhados na prateleira do Forum. Eles falavam de um brutal assassinato de um poderoso homem de negócios – Aziz Abras – um dos homens mais ricos de Belo Horizonte, morto a pauladas enquanto dormia em sua casa. A família, personagem cotidiana do soçaite, nunca teve muito interesse em investigar o caso – ao contrário – sempre procurou manter o hipotético acusado (um primo) afastado dos rigores da lei. Agora, o juiz de direito Murilo José Pereira aceita a denúncia do promotor Severino Flores – e pronuncia o acusado, ameaçando colocar todo mundo na cadeia.

Sim, eles eram imensamente ricos. Freqüentavam os melhores ambientes: o Automóvel Clube, a boate Príncipe de Gales, as colunas sociais. Mas se fosse para continuar naquela humilhação de andar sem muito dinheiro, como todos seus amigos, melhor não freqüentá-los. Samir e Azizinho, com 19 e 21 anos, sempre reclamaram mas recebiam de seu pai, o comerciante Aziz Abras, 60 anos, apenas as habituais ameaças de pescoções e a mesma resposta negativa.

«Eu sempre trabalhei para estar onde estou e não vou deixar vocês esbanjarem» – não era assim que ele sempre respondia? De fato, se todas as suas propriedades foram realmente conquistadas com o suor de seu próprio esforço, Abras deve ter trabalhado muito ao longo de sua vida. Era dono do Hotel Normandy, na época o melhor de Belo Horizonte, o Magestic Hotel, lotes e imóveis na rua Caetés (a região do comércio de varejo), fazendas, dinheiro em banco, o deslumbrante palacete na avenida Olegário Maciel, além de ações e outros bens que o tornavam um dos homens mais ricos de Minas. No entanto, continuava com os mesmos hábitos frugais, talvez o único bem, além da roupa do corpo, que trouxe da Turquia, quando chegou ao Brasil no princípio do século.

Pois foi naquela mesma mansão de colunas gregas, talvez a mais bonita da capital mineira (quem não se lembra da sua inauguração, quando seus amplos salões foram orgulhosamente abertos à visitação pública?), que o comerciante Aziz Abras amanheceu morto, na sua cama, com a cabeça sangrando e esfacelada por golpes, talvez de uma barra de ferro. Se foi ladrão, nada roubou; se algum inimigo, como saber, pois ele se orgulhava em não possuí-los?

Investigações

Mas o corpo estava lá, estendido, e agora era preciso buscar o assassino. Como ele saiu pela porta da sala de jantar do andar inferior, revelando grande intimidade com a casa, a tarefa não parecia difícil. Apesar das aparências de homicídio primário, visível na violência do assassinato, ele revelou-se uma trama cuidadosa, perfeita nos detalhes e em busca do crime perfeito. Inclusive na escolha da arma, um porrete silencioso, no lugar do barulho de um revólver que iria prejudicar o álibi de todos os envolvidos.

As investigações começaram pelo depoimento da governanta Perildes da Conceição Teixeira, então com 45 anos, dos quais 22 anos empregada naquela casa, analfabeta e que sempre andava com as chaves da sala de jantar no bolso do avental. No depoimento à polícia ela declarou: «Eu dei as chaves para um moço alto e bonito, amigo dos rapazes. Ele ameaçou matar todo mundo da casa». Com essas informações anexadas aos depoimentos de Azizinho, Samir e outros empregados da casa, a polícia teve, poucas horas depois do crime, as primeiras noções sobre a vítima e as circunstâncias de sua morte.

Era uma pessoa metódica, sem maiores vícios, a não ser jogos de cartas, rodadas de canastra com amigos nos fins de semana no Clube Libanês. Passava a maior parte do tempo dirigindo os negócios no seu escritório, no Hotel Normandy, e, apesar do conforto material, que nunca regateou em casa, não poderia garantir que fosse um exemplo de pai e marido carinhoso. Normalmente dormia cedo, menos nos fins de semana, quando chegava por volta de mela noite. Aziz Abras era um homem muito rico.

Naquela noite de domingo, Azizinho, o filho mais velho, teria chegado às 22 horas da Churrascaria Camponesa, a mais luxuosa de Belo Horizonte na época, onde jantara em companhia da noiva Josefina, que anos mais tarde seria uma das mulheres mais bonitas e invejadas da sociedade mineira. Foi direto para o quarto, onde só despertou a meia noite, quando seu pai chegou do Clube Libanês e depois, por volta de duas da manhã, quando ouviu um pequeno barulho no corredor. Viu seu irmão dormindo ao lado, segundo declarou à polícia, e pegou no sono novamente.

Samir disse que às 22 horas saíra também da Churrascaria Camponesa em companhia do primo Joseph Basile Koury, indo direto para a boate Príncipe de Gales, no Automóvel Clube, onde assistiram a um show. Foram embora por volta de uma e meia da madrugada, deixou o primo em seu apartamento, no edifício Marrocos, no centro da cidade, e voltou para casa. Não notou nada de anormal, de acordo com seu depoimento. Também dormiam no palacete os dois filhos menores de Aziz, os meninos Camil, 14 anos, e Nélson, 10 anos, e ainda a governanta Perildes. Estavam ausentes a mulher de Aziz, dona Madaleine, em tratamento no hospital São Lucas, e sua única filha, Marta, em lua de mel na Europa. Nas dependências de empregado, um compartimento isolado no fundo do quintal, dormiam as domésticas Conceição, Maria José, Carlita e o faxineiro Geraldo. Foi Perildes quem primeiro viu o morto, às sete da manhã, quando foi levar-lhe o desjejum.

Os estranhos caminhos

Três dias depois duas pistas apareceram. A primeira: Perildes decide espontaneamente, desmentir seu depoimento anterior. Acompanhada de um curador, o famoso advogado Marcelo Linhares, por ser sua cliente uma doente mental, conforme provou com documentos, ela confessou inesperadamente a autoria do crime. «Eu matei o 'seu' Abras porque ele não quis dispensar a Carlita, uma empregada aborrecida. Fiquei chateada, aproveitei que ele dormia e dei-lhe uma cadeirada na cabeça».

A outra pista: o perito criminal Walter de Freitas arromba o apartamento de Basile e encontra um paletó e um cassetete ensanguentados no fundo do guarda-roupas. Levado a exame, o sangue do cassetete apresenta o mesmo tipo sanguíneo e Rh do morto.

Mesmo informada por todos os depoimentos, inclusive da viúva, de que o comerciante Aziz Abras jamais se envolvera com problemas da administração da casa, a polícia preferiu desconhecer as evidências, acreditando nas palavras de Perildes. Embora ela fosse frágil demais para empunhar a pesada cadeira, trabalhada em couro, onde Aziz deixava suas roupas, ao lado da cama, antes de dormir. A essa altura, o delegado Sílvio de Carvalho, que autorizara a invasão do apartamento de Basile e que preferia acreditar na outra versão – segundo a qual o comerciante havia sido assassinado por Basile – fora afastado das investigações por ordens superiores.

Diante de opções como essa, a imprensa e o povo da cidade se recusaram a acreditar nas investigações policiais. Foram bancários os que avisaram aos jornais e estes estamparam em suas manchetes a estranha e agitada movimentação nas contas de membros da família Abras, onde quase diariamente cheques eram descontados por policiais, advogados e, às vezes, testemunhas.

Mas as investigações prosseguiam (não era uma exigência da lei?). Agora, sob o comando do delegado José Geraldo de Araújo, da Delegacia de Furtos e Roubos, apesar de nada ter sido roubado. O trabalho policial não obedeceu ao mínimo cuidado recomendado por qualquer manual de perícia criminal. Dado o alarme, não se tomou o cuidado de isolar a mansão. Todos os moradores da casa e os policiais encarregados deixaram suas impressões digitais na cama e outros locais próximos da vítima. Na reconstituição do crime deixaram que a cadeira tocasse na colcha suja de sangue – não se sabe porque ainda estava sobre a cama – e ela ficou impregnada também pelo sangue da vítima, tornando-se também uma arma do crime. Enfim, todas as pistas foram inutilizadas.

Em todas as três vezes em que prestou depoimento à polícia, Samir sempre se referia a Basile como «um primo», sem identificá-

CEDEM

lo, e a polícia jamais teve curiosidade de indagar quem era o rapaz que sempre lhe acompanhava – exatamente Basile. Foi o próprio delegado Araújo que comentou essa distração ao juiz, quando enviou-lhe a conclusão do inquérito.

Apesar de citado em quase todos os depoimentos, a polícia não ouviu o principal indicado, Joseph Basile Koury, na época com 30 anos. Aliás, a polícia o ouviu durante 14 horas seguidas, segundo os jornais da época; apenas se esqueceu de anexar seu depoimento ao processo. Poucos dias depois Basile viajava para o Líbano, sua terra natal, a pretexto de resolver negócios. Nunca mais voltou. O Líbano não tem acordo de extradição com o Brasil. Primo de dona Madaleine, as relações de Basile com Aziz estavam tensas nos últimos tempos, desde que este lhe negara dinheiro emprestado, aval e por último a mão de sua filha Marta.

A família Abras também não demonstrava um comportamento natural de pessoas indignadas com trágico desaparecimento de seu chefe. Os jornais acusavam Basile pelo assassinato, mas foi depois da morte de Aziz que ele passou a freqüentar com mais assiduidade aquele palacete – às vezes até dormia lá. Durante o tempo em que esteve em Belo Horizonte, o advogado Alfredo Trajan, contratado por Basile, hospedou-se gratuitamente no hotel Normandy.

Como os Bórgias

Mas nem todas as autoridades envolvidas no caso participaram do escândalo. O promotor Sizenando Barros Filho, o mesmo que denunciara Perildes pelo crime, faz uma nova e surpreendente denúncia ao juiz. Num documento de quase duzentas páginas, ele amplia o número de acusados pela morte de Aziz, envolvendo Basile, Samir e pedindo completa investigação para apurar outros responsáveis no que chamou de conspiração familiar contra a vítima.

«Não há nada encoberto que se não venha a descobrir, nem oculto que não se venha a saber», disse ele no início da sua célebre denúncia, citando o evangelho de São Mateus. «No bojo desses autos – prosseguiu Barros Filho – «está esboçada com toda nitidez a página sombria do tempo dos Bórgias. Não lhe falta o próprio ambiente de mansão rica. Pelas alcovas, pelas escadarias de um lavor fino, pelos páteos e recantos gravitam sombras que se confundem. Ao lado da criadagem, volúvel nas falas, entre subserviência interesseira, escondem-se familiares que não se entendem no ponto capital. Como na quadra dos Bórgias, surge o chefe misteriosamente assassinado, e tudo ocorre de maneira que nada pudesse vir à luz do dia».

«As figuras de maior responsabilidade da grei – diz em outro trecho – jamais buscaram facilitar as investigações, mostrando a clara e manifesta intenção de confundir e atrapalhar a ação da justiça». Pouco tempo depois, também Sizenando de Barros Filho é afastado da promotoria.

O crime ocorreu há 20 anos. Ao longo desse tempo a família Abras usou de todos os recursos para evitar a pronúncia do acusado Basile. Isto é, impediu que o processo chegasse ao juiz em condições de ser levado a júri. Solicitou as mais inusitadas perícias, contestou a validade das que incriminavam o acusado e durante todo o tempo contratou como assistente de acusação, exatamente para torpedear a acusação, os mais famosos e inteligentes advogados mineiros, entre eles o falecido Pedro Aleixo, Ariosvaldo Campos Pires e Wanderlei Andrade.

Mas, finalmente, vinte anos depois do crime (ele foi cometido na madrugada do dia 4 de novembro de 1957), está pronto para julgamento o processo sobre a morte do milionário Aziz Abras. É um calhamaço de 18 volumes, quase duas mil páginas, que agora chega ao juiz Murilo José Pereira, da denúncia do atual promotor Severino Flores e das alegações finais do advogado Wanderlei Andrade (de Joseph Basile, pago por Aziz Abras Filho).

No último dia de julho, o juiz Murilo José Pereira aceitou a denúncia e pronunciou o acusado. Aparentemente nada acontecerá a Basile, pois ele não virá do Líbano, para onde foi «acertar uns negócios» e até hoje não voltou. Mas nos corredores do Forum circulam murmúrios que já atemorizam a família Abras. O promotor Severino Flores pretende aditar novas denúncias ao processo, e no rol dos acusados anunciou que vai incluir os seus principais membros, figuras respeitáveis do mundo econômico, gente fina das colunas sociais, personagens agora ameaçados de pular das páginas mundanas da imprensa para o constrangedor destaque das manchetes policiais.

Durval Campos
Guimarães

ESPALHAFATO

CRÉDITO... EDUCATIVO MESMO?

À primeira vista parece louvável essa iniciativa do governo de implantação do Crédito Educativo. Visando atender ao estudante cuja carência financeira não lhe permita custear os estudos ou sua própria manutenção, ele preencheria as lacunas existentes na educação superior no Brasil com a oportunidade dada a que mais estudantes tenham acesso a este nível de ensino. Os estudantes, mesmo pobres, teriam mais condições de se verem realizados profissionalmente.

Visto em linhas gerais e imediatas seria isto aí o Crédito Educativo. Uma grande realização, não há dúvida. Porém, se nos detivermos numa análise mais detalhada, procurando ver as conotações da ideologia política do governo aí envolvidas, logo perceberemos quão enganosa é a realidade lançada pelo MEC do Crédito Educativo, através dos anúncios de rádio e televisão.

O que é o Crédito Educativo? Na verdade ele nada tem de educativo, pois ao marcar com a dívida após formado, o estudante a pagará com juros que serão capitalizáveis mensalmente sobre a acumulação desta. Só para um exemplo: se a anuidade de curso do estudante é de Cr$ 4.000,00 e o total emprestado de Cr$ 28.000,00, o estudante pagará em juros sobre o valor emprestado Cr$ 15.612,24 o que dará um total de Cr$ 43.612,24 representando 56% do financiamento concedido ao estudante. E os reajustes das taxas universitárias a cada ano? A bolsa de manutenção sendo Cr$ 500,00 mensais, não continuará sempre Cr$ 500,00 num País onde a inflação muitas vezes anda em torno de 30%.

O que se pode observar aí é que lentamente o governo vai introduzindo o sistema de ensino pago. Através do aumento das taxas de matrículas nas faculdades, inclusive na UFMG, verificadas este ano. Através do pagamento de apostilas também na UFMG, em alguns cursos, como já se tem verificado. E agora, através do Crédito Educativo.

O próprio ministro Nei Braga, da Educação, em seu pronunciamento pela televisão mencionou: «Não podemos falar de Ensino Pago enquanto não implantarmos as bolsas reembolsáveis». O que pretende o governo? A mercantilização do ensino, levando cada vez mais aos estudantes o «arcar» com os custos de sua educação e se omitindo desta obrigação. Por que não ampliar as escolas públicas ao invés de propiciar com o «Crédito Educativo» o aumento das escolas particulares «pagas»? Além de que a verba destinada à educação terá uma redução, já que será desviada para o financiamento do Crédito Educativo. E com a redução destas verbas, muitas coisas poderão deixar de se verem realizadas, quando tanto se fazem necessárias. Como a ampliação das escolas, um melhor atendimento ao equipamento e manutenção das bibliotecas, a isenção das taxas etc.

O primeiro lugar onde o Crédito Educativo chegou de «mansinho», trazendo em sua ideologia o «ensino pago», foi no Norte e Nordeste, onde justamente os estudantes estão menos organizados em termos de se unirem contra esta especulação.

A Constituição Brasileira prega que a educação «é de direito de todos os cidadãos, sem distinção de sexo, cor ou raça». Não parece. Pois o direito a esta livre educação está sendo deturpado cada dia mais, afastando-se assim de sua real significação, tanto para o próprio desenvolvimento do País, um desenvolvimento econômico-social mais coerente e equilibrado.

O Crédito Educativo resolverá os problemas do ensino e educação? Sabemos conscientemente que não. Inventem-se pois outros meios para facilitar aos estudantes o acesso ao ensino superior, já que o governo reconhece que grande parte deles não ingressa nas faculdades por falta de recursos financeiros.

Mas ensino não deve se constituir em atividade lucrativa, em investimento de capitais. Ensino não é mercadoria que se troca e se vende no mercado de capitais. Se podemos, nós estudantes da UFMG, nos unir contra esta meta prioritária do governo, vamos a ela, decididamente. Sem rodeios. Mas de frente. E aos estudantes, repetimos: «Não faça do teu estudo uma arma, fazendo o Crédito Educativo! Pois, a vítima pode ser você mesmo!»

Iara Vieira Torres
Curso de Ciências Sociais
2º ciclo – FAFICH/UFMG

CHEGA, ESPANCA E ARRASTA

Por volta das 22h30m, um homem entrou no bar e restaurante Alko, na rua Itapecerica, 443 e, identificando-se como o detetive Osvaldo, da Delegacia de Vigilância Geral, deu voz de prisão a um rapaz que bebia uma cerveja no balcão. Algemou-o e, diante dos atônitos fregueses passou a espancá-lo ali mesmo. Um dos socos, de mão fechada contra o ouvido do preso, provocou imediata hemorragia e, antes que os presentes pudessem interceder pelo rapaz, o policial deu sinal para um táxi e saiu arrastando-o sob ameaças de novos e violentos espancamentos, tão logo chegassem à Delegacia de Plantão. Os freqüentadores do bar e restaurante Alko telefonaram várias vezes para os jornais diários de Belo Horizonte, dando conta do ocorrido, mas em nenhum deles o fato foi noticiado.

«ARENA CONTA ZUMBI»

O DCE da Universidade Federal de Minas Gerais, apresenta em Belo Horizonte, nos dias 17, 18 e 19 de setembro a nova montagem da peça «ARENA CONTA ZUMBI», de Gianfrancesco Guarniere, Augusto Boal e Edu Lobo.

É provavelmente um dos mais encenados espetáculos brasileiros, tanto por grupos amadores quanto por profissionais, marcando o início da série «ARENA CONTA», que se dispunha a trazer para o palco, episódios da história do Brasil, que seriam «contados» pelos atores com um mínimo de recursos cenográficos.

O «ARENA CONTA ZUMBI», surgiu da necessidade de se destruir convenções arraigadas do teatro, que limitavam a liberdade criadora propondo que se rediscutisse um episódio histórico, dando a ele o seu sentido moderno.

A nova montagem, logicamente, não pode ser comparada ao trabalho desenvolvido pelo grupo ARENA em 65. Inclusive foi discutida a hipótese de se mudar «ARENA» para «GUARNIERI CONTA...» (talvez pela variedade de interpretações e conotações da palavra hoje...) Para Maria Pompeu, produtora e uma das atrizes da nova montagem, havia em 65, «um grupo que tinha os mesmos objetivos, a mesma linha ideológica e que estava desenvolvendo um trabalho contínuo do qual Zumbi era parte. Hoje não existe um grupo, mas uma produção independente com um elenco que não tinha trabalhado junto anteriormente. O texto foi pego de modo isolado, por conter uma proposta atual dentro da realidade brasileira, o que está cada vez mais difícil de ser encontrado».

A importância desta nova montagem reside nesta proposta de se discutir e questionar nossa realidade, protestando contra a escravidão do homem, escravidão esta que pode se dar de diversas formas... como diz o Guarniere, Arena conta Zumbi «é um grito de liberdade que não envelhecerá nunca. A luta dos quilombos é uma luta de hoje».

Heloisa Starling

EM REPÚDIO AO TERRORISMO

Este é o texto do telegrama enviado à Associação Brasileira de Imprensa pela equipe do DE FATO:
«EQUIPE JORNAL DE FATO SOLIDÁRIA ABI REPUDIA ATO TERRORISTA pt NESTA HORA SENTIMOS NECESSIDADES UNIÃO FORÇAS DEMOCRÁTICAS CONTRA FACISMO INTERNACIONAL pt»

SAUDAÇÕES
Jornal DE FATO

ANUNCIE NO DE FATO FONE: 226-2841

Viragem
O canto de um povo de um lugar
dia 24·25 e 26 de setembro no DCE da Federal

Mantenha-se bem informado sobre os livros de seu interesse, enviando-nos seu nome, endereço e assuntos desejados. Nós lhe mandaremos os boletins.

Agência Van Damme Ltda

rua da Bahia, 1134 – fone 226-6492 BH-MG

Já chegaram os cartões de Natal e agendas da Unicef.

NILSON

Nilson apresenta

MAGRELO E AS RELIGIÕES ENLATADAS

...DIZEM AS LENDAS DA SELVA DAS CIDADES, QUE ÀS VEZES, MAGRELO SAI DO APTº E ANDA PELAS RUAS COMO UM HOMEM COMUM...

ASSINE AQUI CONTRA O DIVÓRCIO!

ALERTA! O COMUNIS-MO ATEU ATACA DE MODO ATROZ!

ATÊ EFE PÊ ALERTA CONTRA A INFILTRAÇÃO COMUNISTA NOS JARDINS DE INFÂNCIA!

COMPRE NOSSO JORNAL! LEIA COMO O COMUNISMO ATEU, VERMELHO, INTERNACIO-NAL E TOTALITÁRIO TRAMA A INFILTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO SEXUAL EM NOSSAS ESCOLAS!

O PROFESSOR PLÍNIO CORRÊA..

NÃO, OBRIGADO, EU...

...JESUS SAID UNTO HIM, ITS WRITTEN AGAIN, THOU SHALT NOT TEMPT THE LORD THY GOD!..

DISSE-LHE JESUS: TAM-BÉM ESTÁ ESCRITO: NÃO TENTA-RÁS O SENHOR TEU DEUS! *

* DUBLAGEM A.I.C.E. - SÃO PAULO

O QUE FAZEM ESSES MÓRMONS AQUI?

FORA! ESSE PONTO É NOSSO!

NÓS VIMOS ESSE PAGÃO PRIMEIRO!

ME LARGA, PÔ!

AGAIN THE DEVIL TAKETH HIM UP INTO AN EXCEE-DING HIG MOUNTAIN, AND SHEWETH HIM ALL KING DOMS...

HARE KRISNA HARE KRISNA

NOVAMENTE O TRANSPORTOU O DIABO A UM MONTE MUITO ALTO E MOSTROU-LHE TODOS OS REINOS...

HARE HARRISON

PELA SANTA INQUISIÇÃO! MAIS CONCORRÊN-CIA!

SÃO GUSTAVO CORÇÃO, TEMOS DE REAGIR!

NÓS SOMOS MUITO MAIS REACIONÁRIOS QUE VOCÊS!

Ô GENTE...

HEY! GET OUT OF HERE!

Ô! SAIAM FORA DAQUI!

DLIN DLIN CHIC CHIC

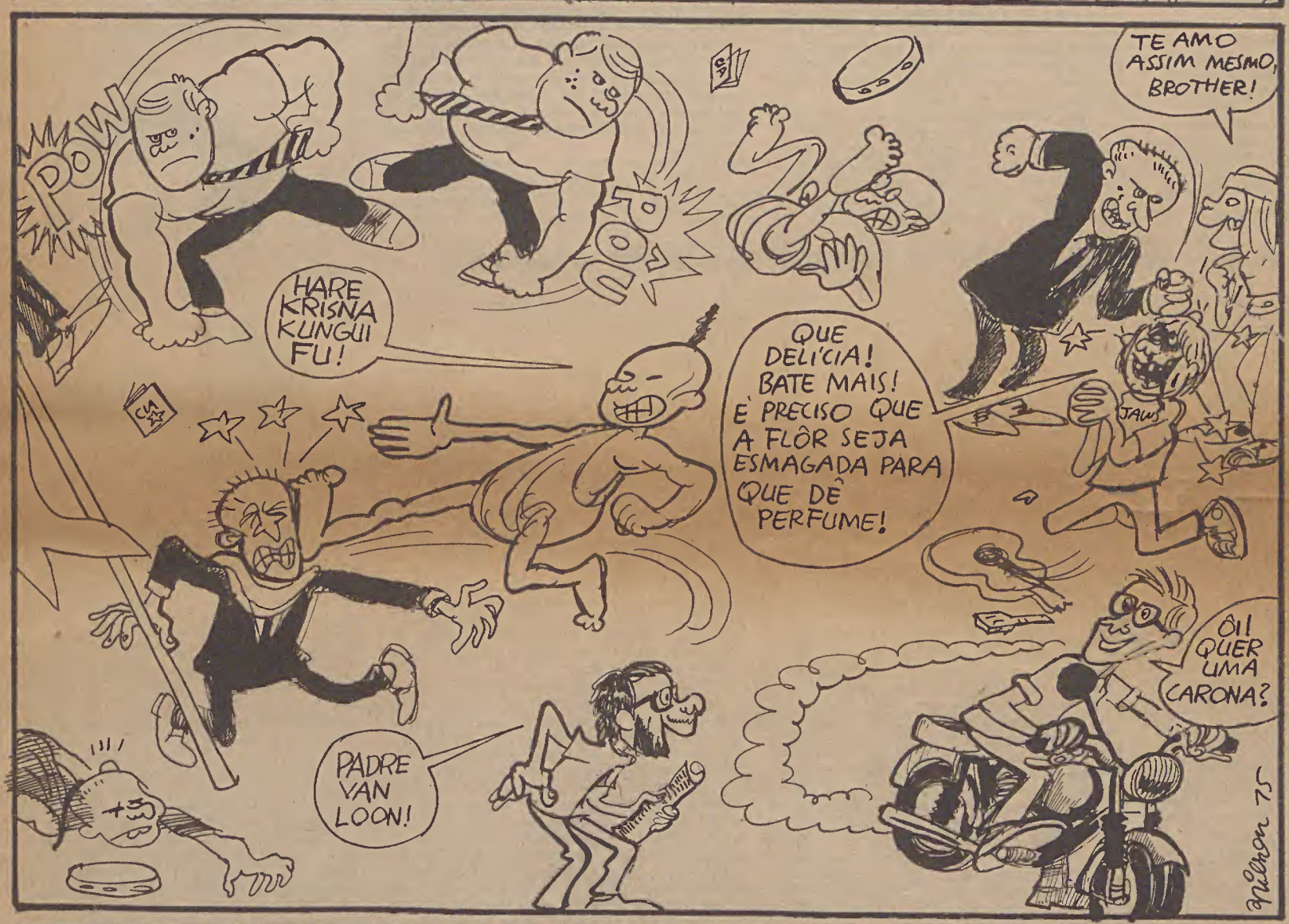
HARE CRISNA HARE RAMA HARE

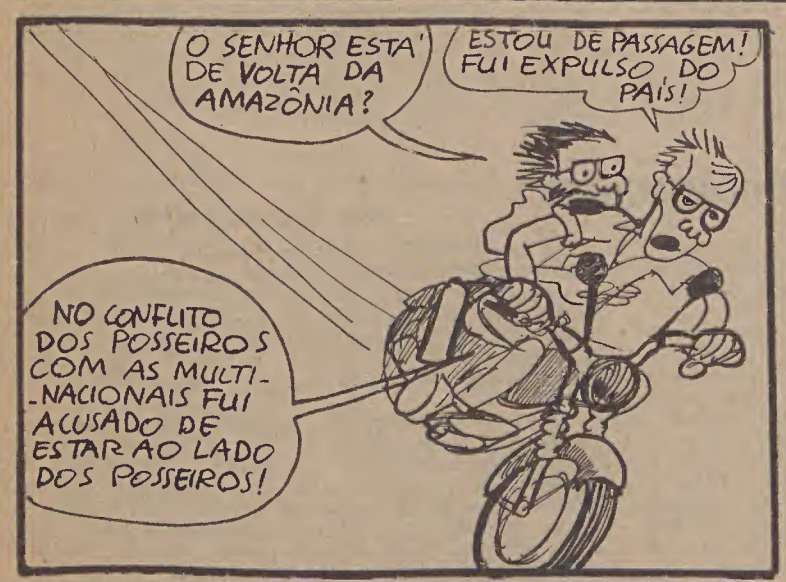
HARECRISNAHAREHAREHARECRISNA

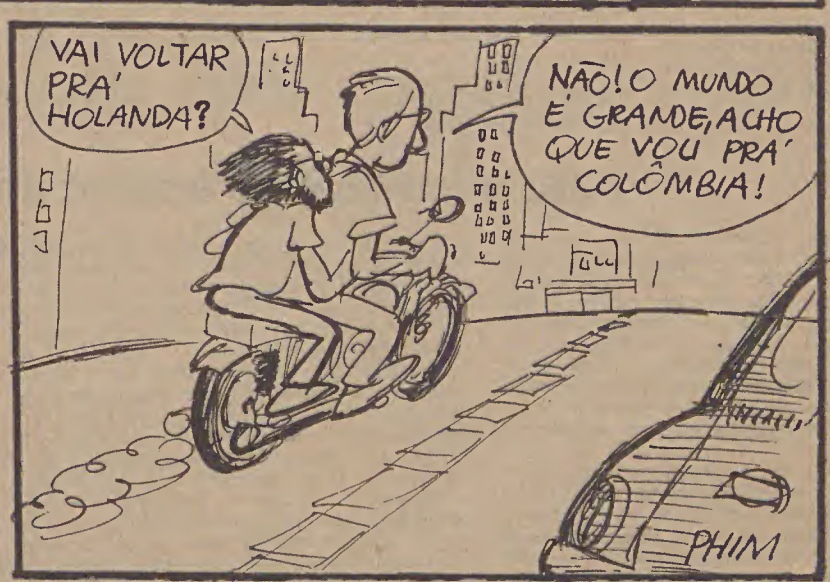
1

NOSLIN

NÓS SOMOS MAIS ANTI-COMUNISTAS QUE VOCÊS! FORA!
BUT KISSINGER SAID...
MAS KISSINGER FALOU...
NÓS SOMOS MAIS PACIFISTAS QUE VOCÊS!
HARE KRISNA!
ESSA NÃO! THE CHILDREN OF GÓDI!*
ALELUIA! ALELUIA!
FLOWER POWER! IRMÃO, TE AMO MESMO ASSIM!
JAWS
*OS MENINOS DE DEUS


POW
TE AMO ASSIM MESMO, BROTHER!
HARE KRISNA KUNGUI FU!
QUE DELÍCIA! BATE MAIS! É PRECISO QUE A FLÔR SEJA ESMAGADA PARA QUE DÊ PERFUME!
JAWS
PADRE VAN LOON!
ÔI! QUER UMA CARONA?
Nilson 75


O SENHOR ESTÁ DE VOLTA DA AMAZÔNIA?
ESTOU DE PASSAGEM! FUI EXPULSO DO PAÍS!
NO CONFLITO DOS POSSEIROS COM AS MULTI-NACIONAIS FUI ACUSADO DE ESTAR AO LADO DOS POSSEIROS!


VAI VOLTAR PRÁ HOLANDA?
NÃO! O MUNDO É GRANDE, ACHO QUE VOU PRÁ COLÔMBIA!
PHIM

5 anos de liberdade de imprensa

Sobre o relacionamento de Juscelino com a imprensa, quando foi governador de Minas e presidente da República, eu poderia contar umas 30 a 50 histórias altamente elucidativas. Mas a que se segue tem o mérito de ser inédita. Embora seja talvez o episódio mais marcante da luta de JK em defesa da liberdade de imprensa, por uma estranha coincidência nunca foi publicado (integralmente) por qualquer jornal ou revista.

Ocorreu em 1958. Juscelino mandou ao Congresso Nacional um projeto de Lei de Imprensa que nós apelidamos de Lei Rolha. Não seria uma coisa tão violenta assim, se o fato ocorresse nos dias atuais. Mas naquele tempo, quando a gente nadava de braçada no rio caudaloso das liberdades públicas, o projeto foi recebido como tentativa do governo de liquidar com a liberdade de imprensa no País. Daí o apelido de Lei Rolha.

O Secretário de Segurança em Minas (governo Bias Fortes) era o deputado Paulo Pinheiro Chagas, um jornalista. Então nós fizemos o seguinte: marcamos uma grande assembléia dos jornalistas mineiros para discutir o projeto de Lei de Imprensa do Juscelino e convidamos o jornalista Paulo Pinheiro Chagas para fazer uma conferência sobre o tema e, em seguida, debater com a gente a Lei Rolha do JK.

O Paulo topou e a assembléia foi marcada para o auditório da Federação das Indústrias, no prédio onde hoje funciona a Justiça do Trabalho, na rua Curitiba. A convocação foi feita pela Associação Mineira de Imprensa e pelo Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Minas Gerais, em conjunto. O Paulo compareceu, fez a conferência e ocorreu um fato inédito. Apesar do imenso número de jornalistas presentes, não houve debates. Em vez do blá-blá-blá programado, a turma preferiu aplaudir de pé as palavras finais do conferencista e encerrar a reunião. Só porque ele terminou a palestra com as seguintes palavras: «embora amigo pessoal do presidente Juscelino Kubitschek, sinto-me no dever de fazer-lhe esta advertência pública: caso esse monstrengo seja aprovado e transformado em lei, em Minas Gerais ela não será cumprida. Pelo menos enquanto eu for secretário de Segurança do Estado. Tenho dito». Na semana seguinte, discretamente, o líder do governo na Câmara Federal, deputado Vieira de Melo, pegou o projeto e botou na gaveta, de onde nunca mais saiu, enquanto Juscelino foi presidente.

Tempos depois, nós ficamos sabendo a verdade toda, que ninguém contou até hoje, porque deixaria muito mal situado uma cambada imensa de políticos pessedistas, amigos (?) de JK. Aconteceu que Juscelino não queria mandar a mensagem ao Congresso. Mas foi tão pressionado (mais pelos civis pessedistas que pelos militares udenistas) que só encontrou uma saída: mandou a coisa pro Congresso e liberou os seus amigos de confiança (que eram contra o projeto) pra botar a boca no trombone. Paulo Pinheiro Chagas soprou primeiro e virou herói nacional.

É claro que isso não diminui em coisa alguma o imenso mérito do comportamento do Paulo no episódio. Diminui apenas o grau de heróismo que sua atitude representou para nós, jornalistas, naquele momento. Na verdade, ele fez o desafio não apenas como profissional de imprensa que sempre foi. Mas, principalmente, como secretário de Segurança do governo mineiro. Por isso, de qualquer forma ele foi herói. Mas nem tanto quanto a gente pensou no primeiro momento. Ele, particularmente, sabia que Juscelino não apenas estava de acordo com o desafio. Mais que isso: desejava-o.

Mas o comportamento do Juscelino com a imprensa, num plano geral, foi o melhor possível. Eu que fiz um jornal especialmente para criticar o seu governo, me sinto muito à vontade para dizer isso, agora. Ou pelo menos para repetir o que eu disse ao DE FATO nº 4, que circulou em junho.

De Fato – Você viveu num tipo de imprensa que o Binômio moveu, que eram as condições da época dele, uma certa época de liberdade de imprensa, que as pressões eram muito sutis... Dá um terreno pra um, dá um terreno pra outro... Isso naturalmente repercutiu na forma que a imprensa aborda os próblemas. Quase que se pode dividir em dois tipos de imprensa. Eu sinto que você tem até uma certa dificuldade para se adaptar a esse tipo de imprensa nova, burocrática e tal. Como que você vê a diferença das duas imprensas, como que você sente isso?

Euro Arantes – Esse ponto aí, é muito curioso. Como eu já disse, só num governo como o de Juscelino se podia fazer um jornal como o nosso. Então pode alguém dizer que o Binômio foi feito contra ele. Mas não foi. Foi feito sim, como crítica ao programa de governo dele. Mas ele sempre teve tanto espírito esportivo com a gente, que nós pudemos fazer o melhor jornal da época. Então quando eu falei isso com ele, ele quase chorou e falou assim: «Puxa, mas como torcia para vocês» Ele é um homem que sempre teve espírito esportivo. Você pensa, em qual governo que a gente poderia fazer um jornal como o Binômio? As molecagens que a gente fazia... Molecagens mesmo.

De Fato – E ele tinha senso de humor, não é?

Euro Arantes – Senso de humor! Morria de rir. Ele teve uma crise de riso... Tinha um cara que devia demais aos bancos do Estado, o Oscar Neto. Então nós fizemos aquela manchetinha, né:» Quando viu o sr. Oscar Neto bolando na piscina do Iate, o sr. Juscelino Kubstichek comentou: eis aí a maior dívida flutuante do Estado». Porque ele sacava demais nos bancos oficiais

Isso eu disse em maio e vocês publicaram na edição de junho. A gente dizia tudo que desse na telha. Desde que respeitasse a Lei de Imprensa, ele garantia a circulação do jornal. Chamava o governador de pé-de-valsa e dava outras gozeiras. (1).

Pois apesar de toda esta folga que Juscelino deu aos jornais, ele acabou sendo o único civil presidente que, em 40 anos de República, assumiu e entregou o cargo rigorosamente dentro dos prazos marcados pela Constituição. O que prova que a Liberdade de Imprensa não atrapalha. Ao contrário, só pode ajudar.

Sei lá, mas acho que, mesmo depois de morto, Juscelino ainda conseguiu prestar um grande serviço à luta pelas liberdades públicas no Brasil. O leitor observou um detalhe? Nenhum jornal brasileiro ou estrangeiro, nem mesmo «O Globo» do sr. Roberto Marinho, conseguiu evocar a figura de JK sem falar em Liberdade, Democracia e Direitos Humanos. Era impossível fazê-lo. Da mesma forma como se tornou impossível para a censura impedir que se falasse em Liberdade, Democracia e Direitos Humanos no necrológio do ex-presidente. Porque se o fizesse, ela (a censura) estaria proibindo o próprio necrológio do morto, que se tornaria impossível sem aquelas informações. Por isso, eu entendo que, até ao morrer, Juscelino ainda conseguiu prestar um último e importantíssimo serviço à luta pela liberdade de imprensa no País.

Se é que vocês me entendem, como diria um bom aprendiz de «depois eu conto» e coisas tais.

(1) mais Euro na pág 5

EURO ARANTES

Mata Machado: «Ele se sentia em débito com o povo»

DE FATO ouviu o professor Edgard da Mata Machado, a respeito de Juscelino, com quem manteve vários laços de união: quer como conterrâneo, quer como amigo de família, ou adversário político. Transcrevemos abaixo o depoimento tirado da conversa que mantivemos com o professor Mata Machado, falando sobre o ex-presidente.

«Juscelino tinha um vínculo forte com minha família, mas não era meu contemporâneo. Foi sobretudo muito amigo de meu tio, Mário Mata Machado, líder político em Diamantina. Nossa vinculação com Juscelino começou pela terra onde nascemos. Mário sem nenhuma aspiração de fazer carreira política, viu em Juscelino traços de liderança altamente aproveitáveis.

Depois, em 1964, a coisa se voltou contra ele ao mesmo tempo em que eu tomava uma posição de resistência ao movimento militar. É uma coisa mais ou menos sabida que eu era secretário do Magalhães Pinto e no próprio dia da revolução me demiti e tomei posição contrária a ela. Depois optei pelo MDB. Nossos laços de amizade fizeram com que, numa ocasião em que eu sofri um desastre vindo de Brasília, Juscelino passasse praticamente todo o dia em minha casa, conversando. Do ponto de vista humano, o que caracterizava Juscelino era talvez uma coisa aparentemente negativa do ponto de vista político: a capacidade de esquecer, isto é, de não cultivar atritos pessoais. Eu fui um adversário político tão veemente quanto ele. Não lhe dava tréguas; onde pudesse atacar o governo, eu atacava.

Estou me lembrando de uma coisa curiosa. Quando se fez a famosa «frente ampla», uma tentativa de união, mesmo de adversários políticos, para a retomada do poder que estava, como está até hoje, nas mãos dos militares, fomos ao Rio nos encontrar com o Juscelino. O Lacerda o havia procurado, embora sempre o combatesse politicamente, como também procurou o Jango, que ele ajudara a derrubar, para formar uma frente ampla visando, a devolução do poder aos civis. A frente ampla representou num momento a esperança de mudança nos caminhos por que se enveredava o País. Fomos então ao Rio fazer contatos com Juscelino e com Lacerda – o Celso Passos, filho do famoso Gabriel Passos, que tomara uma posição intransigente de defesa dos nossos recursos naturais, o José Maria Magalhães, o Simão da Cunha e eu. Todos antigos udenistas, almoçamos com Juscelino, antigo pessedista. Durante nossa conversa ele fez um comentário: «É curioso – eu vejo tantos pessedistas passarem por aqui e não se lembram nem de dar um telefonema. Hoje eu estou almoçando com vocês, udenistas e adversários fervorosos».

Pessoalmente, não cheguei a participar da frente ampla, e uma das razões que eu aleguei tanto ao Juscelino quanto ao Lacerda foi a seguinte: eu sentia uma falta de vinculação entre a frente ampla e a juventude, de um lado, e, de outro, entre a frente ampla e o meio cristão representado por homens como Dom Hélder Câmara, por exemplo, que correspondiam a uma área de resistência ao poder. Eu achava que o fato da frente ampla não se estender até estes setores invalidava o que o próprio nome dizia-a sua amplitude. Juscelino nos disse então que a ligação dele com a frente ampla era uma obrigação para com sua Terra, seu Estado, seu País, seu povo. Nada mais queria pleitear para si. Sentia-se extremamente em débito para com o povo, de quem tudo tinha recebido e a quem dera muito pouco de si. Mesmo Brasília não representava para ele um mínimo da dívida que sentia para com a Nação. Entrava na frente ampla para saldar essa dívida com seu povo. Esse traço do Juscelino é marcante.

Isto foi em fins de 1968, antes do AI-5, que apanhou grande número de políticos ligados à frente ampla, aliás anteriormente dissolvida. Ele próprio foi preso. Pouca gente se recorda disso. Passou por mais um exílio voluntário, morando em Portugal e na França. Quando regressou ao País, restringiu-se às atividades econômicas. Não tinha mais condições de exercer atividade política. Estava cassado politicamente e assim morreu, pois, apesar de expirado o prazo da suspensão dos seus direitos políticos, só o de votar lhe foi restituído. Exercia apenas suas atividades econômicas, tanto que estava em São Paulo fazendo contatos com fazendeiros para aplicar técnicas novas em sua propriedade de Goiás. Mas sempre com o humanismo que lhe era característico. Esperava obter êxito em suas iniciativas agropecuárias, mas nunca a custa da opressão dos posseiros, o cotidiano das grandes organizações com sede em São Paulo e que se implantaram no Brasil-Oeste.

Voltando à época de seu governo, estou me lembrando da primeira vez que ele voltou a Diamantina como presidente. A cidade estava na rua para recebê-lo. Na hora de agradecer, tirou do bolso um discurso que começou a ler. O discurso deve ter sido feito por algum assessor. E o povo sentia que não era Juscelino quem estava falando. Pelo menos não era aquele que se acostumara a ouvir. De repente, do meio do povo, sai um grito: «Fala Nonô». A multidão começou a gritar a mesma coisa: «Fala Nonô» (este era seu apelido). Ele então dobrou o papel, colocou-o no bolso e fez um belo discurso evocando a sua terra, sua infância, sua luta, sua mãe dona Júlia, que o educara, pois perdera o pai quando ainda criança. O pai era agente comercial, o que na época se chamava cometa. A mãe, então, o educou com seu minguado salário de professora, que até hoje a gente sabe quanto ganha.

De sua obra, o mais ostensivo é Brasília, que representa algo bem acima do que o capitalismo imperialista internacional poderia imaginar. Brasília é hoje uma manifestação da capacidade tantas vezes negada pelas nações dominantes aos latino-americanos de se realizarem autonomamente. De fato, desde o governo de Juscelino, tanto nos abrimos aos capitais externos, principalmente na indústria automobilística, que hoje são as multinacionais que ditam ordens a nosso País. A situação brasileira é terrível. O Banco Central publicou nossa dívida externa: 3,4 bilhões de dólares.

De 1964 para cá, uma das primeiras coisas que houve contra Juscelino foi a cassação. Pouca gente se lembra de que ele se elegeu senador por Goiás, perdeu o mandato e perdeu os direitos políticos por dez anos. Foi cassado em 1965. O povo brasileiro está de luto porque ele exaltou de tal modo a sua gente, que era amado por todos. Lembro-me de que, por ocasião da morte de sua mãe, após celebrada uma missa, na saída da igreja Juscelino foi cercado não pelo «grand monde» mas pelo povo mais humilde. Ele não era só conhecido. Era amado. E isso é que nós estamos precisando. E isso que está fazendo falta no Brasil. Líderes dignos e capazes de suscitar o amor do povo.

JK, a lembrança apesar do ostracismo

Beth Almeida e Mirian Chrystus

O jornal belo-horizontino «Diário da Tarde» teve sua tiragem normal de segunda-feira quase duplicada no dia 23 de agosto, vendendo mais de 90 mil exemplares. Os demais diários vendidos na cidade esgotaram-se rapidamente nas bancas, no dia seguinte. Até edições especiais de periódicos foram lançadas. No mesmo dia 23, duas mil pessoas embarcaram no aeroporto da Pampulha, com destino a Brasília. E giravam em torno do mesmo fato os comentários que se ouviam por toda parte: Juscelino Kubitscheck, ex-presidente da República, morrera num acidente de trânsito na Via Dutra, na tarde de domingo, dia 22 de agosto.

Para a nova geração ocorria o inexplicável – a morte de um ex-presidente em ostracismo compulsório desde meados da década de 60 acarretaria, no máximo, um abstrato «luto oficial» e as inevitáveis manchetes nos jornais à caça de notícias «publicáveis». A explosão de solidariedade não era previsível, e era inexplicável o sentimento de perda expresso nas manifestações populares. Acontece que as pessoas que se manifestavam não choravam apenas a morte de um eminente político: o que se lamentava, ainda que inconscientemente, era a lembrança dos tempos idos de liberdades democráticas, de oportunidade de expressão, que foram propiciadas pelo governo de JK. E esta lembrança não se apaga com um mero ostracismo.

Com efeito, Juscelino Kubitscheck de Oliveira, mineiro de Diamantina, ex-prefeito de Belo Horizonte e ex-governador de Minas Gerais, passou para a História não apenas como o presidente simpático que continuou a experiência populista do getulismo, mas, e principalmente, como o único presidente civil que, em 40 anos de República, exerceu seu mandato integralmente, conforme o estabelecido na Constituição e preservando as liberdades democráticas.

O sorriso franco, a cordialidade, o dinamismo e as atitudes simples não foram os únicos responsáveis pelo êxito de seu governo e a imagem pública positiva que passou à História. O presidente «pé-de-valsa», seresteiro, e que sabia perdoar, passa à História como líder autêntico, político a um só tempo tenaz e conciliador. O ex-presidente que uniu povo, correligionários e adversários num consenso inédito: deve-se a ele a comprovação de que é possível a liberdade; de que um clima de livre expressão não impede a um povo a conscientização de seus problemas e a busca de caminhos para solucioná-los.

O PROGRAMA DE METAS E A IDEOLOGIA DESENVOLVIMENTISTA

JK não chegou pacificamente à presidência. Intervenções militares legalistas se fizeram necessárias para assegurar sua candidatura e posse. Jogando habilmente com os recursos de que dispunha, usando o bloco de apoio no Congresso propiciado pela aliança PSD/PTB e a política certa para manter a adesão das Forças Armadas, conciliando interesses de grupos diversos, deu início à campanha de desenvolvimento através da execução de seu Programa de Metas. No plano político, assumindo a responsabilidade pela democratização do Estado, e, no plano econômico, rompendo o nó da concepção de um país agrícola por hereditariedade, através de uma vigorosa política de industrialização.

O objetivo principal do Programa de Metas, cuja metasíntese era a construção de Brasília, consistia em «acelerar o processo de acumulação, aumentando a produtividade dos investimentos e aplicando novos investimentos em atividades produtoras». Como fim último, propunha elevar o nível de vida da população através da expansão das possibilidades de consumo e emprego. Historicamente, representou um esforço de racionalidade que proporcionou ao governo o êxito logrado e a imagem pública positiva.

A ideologia desenvolvimentista do juscelinismo mostrou-se mais atraente que o nacionalismo getulista e funcionou a nível de poder central como recurso para a garantia da estabilidade do sistema e meio efetivo de controle das tensões sociais e políticas, porque:

– para a burguesia industrial em expansão, evitava a ênfase à intervenção estatal na economia;

CEDEM

– a burguesia rural era favorecida com a «neutralidade» mantida em relação à política de dominação no campo;
– para a classe trabalhadora, trazia a crença de futuro melhor pelos frutos do desenvolvimento;
– havia pouco que ameaçasse o status do indivíduo da classe média urbana – que censurava a corrupção e o favoritismo atribuídos pela UDN aos projetos monumentais – até o aceleramento do processo inflacionário. E Kubitschek soube evitar a mistura de populismo esquerdista com nacionalismo desenvolvimentista, que poderia acarretar a união da classe média com os militares da oposição;
– as Forças Armadas consideravam o desenvolvimento econômico indispensável em termos de defesa nacional;
– as «esquerdas» se perdiam em discussões ideológicas, esvaziadas pela impossibilidade de apresentarem formulações práticas e programáticas para a economia nacional. O PC defendia posição de aliança e conciliação.

Mas o Programa de Metas não conseguiu unir a classe política, apesar da maioria parlamentar pertencer ao PSD/PTB, o que levou JK a apoiar-se na «administração paralela», valendo-se de órgãos já instalados como BNDE, CACEX, SUMOC, ou criando outros, por decreto, independente do Congresso, tais como os grupos executivos e os grupos de trabalho.

A ALIANÇA PSD/PTB E A ATUAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS

A aliança PSD/PTB, que tinha maioria parlamentar, proporcionou ao governo Kubitscheck o «bloco de apoio» no Congresso. JK soube utilizar a aliança, mais importante a nível de governo que a nível partidário mantendo o equilíbrio e neutralizando as divergências ideológicas através da distribuição dos ministérios.

O PSD, força hegemônica a nível de governo, controlava a política financeira e a externa, assumindo sempre também a Pasta da Justiça e o Ministério da Viação e Obras Públicas. Além disso, assegurava a integração de três níveis do poder: nacional, estadual e municipal, e o apoio à modernização através da política de sua cúpula.

O PTB controlava os ministérios da Agricultura do Trabalho, e, através deste, os órgãos da Previdência Social e a política sindical em geral. É importante realçar aqui o papel do vice-presidente João Goulart que, como líder nacional do PTB, podia se impor quando havia divergências no partido, protegendo o sistema do desgaste causado pelos conflitos de ordem trabalhista. Era, portanto, papel do PTB controlar as massas, mantendo suas reinvidicações dentro do âmbito do Ministério do Trabalho. As greves e insatisfações quanto ao problema salarial eram resolvidas pelas Delegacias Regionais (dos tribunais do Trabalho, principalmente) numa barganha antecipadamente combinada para os dois lados. O padrão de organização e liderança era o peleguismo sindical. Tal atuação, que não pôde continuar após o governo Kubitscheck, tinha o apoio e a cooperação do PC, cuja «linha» visava na época à aliança operariado-burguesia nacional.

No governo Kubitscheck, se o papel do Exército foi importante na preservação da ordem interna, na ótica da estabilidade política foi mais decisivo ainda a divisão das Forças Armadas, pois quando elas se unem tendem a ocupar o poder civil (1) (Afonso Arinos: «A divisão nas Forças Armadas era condição de sobrevivência do poder civil: sua união centraliza os centros de decisão política»). A política que tornou possível aos militares desempenhar um papel indispensável para a relativa estabilidade política do período, apesar da constante «fermentação militar» e a oposição (civil e militar) ao ministro da Guerra, general Lott, girou em torno dos seguintes temas:

1. o papel preponderante de Lott durante todo o período, explicável através de dois problemas constantes ao longo do governo:
   – o operariado, pressionado economicamente em virtude do recurso à inflação, aumenta o seu poder de participação e reinvidicação;
   – a munutenção da ordem interna pela eficiente ação do «tripé de segurança», ou seja, a cúpula da sustentação militar do governo (formado pelo ministro da Guerra, pelo comandante do 1º Exército, general Denys, e pelo chefe de Polícia do DF).
   – a disciplina militar, com a absorção das crises militares ao nível estritamente hierárquico, esvaziando-as de seu conteúdo político.
2. a convergência quanto aos interesses econômicos, no plano dos valores e no das práticas, vista em torno de dois pontos:
   – o atendimento às reinvidicações militares (salários, equipamentos, promoções);
   – o interesse dos militares na política desenvolvimentista (Programa de Metas), uma vez que se respeitassem os interesses «não negociáveis» (Petrobrás etc.) defendidos pelos setores nacionalistas.
3. o mecanismo de cooptação, em termos de tutela militar moderada, mas consentida, explicitando o papel suprapolítico das Forças Armadas através da crescente participação dos militares no poder, não mais apenas um «poder moderador» ou de «árbitro», mas efetivo são os «generais políticos», os «generais executivos».

OPOSIÇÕES E LIBERDADES DEMOCRÁTICAS

A execução e implementação do Programa de Metas deu origem às principais fontes de oposição à política econômica do governo Kubitscheck: a inflação e a entrada em massa de capitais estrangeiros.

A direita apegou-se à tese da inflação e tornou-a um dos elementos da propaganda janista que pregava a «estabilidade de preços, política de austeridade para todas as classes etc.», levando à vitória o candidato das forças oposicionistas em 1960.

A esquerda encontrou na «ameaça de estrangulamento da industrialização brasileira pelos capitalistas estrangeiros» um forte argumento em que basear sua oposição.

Pressionado por ambos os lados, sofrendo os embates da oposição organizada, Kubitscheck fez sua opção em junho de 1959: deu ordem aos seus assessores para que rompessem as negociações com o Fundo Monetário Internacional, que há muito tempo condicionava a concessão de um empréstimo de US $ 300 milhões à aplicação de uma violenta política de contenção inflacionária. Entre o Programa de Metas e a contenção inflacionária, optou pelo primeiro. E, em mais uma demonstração de sua habilidade política, capitalizou ao máximo essa ruptura com o FMI, tornando-se célebre sua mensagem de desafio: «O Brasil já se tornou adulto. Não somos mais os parentes pobres, relegados à cozinha e proibidos de entrar na sala de visitas. Através de maiores sacrifícios poderemos obter a independência política, e, principalmente, a econômica, sem ajuda de outros». Tal manobra política trouxe como conseqüência imediata aos brasileiros a sensação de estar desafiando, com êxito, as autoridades estrangeiras.

As questões referentes à inflação e entrada de capital estrangeiro são altamente contraditórias:

Contra as acusações da direita levantou-se o argumento do uso da inflação como estratégia de autofinanciamento. «Em 1956 a taxa de inflação era de 19,2% ao passo que em 1960 era de 30,9%. Nos anos seguintes ela se acentuou, mas o período 56/60 não atingiu níveis inconvenientes com o desenvolvimento. Se, por um lado, provocava distorções na estrutura de investimento (por exemplo, teria provocado a especulação imobiliária), por outro lado funcionava como inflação de lucros, como técnica de poupança forçada, ou melhor, técnica de confisco salarial». (2)

Considere-se ainda que «uma das dificuldades da inflação como estratégia de financiamento da República Populista residia, também, na ausência de mecanismos e instrumentos nas mãos do governo capazes de controlá-la... a SUMOC não tinha efetivo poder executivo e centralizador sobre a oferta da moeda». (3)

Acrescente-se que as medidas de contenção inflacionária apresentadas como alternativas (diminuição do ritmo de desenvolvimento, estabilização dos preços e salários através da redução dos salários reais, reforma tributária etc.) mostravam-se incompatíveis com o modelo capitalista-desenvolvimentista-conciliador do governo Kubitscheck.

Não menos controvertido que o problema da inflação é a entrada em massa de capital estrangeiro. As esquerdas levantaram a tese básica da «teoria da dependência», ou seja: a implementação do Programa de Metas teria dependido de uma estratégia especificamente favorável do País hegemônico no sistema capitalista internacional (Estados Unidos), com a sincronia entre os movimentos internos e externos. Era a acusação de «entreguismo», intensamente usada pelos setores nacionalistas radicais. Contra essa tese, havia o argumento de que a participação inicial do capital norte-americano para o Programa de Metas era irrisória, em conseqüência da evidente hostilidade americana aos planos de desenvolvimento nacional (Foster Dulles, secretário de Estado na época, demonstrava maior preocupação com o combate à «subversão comunista»).

Qualquer que seja a interpretação que se dê à política econômica do governo Kubitscheck e às suas repercussões posteriores, uma conclusão quanto ao governo de JK é incontestável: o respeito às regras democráticas, a tolerância e a liberdade, mantidos durante todo o período, mesmo nas fases mais conturbadas, lhe conferem o cunho de ineditismo na história nacional, merecedor de homenagens por parte de qualquer facção política.

O presidente Juscelino Kubitscheck, em seu primeiro dia de governo efetivo (1º-02-1956), assinou decreto suspendendo a censura à imprensa e às telecomunicações. Ainda no primeiro mês de governo os participantes das duas tentativas de rebelião contra seu governo – Jacareacanga e Aragarças – basicamente o mesmo grupo, foram anistiados. O presidente decretou anistia a «todos os envolvidos em atos de natureza política e militar». Ao encerrar sua última reunião ministerial (30-01-61), concedeu indulto aos presos comuns de bom comportamento – não havia presos políticos no País.

A liberdade de imprensa foi tenazmente mantida. Embora o PC continuasse ilegal, não havia prisões e circulavam na época 67 jornais, revistas e semanários sindicais considerados «sob controle dos comunistas», especialmente Voz Operária e Imprensa Popular, no Rio de Janeiro. Em 1958 Luiz Carlos Prestes sai da clandestinidade e em fevereiro de 1959 é lançado o importante semanário comunista Novos Rumos.

O semanário carioca Maquis, o mais violento opositor de Kubitscheck, teve um número apreendido pelo então primeiro chefe de Polícia, general Magessi Pereira, devido à capa extremamente insultuosa ao general Denys. O presidente ordenou a liberação do jornal e, perante a recusa, exonerou o general Magessi. O Binômio, outra publicação semanal anti-Kubitscheck, que circulou em Belo Horizonte de 1952 a 1964, não sofreu qualquer perseguição.

Até o fim Kubitscheck foi coerente com suas declarações sobre a importância da liberdade de imprensa:

«A imprensa livre age como o instinto do homem de governo, mantendo presentes ao seu espírito a sua publicidade, os seus erros, as suas ilusões. Instinto equivale, etmologicamente, a aguilhão, o que fere. Neste sentido a imprensa serve de instinto do governo. Previne-o, adverte-o, amortece a prevenção, contrabalança a supervalorização, mesmo com os seus exageros contrários. Naturalmente, não é instinto o que fere de tal forma e tão fundamente que mata, em lugar de prevenir e defender».

AS CONSEQÜÊNCIAS DA POLÍTICA DESENVOLVIMENTISTA

O final do governo Kubitscheck era de conflito potencial. Já se traçavam as determinadas para o paradoxo: o próprio sucesso do Programa de Metas irá contribuir para a instabilidade futura.

Durante a «euforia desenvolvimentista», as linhas que distinguem e marcam os antagonismos de classes foram diluídas pela própria convergência de interesses na política econômica. As classes assalariadas, subalternas no processo e ideologicamente dependentes, não têm consciência de classe antagônica.

Uma vez alcançada a meta proposta, ou seja, ao mesmo tempo em que são atingidas as bases políticas e econômicas do governo, aflora a consciência com a constatação do conflito de interesses:

– tem início o processo de radicalização do homem do campo, sob lideranças fortes tal como a de Francisco Julião – propiciada pela total marginalização que sofrera o camponês no processo;
– os estudantes, que até então eram muito «udeinizados», por serem os herdeiros ideológicos da campanha anti-Estado Novo, anti-Getúlio etc., passam a apoiar o PTB. A UNE passa a ser franqueada a Brizola, por exemplo, e não mais apenas aos líderes udenistas;
– a classe média, atingida pelo aceleramento da inflação, busca o alinhamento com os grupos mais conservadores;
– entre as alternativas, transformações profundas na estrutura econômica e a deflação, a burguesia escolhe a segunda, recompondo seus laços com as outras burguesias. (nacional e estrangeira).

O crescimento do PTB e sua radicalização reinvidicatória tornam inviável a continuidade da aliança com o PSD, que perde seu poder hegemônico.

A situação explode (após o efêmero governo de Jânio Quadros) no governo de João Goulart, que surge pressionado para as reformas, «de base», que iam da Reforma Agrária até a remessa de lucros, exigindo uma ampla revisão institucional. É a pressão que decorre do próprio desenvolvimento iniciado com Juscelino; as necessidades nacionais não mais se expressavam em termo de construir estradas e atrair capitais, mas de alargar os limites da sociedade em termos de participação política, em sentido amplo e em seus sentidos mais específicos através da participação sindical, estudantil etc. O juscelinismo despertou categorias sociais cada vez mais amplas, que sentiam poder participar do desenvolvimento econômico e social do País. B clima é propício para o populismo de esquerda, que iniciara seu processo já no final do governo Kubitscheck. Mas João Goulart não consegue manter o apoio das Forças Armadas e não conta com o fator favorável da aliança PSD/PTB, que se tornou incompatível entre um PSD conservador e um PTB cada vez mais comprometido com as reformas. Falta-lhe a habilidade política de Kubitscheck, e o acúmulo de lideranças faz com que perca o controle da situação.

As crises provenientes da fase desenvolvimentista do juscelinismo são típicas do modelo populista seguido por esse governo. A importância da manutenção das liberdades é inegável, uma vez que proporcionou às massas a organização cujo fortalecimento possibilitou que escapassem da manipulação peleguista. Assim «O populismo terá sido apenas uma etapa na história das relações entre as classes sociais. Nesse sentido é que se pode dizer que no limite do populismo está a luta de classes. Da mesma forma, no limite da ditadura de vocação fascista pode estar a sociedade socialista». (4)

(1) Maria Victória de Mesquita Benevides, «O governo Kubitscheck – desenvolvimento econômico e estabilidade política».
(2) Idem
(3) Celso Lafer, «Sistema político brasileiro – estrutura e processo».
(4) Octavio Ianni, «O colapso do populismo no Brasil»

Città Giovanni: publicidade legaliza vigarice

Alguns dias antes da inauguração da Fiat Automóveis, uma enxurrada de propaganda invadiu a cidade, convidando a população a participar de «um negócio da China», ou melhor de «italiano». Um novo conto do vigário em alta escala, já que foram utilizados todos os meios de comunicação – jornal, rádio e televisão, além de outros meios mais populares, como dezenas de faixas espalhadas pela cidade e milhares de panfletos distribuídos nas ruas. O tal «negócio de italiano»: o Parque Veneza e a Città Giovanni, áreas rurais do município de Betim transformadas da noite para o dia em aprazíveis parques habitacionais com água, luz, telefone, jardins, escolas, supermercados, ruas asfaltadas e toda a infra-estrutura de que necessita o homem urbano. Só que isto tudo existe apenas na cabeça dos responsáveis por este «conto do vigário em massa». Os loteamentos nem sequer foram aprovados pela prefeitura de Betim, que ainda procurou alertar seus habitantes, espalhando faixas na cidade onde se lia: não existe no município loteamento aprovado com os nomes de Città Giovanni e Parque Veneza»

O Parque Veneza é um pasto distante cinco quilômetros de Betim, tendo o loteamento sido aprovado em 1957 com o nome de Vila Padre Eustáquio. Desde então, a única modificação ocorrida no local foi a recente mudança de nome. No mais continuou a mesma coisa: uma área rural coberta de mato por todos os lados. Num pasto dos piores, cujo nome existia apenas na planta, começaram a surgir placas com nomes estranhos aos burros que por ali passavam: Parque Veneza, Rua Turim, Avenida Gênova, Praça Roma. «Um verdadeiro conto de italiano», como definiu Newton Amaral Franco, prefeito de Betim pelo MDB.

A situação da Città Giovanni não difere muito do Parque Veneza: é mais ilegal que esta última, já que inexiste qualquer projeto de loteamento do local, «nem na prefeitura de Betim, nem no Plambel nem no Incra», segundo revelou Amaral Franco. Esta afirmação foi confirmada pelo Plambel, através de seu superintendente, Hélio Braz, que disse para os jornalistas que «todos os loteamentos não aprovados pela prefeitura são ilegais». Quanto às outras particularidades, a Città Giovanni não difere do Parque Veneza: o mesmo pasto onde agora, além de mato, crescem placas com nomes pomposos.

Uma historinha interessante corre de boca em boca no município de Betim. Segundo ela, até o proprietário de uma área rural caiu no «conto de italiano», pois a imobiliária que comprara o terreno à vista deu uma entrada esperando pagar logo o restante com a venda dos lotes, depois de ganhar um lucro fabuloso, é claro. E investiu mais ainda em publicidade, já que, como dizem, a propaganda é a alma do negócio. Mas os lotes não foram vendidos tão depressa como se previra. Moral da história: o antigo proprietário quis desfazer o negócio e a imobiliária continuou vendendo lotes que não lhe pertenciam. Procuramos conversar com João Batista Viana, antigo proprietário da área que hoje está sendo vendida como Città Giovanni, mas ele não confirmou a história. Disse apenas que «estamos estudando para fechar o negócio».

Há ainda outra historinha contada na boca do povo: Hélio de tal residente em Belo Horizonte, ajuntou suas economias e empregou tudo no tal Parque Veneza. Foram treze lotes ao preço total de 416 mil cruzeiros. Aproximadamente 35 mil cruzeiros por lote, isto é, um pouco menos que um lote urbanizado no Riacho das Pedras. Hélio inconformado ao ver em que mato se metera, passou a mão no revólver e foi tirar satisfação com o responsável pelo «conto de italiano», obrigando-o a desfazer o negócio e devolver-lhe o dinheiro. Mediante tal argumento seu dinheiro foi devolvido, ficando retida a quantia de Cr$ 34.545,00 que devem ter cobrado como taxa de desistência.

Além da providência já relatada, Newton Amaral enviou ao ministro da Justiça, Armando Falcão, um documento pedindo a proibição de publicidade de empreendimentos imobiliários ainda não aprovados pelos órgãos competentes.

Enquanto isso, os responsáveis pelo «conto de italiano», as imobiliárias CODEPLAN e NORTESUL, continuam a iludir a população com seus anúncios milionários. A CODEPLAN, responsável pelo lançamento da Città Giovanni, já gastou em quase dois meses a metade do orçamento publicitário que o BEMGE gasta em um ano.

É interessante ver os golpes acontecerem à luz do dia, enquanto nossas autoridades correm atrás dos trombadinhas. Brasil é isso aí.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

Curral eleitoral nacional

O Governo, de algum tempo para cá, através de seus mais autorizados porta-vozes, deu início a uma nova forma de se fazer política. O chefe do Executivo, por exemplo em sua última visita ao Mato Grosso, por sua conta e visão de mundo, dividiu a Nação entre aqueles que são os responsáveis e trabalham e aqueles que são os irresponsáveis e não querem trabalhar. E o Planalto, agora secundado pela chefia do ministro da Justiça, pela liderança arenista na Câmara e pela Direção Nacional da Arena, estabeleceu à sua revelia que o partido tem que vencer as eleições, «profetizando» que, se o MDB sair vitorioso, os desdobramentos da vida política e institucional farão com que o brasileiro eleitor venha a ter saudáveis recordações do atual Governo. Ou seja, antevendo de maneira catastrófica o que seria o período posterior às eleições, na hipótese do MDB sair vitorioso, o Governo cria uma nova modalidade de se fazer política: o ultimato político-eleitoral à Nação. Comportaria a visão de mundo do grupo que detém o controle político do Governo a inusitada idéia de que o Estado é o partido político de fato e que a Nação é um vasto curral eleitoral de novo tipo?

Resultados que não podem se repetir

Distensão é como ficou conhecido o projeto de institucionalização política proposto pelo Governo Geisel no início de sua gestão. Como é óbvio, a fórmula não resistiu à prova de novembro de 1974, na qual o Governo pretendeu, fundamentalmente, buscar legitimação para o movimento político-militar de 1964. Distensão, resumidamente, não seria outra coisa que uma «opção política» na linha da «democracia participante com um executivo forte», conforme disse Roberto Campos. Em 1970, em conferência na ESG, quando ainda não se falava em distensão, ele já propunha a institucionalização de um modelo político de «reconciliação». Sua proposta continha como ingredientes básicos: a) fortalecimento da empresa privada e da economia de mercado, combinadas com uma dose razoável de regulamentação estatal; b) recuperação do sistema de representação partidária, como instrumento de controle do Executivo e meio de acesso dos setores da burguesia vinculados aos diferentes partidos; c) restauração dos direitos civis e políticos, sintetizados na liberdade de imprensa, de forma a tornar possível uma doação mais eficaz no campo da doutrinação ideológica, da formação da opinião pública e da defesa da sociedade civil, em face dos abusos tirânicos do poder estatal.

Credenciado representante da burguesia internacionalizada, o ex-ministro do Planejamento no Governo Castelo Branco tratava, naturalmente, de propor a institucionalização do «autoritarismo esclarecido». Nele se pressupunha o capital privado, monopolista, internacional, associado e nacional, que deveriam ser politicamente hegemônicos em presença do Estado e no interior do aparelho de Estado. Determinava-se a formulação e controle da execução das políticas econômica, financeira, comercial e agrícola. Ao Estado ficaria reservada, de um lado, a adequada intervenção regulamentadora e solidária com os interesses do capital privado e, de outro, o exercício do papel fundamental de intervenção coercitiva nos conflitos entre classes. É o mesmo que dizer que, na sociedade civil, para o capital as liberdades (a começar pela liberdade da grande imprensa) e para o povo a cassação da cidadania, subtraída pelo AI-5 etc...

Inicia-se o Governo Geisel. Distensão significava, fundamentalmente, democracia para os grupos dominantes, interessados exclusivamente na maximização dos lucros e na adequação servil do Estado a este interesse. Crise econômica, repercutindo no povo sob a forma de rebaixamento de seu padrão de vida, determinada pela natureza do chamado modelo do milagre; manifestação de contradições entre setores da burguesia e o Estado, isto associado às tendências, no interior do aparelho de Estado, de um lado, à coalizão entre o Estado e o capital sob a forma de acesso direto da burguesia aos órgãos de formulação e execução de políticas na área econômica e financeira e, de outro, tendência à autonomização política do Estado que deveria aumentar os seus poderes de autodeterminação política e de coerção, sem que isso significasse, nem de longe, prejuízo para o grande capital.

Sem dúvida uma contradição, que desde o ponto de vista dos interesses populares e da luta pela democracia, é uma contradição secundária, na medida em que nenhuma das duas posições representa qualquer interesse popular.

Ao nosso ver, Geisel pretendia com a sua distensão, em primeiro lugar, buscar a legitimação popular para o seu Governo – e para o momento político-militar de 1964 – e, uma vez conseguida esta, nas eleições, tratar finalmente de compatibilizar as duas tendências, provendo-se de poder efetivo de direção política a ser obtido basicamente nos meios militares. Severo Gomes seria, na órbita econômica, o arquiteto desta política.

Posta à prova, a distensão foi recusada pelo voto popular, que sabiamente quis dizer «como pode o brasileiro viver sem democracia?» Por que o Governo e o movimento político-militar de 1964 foram derrotados nas urnas em novembro de 74? A resposta é óbvia. O voto popular teve insofismavelmente o caráter de condenação do regime e do movimento político-militar que o implantou. O voto popular significou a afirmação de que a democracia decidida pela base é a solução política na qual o povo acredita.

O ano de 1975 viria pôr em evidência que o compromisso do Governo com a distensão era meramente instrumental. Observou-se a intensificação da repressão, a escalada da censura à imprensa, aplicações do AI-5, inclusive para cassações de mandatos populares. O dia primeiro de agosto foi o marco: a distensão deixava, no plano apenas das intenções, de ser «política», para tornar-se assistencial.

As contradições da burguesia com o Estado, em meio ao aprofundamento da crise, manifestam-se de forma aguçada desde então.

O ano de 1976

Novas cassações de mandatos políticos populares. No dia 31 de março comemora-se, na intimidade dos quartéis, o 12º ano do movimento político-militar. Discursaram vários chefes militares, e os pronunciamentos das três armas foram coincidentes. A ênfase foi posta no caráter permanente do movimento político-militar de 1964. O preâmbulo do AI-2, de outubro de 1965 – Governo Castelo Branco – dizia que a «revolução» é e será, que ela é permanente. Tal foi a tônica dos pronunciamentos militares neste último 31 de março.

O MDB passa a ser acusado de «partido de contestação», apesar dos esforços para mostrar que seu programa tem por base os postulados do movimento político-militar de 1964, que os próprios governos militares, sistematicamente, segundo a direção nacional do MDB, trataram de não pôr em prática. A política do partido, agrupamento político com características de movimento, que não tem unidade ideológica, organizativa, nem mesmo político-pragmática – há muitos parlamentares do MDB que desrespeitam sistematicamente o programa mínimo do movimento: os adesistas, por exemplo, e a maior parte dos chamados «moderados» – passa, desde a cassação de Lysâneas Maciel e dos dois deputados gaúchos, a balizar sua conduta por uma política de «união nacional» com a Arena e com o chefe do Executivo, sempre absolvido pela maioria do MDB de quaisquer propósitos extremistas. Predominantemente, o MDB, é um amplo segmento da Arena – os «renovadores» – orientando-se pela política de «união nacional», postulam a «redemocratização» em termos de institucionalização do «Estado de Direito» e de eliminação da «dualidade» entre o que tem sido chamado de «ordem constitucional» e «ordem institucional». Marcos Freire, senador pernambucano, chegou a propor a inclusão do AI-5 na Constituição como fórmula capaz de superar o «impasse político». Ou seja, fazendo vista grossa ao próprio programa do MDB, o senador pernambucano passa a acreditar que as questões políticas se resolvem com fórmulas jurídicas. É preciso, então, que se pergunte o que são questões políticas para a maioria do MDB!

Não há dúvida de que, no presente momento, o MDB e a Arena têm muito mais pontos de convergência do que de dissidência. Dinarte Mariz não representa a maioria arenista, embora seja porta-voz credenciado da extrema direita político-militar. José Bonifácio, equivocadamente chamado de confusionista, é, a nosso ver, porta-voz credenciado através do Planalto, com a incumbência explícita de, em nome do Executivo, dar satisfações aos vigilantes noturnos do «sistema» que acreditam que política é força pura. O Governo compreendeu perfeitamente que a manutenção da estrutura econômica e política vigentes requer fundamentalmente **força** e, de alguma forma, apelos políticos visando legitimação.

O MDB, orientando-se ao sabor das contradições domésticas da burguesia com o Estado, de um lado, e, fundamentalmente, ao sabor das contradições – não antagônicas – no interior do «sistema», reduz a «questão da democracia» a «união nacional» e à reinvidicação da institucionalização do «Estado de Direito», admitindo inclusive que uma nova Constituição deva conter «instrumentos permanentes de defesa do Estado», forma eufemística de se referir ao AI-5.

Justifica-se o voto no MDB?

É nesse quadro que entra em cena a nova modalidade de se fazer política no Brasil, Ultimato à Nação, é o que tem feito a Arena e o Governo. Por quê? Naturalmente porque, em primeiro lugar, nada têm a propor politicamente, imersos e desorientados que estão nas contradições domésticas nas quais se entranharam, aquecidas pela evidente oposição popular ao regime. Em segundo lugar, porque o MDB, majoritariamente, escolheu como seu «interlocutor válido» o próprio chefe do governo, numa evidência de que nada tem a propor ao povo e, por conseguinte, não está credenciado a dirigi-lo politicamente.

Portanto, ao nível estritamente institucional – incluindo aí o MDB –, a questão da democracia fica subordinada – pasmem-se! – às boas intenções do chefe do Executivo, supostas pela maioria do MDB. Que significante demonstração de indigência política! Reduzir a «questão da democracia» à institucionalização do «Estado de Direito» acompanhado de «instrumentos permanentes de defesa do Estado», eis o que propõem os partidários da «união nacional».

Isso quer dizer que o MDB é a mesma coisa que a Arena? De maneira nenhuma, embora o MDB seja pródigo em adesistas. Justifica-se, apesar disso, o voto no MDB? Acreditamos que sim, pelas seguintes razões:

1º) O MDB, que já dissemos não se tratar de um partido político, tem um programa, moderado é verdade, liberal, de maneira que, na pior das hipóteses, o voto na legenda significa no mínimo a encampação desse programa moderado, que é visto pelo Governo como um programa inabonável politicamente;

2º) é significativo que o MDB constitua a oportunidade do povo brasileiro – excluídos os analfabetos que, para o voto, não são cidadãos, mas que para pagar impostos o são de pleno direito! – manifestar, não o apoio àqueles que episodicamente o dirigem, mas a oposição ao regime e a disposição de luta pela democracia dos trabalhadores. Isto se justifica particularmente agora quando o MDB passa a ser acusado de contestador; particularmente agora quando se lança o ultimato à Nação: ou a Arena vence ou ...

3º) está aberta a possibilidade, notadamente para eleições municipais, dos trabalhadores se organizarem nos bairros, elaborando um programa de luta pela elevação de seu nível de vida e de cultura e, se possível, lançando candidato próprio a vereador, candidatura então nascida de uma experimentação verdadeiramente democrática, popular de prática política. Por último, se isso não for possível para essas eleições, que se vote seletivamente no melhor candidato, se houver, ou, caso contrário, que se vote na legenda, alternativas só viáveis se a situação se mantiver como está até as eleições. Observe-se que uma proposta desta natureza – a livre e democrática organização do povo pela base, com autodeterminação – o próprio MDB não é capaz de coerente e conseqüentemente levá-la às últimas conseqüências. Isto, por si só, põe em evidência que a democracia é fundamentalmente a prática da livre manifestação, expressão, organização e luta do povo, dos trabalhadores, pela liberdade e pela realização dos interesses da maioria, que são interesses os mais universais. Por isto é que se diz que a «questão da democracia» não pode ser reduzida à fórmula jurídica do «Estado de Direito». Pelo contrário, a luta pela democracia começa e se realiza na luta pela livre organização e manifestação política dos trabalhadores da cidade e do campo, apoiados pelos democratas sinceros das camadas médias da população,

João Batista dos Mares Guia

Luz, câmara, eleições

Os preparativos para as eleições de novembro já começam a apresentar aspectos salientes antes mesmo que os candidatos se lancem ativamente à procura dos votos do eleitorado. O primeiro deles mostra um sensível crescimento do MDB, fato que já se manifestava nos resultados das eleições de 1974, de âmbito federal e estadual. O partido oposicionista conseguiu 827 candidatos à seleção dos 63 inscritos para disputar as 21 cadeiras da Câmara Municipal de Belo Horizonte, enquanto a Arena atraiu apenas pouco mais de cem.

Se o partido situacionista já vinha se intimidando em decorrência dos resultados das últimas eleições, a atração do MDB junto aos candidatos veio contribuir ainda mais para um recuo arenista; recuo este que vem se manifestando através de seus próprios filiados. A falta de prestígio da Arena junto à população chegou a tal ponto que até seus próprios candidatos estão procurando omitir a legenda do partido nas propagandas, numa tentativa de confundir o eleitor. Alguns ainda procuram sair pela tangente, fugindo do desgaste da abreviatura do partido, usando o nome por extenso – Aliança Renovadora Nacional – na expectativa de que o eleitor menos informado não identifique a aliança partidária.

Este fato, aliás, virá fortificar o partido oposicionista. Como os candidatos da Arena estão omitindo a identificação partidária, o MDB aproveitará para denunciar o fato e orientar o eleitorado a votar na legenda, o que poderá, trazer boa contribuição à computação de votos para o partido.

Outra novidade que já transparece, tão logo foram divulgados os nomes para os dois partidos, é o quase inexistente paternalismo político exercido em âmbito estadual e federal junto aos atuais candidatos, situação que ainda se manifestava no último pleito municipal, quando se dependia da influência dos cabos eleitorais de políticos de escalas maiores.

O que se nota entre a maioria dos candidatos é a independência política, ocasionada principalmente pela filiação de candidatos sem nenhum ou pouco passado em campanhas eleitorais.

Embora as eleições de 74 tenham decretado a morte do voto de cabresto – nas regiões onde o eleitorado comparecia às urnas sob influência direta dos «coronéis» – tendo em vista o debate político levado pelo rádio e televisão, este ano ainda pode-se notar a existência dos currais eleitorais em determinadas regiões da capital. São constantes as rixas entre candidatos reclamando a invasão de áreas de influência. Alguns fixaram fronteiras para o que acreditam ser mananciais de votos e às vezes o simples desrespeito de seus limites já é motivo para desavenças. Francisco Pizzaro, por exemplo, presidente do Sindicato dos Empregados da Construção Civil, não teve seu nome homologado na chapa da Arena simplesmente porque o partido já possuía um candidato com boas perspectivas de votos na região, no caso o Barreiro.

Cerca de 700 mil eleitores estarão depositando seus votos no pleito municipal de novembro. Segundo membros de ambos os partidos, estima-se que os candidatos precisam obter no mínimo dez mil votos para conseguir uma cadeira na Câmara. Como se comportarão para arregimentar todos estes votos? Impossibilitados de promover o debate político diante das câmaras de televisão, eles estão voltando aos artifícios dos velhos tempos, usando palanques, comícios relâmpagos, debates junto às classes profissionais e até mesmo reuniões em casas de família.

O certo é que os candidatos estão partindo para todo tipo de aproximação com seu eleitorado. O arenista José Francisco Theotônio Machado, que se diz «advogado dos pobres», está distribuindo um texto reproduzido com papel carbono, em que entre outras coisas faz questão de informar que é apreciador das letras, das artes e dos esportes. No mesmo texto ele diz ser autor da frase: «A vereança não deve ser apenas uma atividade política, mas sim um apostolado». No final da carta oferece uma «oração ao eleitor indeciso», num verso em que faz rimar seu nome, seu partido e seu número.

Linha partidária

O MDB fixou os temas de sua campanha de propaganda política basicamente em torno do debate crítico dos diversos aspectos que o atual governo não conseguiu superar ou empreender. Entre os principais pontos de discussão levantados estão a redemocratização, as falhas da política financeira, o AI-5, a política salarial. Buscando proximidade com os problemas do eleitorado, destinará críticas à atual administração da cidade, através da abordagem dos problemas urbanos e reivindicações de bairros.

Já a Arena estabeleceu seus temas em torno das realizações do atual governo, orientando os eleitores sobre o que ele tem feito, está fazendo e o que quer fazer. Os candidatos dos dois partidos promovem seminários orientados pelas lideranças, procurando unificar as bases da campanha.

Entretanto, apesar dos esforços nem todos os candidatos conseguem diferenciar os programas dos dois partidos, na procura de uma identificação partidária. O radialista e relações públicas da Polícia Militar Dirceu Pereira, depois de já estar inscrito no MDB até às vésperas das convenções, acabou se transferindo na última hora para o partido situacionista, sob alegação de que fora aconselhado a fazer a troca porque, como relações públicas de uma corporação militar, não ficaria bem estar filiado ao partido da oposição. Aliás, a considerar o nível de alienação, seus possíveis eleitores não ficarão decepcionados. Eles serão basicamente os motoqueiros da cidade, que não chegam a três mil. Já na convenção da Arena, no prédio da Assembléia, Dirceu Pereira era acompanhado por cerca de 50 deles e, vestido a caráter, anunciava que «os motoqueiros estão comigo».

Outro calouro na carreira política é Jair Lopes. Ele terá no seu eleitorado um verdadeiro sincretismo religioso, contando com o apoio de militantes de mais de 27 religiões. Na inauguração do posto médico em Santa Efigênia, aconteceu uma verdadeira confraternização religiosa. Tocou a Banda da Assembléia de Deus, cantou o coro da Igreja Pentecostal de Cristo e a inauguração foi na igreja católica Nossa Senhora Aparecida.

A convenção da Arena, promovida em ambiente de festa nos salões da Assembléia Legislativa, serviu sobretudo para demonstrar a desinformação dos eleitores dentro de um clima de puro artificialismo. Pesquisa de opinião realizada por uma emissora de rádio demonstrou que os presentes não sabiam sequer em que convenção se encontravam – se da Arena ou do MDB. Mas respondiam convictamente sua preferência partidária: a oposição.

Aloísio Morais

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM